



2016

RELATÓRIO E CONTAS



EPAL

Grupo Águas de Portugal





EPAL

Grupo Águas de Portugal

---

2016

RELATÓRIO E CONTAS

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.



# ÍNDICE

## A EMPRESA

Mensagem do Presidente	9
Quem somos	11
Missão, objetivos e políticas	11
A Empresa	14
Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	15
Carteira de Participações e Sucursais	16
Síntese de indicadores	17
Reconhecimento / Prémios / certificações	19
Destaques do ano / Principais acontecimentos	21

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Linhas Estratégicas	27
Enquadramento	31
A Envolvente	
O Setor	
A Regulação	
O Negócio	43
Introdução	
Água em Alta	
Água em Baixa	
Outras Atividades	
Sustentabilidade	47
Enquadramento	
Stakeholders / Partes Interessadas	
Gestão do Risco	
Atividade Operacional	55
- Gestão do Capital Humano	
- Financeira	
- Investigação e Desenvolvimento / Inovação	
- Eventos Posteriores ao Fecho	
- Cumprimento das Orientações Legais	
Perspetivas Futuras	101
Considerações Finais	103
Proposta de Aplicação de Resultados	105
Anexo ao Relatório	107

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2016

Demonstrações financeiras	111
Nota às Demonstrações Financeiras	116
Relatório e parecer do Fiscal Único	165
Certificação Legal das Contas	169







# A EMPRESA

---

# JOSÉ MANUEL SARDINHA

Presidente do Conselho de  
Administração

“Uma palavra de agradecimento aos trabalhadores e trabalhadoras da EPAL pela excelência do trabalho realizado o qual, com a permanente cooperação da empresa com os municípios envolvidos, e com a preciosa ajuda do Acionista, da Entidade Reguladora e da Tutela, nos permitiram alcançar uma notável melhoria dos resultados, da sustentabilidade e dos indicadores de qualidade de serviço da empresa, afirmando-se como uma das principais referências, internacionalmente reconhecidas, do setor da água.”



# MENSAGEM DO PRESIDENTE

Os desafios lançados à EPAL com a reestruturação do setor público das águas e saneamento, operada em junho de 2015, suscitaram da parte dos seus responsáveis e trabalhadores/as um envolvimento e esforço notáveis que lograram alcançar performances e resultados dignos de registo.

Tanto ao nível da gestão da própria empresa, como ao da gestão delegada da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que lhe foi confiada pelo Decreto-Lei nº 94/2015, de 29 de maio, foi possível a melhoria generalizada dos indicadores, da qualidade dos serviços prestados e também do entendimento global entre a empresa e os municípios por ela servidos, celebrando assim, da melhor forma, o Ano Internacional do Entendimento Global, que ocorreu em 2016.

Os resultados líquidos do exercício, no montante de 49,7 milhões de euros, correspondem a um aumento de 5,5% face ao ano anterior e constitui o melhor valor da história da empresa, sem operações não recorrentes, o que ilustra bem a excelência do trabalho desenvolvido por todas as trabalhadoras e trabalhadores ao longo do ano.

Salienta-se ainda a redução do endividamento da empresa em 18 milhões de euros.

Nos domínios do controlo analítico da qualidade da água fornecida verificou-se também uma evolução positiva, com a redução do número anual de incumprimentos, tendo-se registado alguns meses em que o cumprimento dos valores paramétricos atingiu os 100%.

Com o valor anual de 13 milhões de euros, o investimento realizado em 2016, concentrou-se na garantia da fiabilidade e segurança, mais concretamente na renovação das redes de adução e distribuição, e na garantia da qualidade, com o projeto de reabilitação da Estação de Tratamento de Água de Vale da Pedra, que absorveu cerca de 4,5 milhões de euros.

Registou-se ainda, durante 2016, uma aposta nas atividades de manutenção, o que será reforçado nos próximos exercícios.

No decurso do exercício merece destaque o lançamento e execução de um ambicioso projeto na área de saneamento, colocando a empresa na liderança do setor do saneamento. Tratou-se de transformar a maior ETAR do país, a ETAR da Guia, na primeira instalação 100% autossustentável em energia, com enormes vantagens ambientais e económicas. Este projeto foi integralmente realizado com base numa aposta da capacidade dos seus trabalhadores e trabalhadoras, criando valor para a empresa e para os stakeholders, representando um investimento de apenas 400 mil euros que potencia poupanças anuais na ordem de 1 milhão de euros.

Relativamente a prémios e distinções externas, foram atribuídos uma Menção Honrosa à Fill Forever na categoria “Ambiente: Redução e Impactos”, pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial, na 2ª edição do Prémio Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social, e o Troféu OE/80 anos, pela Ordem dos Engenheiros ao WONE, pelo valor que veio acrescentar à Engenharia Nacional.

Ainda uma referência à campanha de incentivo ao consumo de água da torneira que, com diversas iniciativas concentradas na oferta e venda da garrafa Fill Forever, envolveu a comercialização de cerca de 26 mil unidades o que ilustra bem o sucesso deste inovador projeto.

Na EPAL continua a viver-se o presente com serenidade e com a confiança de conseguirmos superar; com a excelência dos nossos trabalhadores e trabalhadoras, todos os desafios que são colocados àquela que é hoje, a empresa de referência no setor.

Uma palavra de agradecimento aos trabalhadores e trabalhadoras da EPAL pela excelência do trabalho realizado o qual, com a permanente cooperação da empresa com os municípios envolvidos, e com a preciosa ajuda do Acionista, da Entidade Reguladora e da Tutela, nos permitiram alcançar uma notável melhoria dos resultados, da sustentabilidade e dos indicadores de qualidade de serviço da empresa, afirmando-se como uma das principais referências, internacionalmente reconhecidas, do setor da água.



# QUEM SOMOS

## Missão, objetivos e políticas

### MISSÃO

A EPAL tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

### VISÃO

Ser uma empresa de referência no setor da água. Orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água - e o ambiente.

### VALORES

A EPAL, nas suas práticas quotidianas, orienta-se pelos seguintes Valores Éticos:

- Espírito de Serviço;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor;
- Transparência.

### PRINCÍPIOS

Os Princípios de atuação da EPAL, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

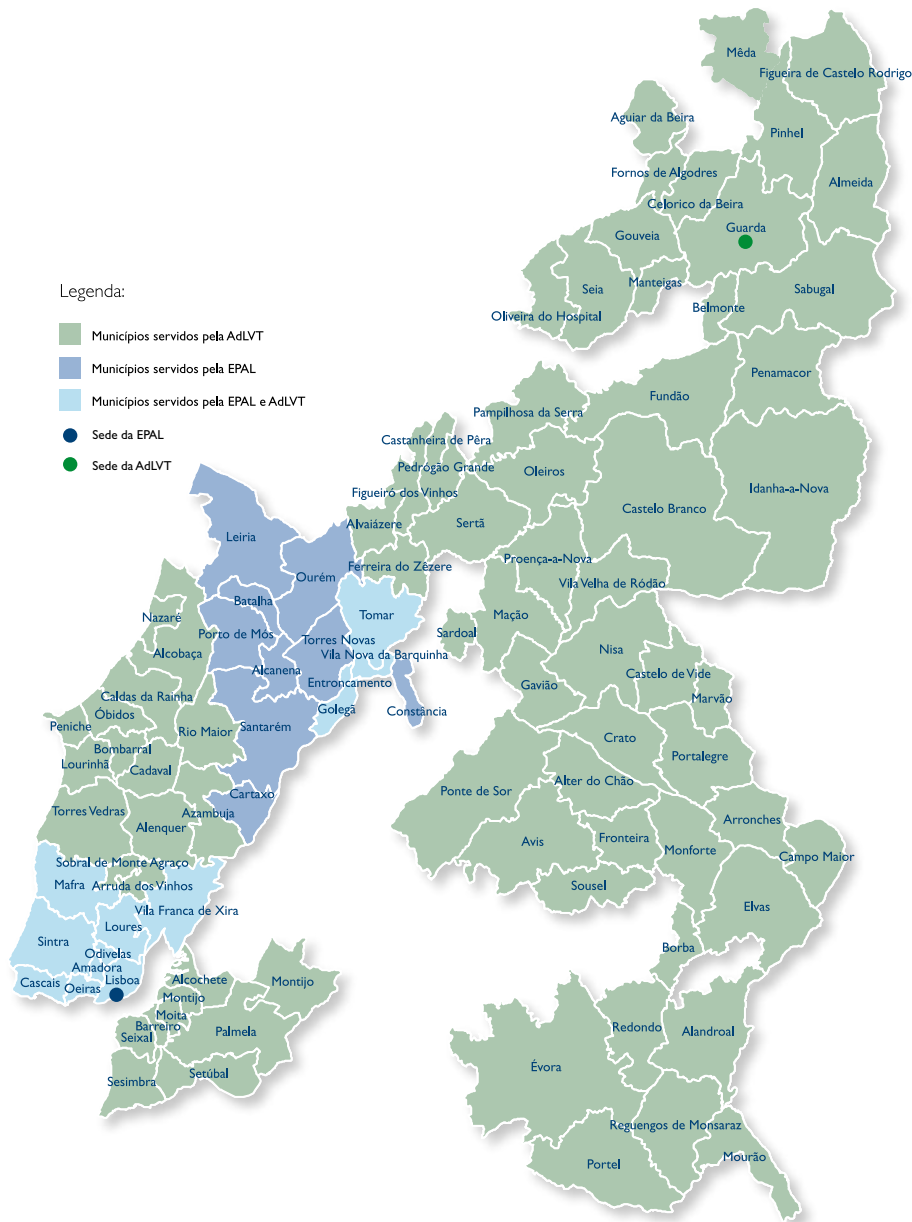
- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as;
- Respeito pela igualdade do género;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;

- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

No enquadramento da Missão, Visão e Valores da EPAL, e num quadro de respeito integral da legislação e das normas aplicáveis, de modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde das/os trabalhadoras/es, assumem os seguintes compromissos:

- Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal de LVT – Assegurar a gestão delegada do Sistema de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e do contrato de concessão da LVT, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o concedente e entidade reguladora;
- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos serviços prestados, recorrendo a profissionais qualificados e assegurar, a partir de planos, processos e procedimentos adequados, a garantia e a salvaguarda da qualidade dos seus produtos e serviços, essenciais para a saúde pública e para a preservação do ambiente. Assegurar a disponibilidade de informação e de todos os recursos necessários para atingir os objetivos e metas;
- Satisfação do/a Cliente e das outras Partes Interessadas - Antecipar, avaliar e promover, de uma forma contínua, a satisfação das necessidades e expectativas dos/as seus/suas clientes, trabalhadores/as, restantes partes interessadas e comunidade com vista à melhoria dos serviços prestados;
- Melhoria contínua conducente à eficácia e eficiência - Desenvolver as suas atividades e prestar serviços avaliando e otimizando os processos e recursos, enquanto fatores instrumentais imprescindíveis à melhoria contínua, promovendo iniciativas e projetos conducentes à eficácia e eficiência da Empresa;
- Conhecimento e Formação - Potenciar o conhecimento pessoal e a plena capacitação profissional de todos/as os/as trabalhadores/as e colaboradores/as, através da adequação e atualização de competências, da sensibilização e formação, fomentando o seu envolvimento, criatividade e responsabilidade individual;
- Preservação da condição humana - Avaliar e controlar os perigos e riscos ao nível da saúde e segurança dos/as trabalhadores/as, estimulando a sua participação ativa no encontro de soluções que previnam a possibilidade de lesões e afeções para a saúde e a ocorrência de acidentes;
- Igualdade de género – Garantir a implementação das melhores práticas de promoção de igualdade de género, reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais, implementando políticas adequadas de recursos humanos, como fator de desenvolvimento e de contributo ativo para a evolução da sociedade;
- Integridade, transparência e ética – Promover e assegurar práticas íntegras e transparentes de acordo com os princípios do pacto global das nações unidas e instruções nacionais e internacionais aplicáveis;
- Desenvolvimento sustentável - Promover os valores e as preocupações inerentes à prevenção e controlo dos impactes ambientais, com o objetivo de contribuir ativa e responsabilmente para um futuro sustentado, prevenindo a poluição e os acidentes ambientais e contribuindo para a preservação da biodiversidade e para a ecoeficiência das suas atividades;
- Racionalização dos investimentos - Formalizar metodologias e disponibilizar recursos de forma a garantir uma adequada gestão de ativos, maximizando o ciclo de vida dos ativos do negócio;
- Otimização dos recursos energéticos - Melhorar o desempenho energético global, nomeadamente o uso e consumo de energia e a eficiência energética, promovendo a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes;

- Responsabilidade social - Apoiar, promover e desenvolver ações socialmente responsáveis, assegurando o bem-estar dos/as seus/suas trabalhadores/as, através da implementação de práticas de organização do trabalho que potenciem a conciliação e o equilíbrio entre as obrigações profissionais, familiares e a vida pessoal;
- Envolvimento da cadeia de fornecimento – Fomentar que empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviços partilhem os mesmos valores, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas;
- Reforço da resiliência – Promover a adequada proteção da segurança das infraestruturas críticas, identificar e avaliar oportunidades e ameaças, definindo e planeando estratégias e táticas, de forma a potenciar a gestão dos riscos e de crises, para poder responder a situações de força maior ou de disrupção, garantindo a continuidade do negócio;
- Seguranças da informação - Gerir, adequadamente, o risco dos sistemas de tecnologias de informação, contribuindo para uma utilização mais segura dos sistemas que suportam o negócio, de forma a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação da empresa e dos seus clientes.





## A Empresa

A EPAL é sucessora da centenária CAL – Companhia das Águas de Lisboa, concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, entre abril de 1868 e outubro de 1974, altura em que terminou o contrato de concessão. É então constituída a EPAL – Empresa Pública das Águas de Lisboa, designação que mantém até 1981, quando passa a denominar-se por EPAL – Empresa Pública das Águas Livres. Em 21 de abril de 1991, por força do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL – Empresa Pública das Águas Livres é transformada em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, situação que lhe confere maior flexibilidade de gestão para concretizar o seu desenvolvimento estratégico e realizar a sua missão, passando a ter a denominação social de EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA. A partir de 1993 é integrada no então criado, Grupo AdP – Águas de Portugal SGPS, SA.

Atualmente a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, é uma empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passa a abastecer em Alta o município de Oeiras, tendo ao longo do tempo vindo a expandir esta atividade a outros municípios, servindo à data 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa).

Desde julho de 2015, a EPAL é responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, sistema que integra um universo de 86 municípios. Atualmente a área servida pela EPAL e LVT abrange 95 municípios que ocupam uma área territorial correspondente a um terço do território continental português, servindo 3,8 milhões de habitantes.

## Cadeia de Valor

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para a atividade de abastecimento, desde a origem de água (captação) até à distribuição ao cliente final.

### Operação - Água



# Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

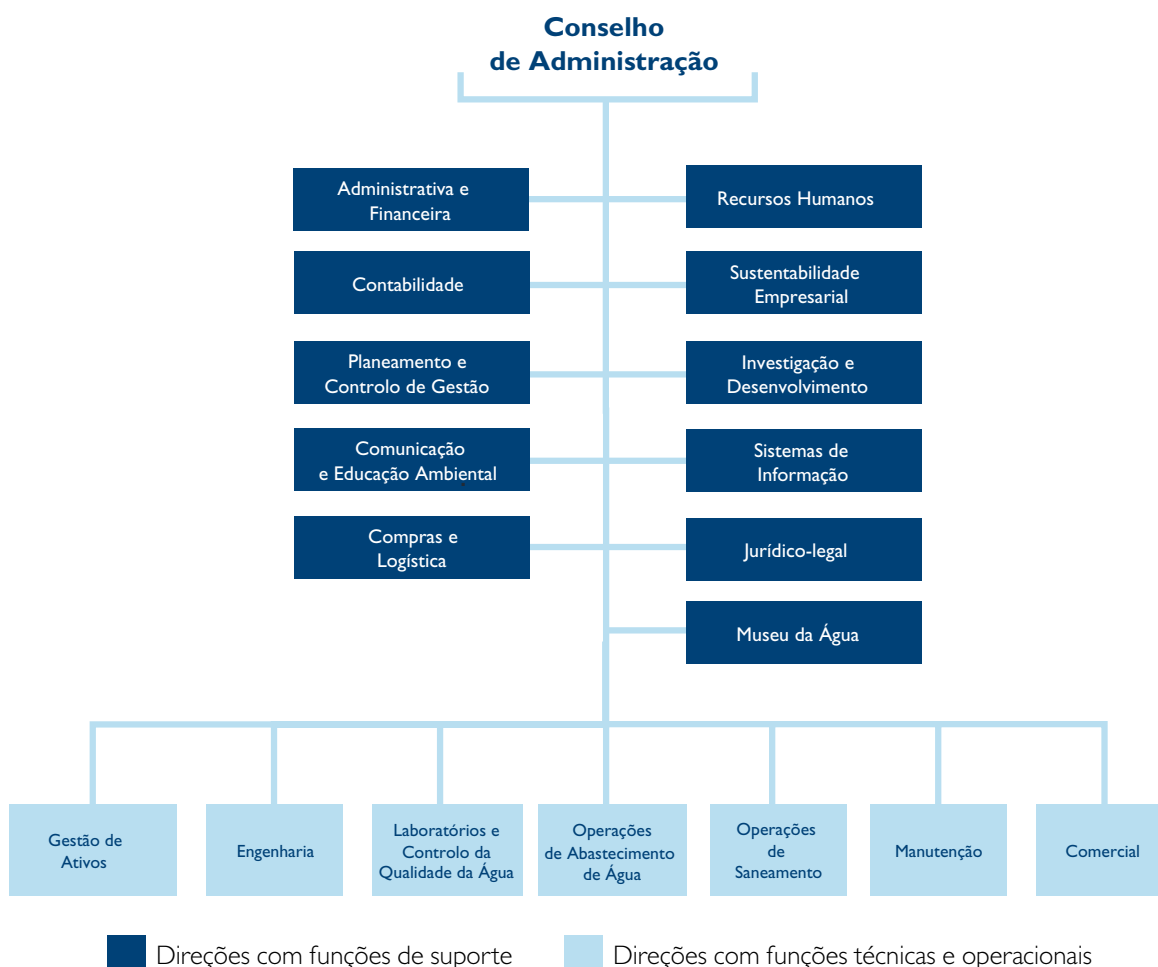
## ESTRUTURA ACIONISTA

A EPAL é uma sociedade anónima com o capital social público de 150.000.000 euros (cento e cinquenta milhões de euros), integralmente detido pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA. O capital social está dividido em 30.000.000 (trinta milhões) de ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

A Águas de Portugal foi constituída em 1993, ao abrigo do direito comercial privado, e tem como acionistas a Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, e a Parcaixa, SGPS, SA.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A reestruturação do Setor da Água, operada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, em que é atribuída à EPAL a gestão delegada do sistema da LVT deu origem, em meados do ano de 2015, à alteração da estrutura orgânica da empresa, a qual passou a ser a seguinte:



## ORGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral

Presidente | AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água  
Vice-presidente | AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA  
Secretária | Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira

### Conselho de Administração

Presidente | Eng.º José Manuel Leitão Sardinha  
Vogal | Dra. Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Vogal | Dra. Ana Sofia Pereira da Silveira  
Vogal | Eng.º Barnabé Francisco Primo Pisco  
Vogal | Dr. Rui Manuel Gonçalves Lourenço

### Secretário da Sociedade

Efetivo | Dr. José Manuel Zenha  
Suplente | Dr. Luis Durão

### Órgão de Fiscalização

Fiscal Único Efetivo | Ernst & Young Audit & Associados – SROC S.A., representada por Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira  
Fiscal Único Suplente | Dr. Rui Abel Serra Martins  
Revisor Oficial de Contas Efetivo | Ernst & Young Audit & Associados – SROC S.A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira  
Revisor Oficial de Contas Suplente | Dr. Rui Abel Serra Martins

### Comissão de Vencimentos

Presidente | (ainda não nomeado)  
Vogal | Dr. Paulo Jorge Pinto da Silva

### Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável

Presidente | Eng.º Carlos Pimenta  
Vogal | Prof.ª Maria Paula Batista Antunes  
Vogal | Eng.º Manuel Duarte Pinheiro

### Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2016, a EPAL não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem tinha qualquer sucursal.

## Síntese de indicadores

### INDICADORES DE ATIVIDADE

		2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Volume de água vendida	m <sup>3</sup>	192 067 383	197 023 373	195 646 482	-1 376 891	-0,7%
Clientes Diretos	n.º	349 151	351 041	354 302	3 261	0,9%
Clientes Municipais	n.º	17	17	17	0	0,0%
Clientes Multimunicipais	n.º	3	2	2	0	0,0%
Municípios direta e indiretamente abastecidos (exclui Lisboa)	n.º	34	34	34	0	0,0%
Consumidores	n.º	2 846 875	2 842 185	2 843 632	1 447	0,1%
Área abastecida	km <sup>2</sup>	7 095	7 095	7 095	0	0,0%

### INDICADORES FINANCEIROS

		2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Capital Social	(milhões EUR)	150,0	150,0	150,0	0,0	0,0%
Capital Próprio	(milhões EUR)	561,8	579,1	602,1	23,0	4,0%
Ativo Líquido Total	(milhões EUR)	865,1	857,1	862,3	5,1	0,6%
Passivo Total	(milhões EUR)	303,4	278,0	260,1	-17,9	-6,4%
Volume de Negócios	(milhões EUR)	142,0	143,9	151,0	7,1	4,9%
CMVMC	(milhões EUR)	2,2	2,2	1,7	-0,6	-25,8%
Fornecimento e Serviços Externos	(milhões EUR)	29,1	28,9	32,2	3,3	11,4%
Gastos Operacionais / Vol. Negócios	n.º	0,6	0,6	0,6	0,0	-0,3%
Investimento (ativos tangíveis)	(milhões EUR)	15,8	10,2	13,0	2,8	27,0%
Investimento (ativos intangíveis)	(milhões EUR)	0,0	0,0	6,4	6,4	-
Endividamento Bancário	(milhões EUR)	187,4	169,5	151,5	-18,0	-10,6%
EBITDA ajustado <sup>(1)</sup>	(milhões EUR)	101,3	92,5	94,5	2,0	2,1%
Margem EBITDA (ajustado)	%	71,3	64,3	62,6	-1,7 p.p.	-2,6%
Endividamento Líquido / EBITDA (ajustado)	n.º	1,3	1,2	0,8	-0,4	-35,7%
Resultado Líquido do Exercício	(milhões EUR)	54,0	47,1	49,7	2,6	5,5%
ROCE	%	10,0	8,8	9,1	0,3 p.p.	3,2%
Evolução do Número de Trabalhadores	n.º	1 559	1 494	1 467	-27	-1,8%
N.º de Trabalhadores <sup>(2)</sup> (EPAL)	n.º	675	647	647	0	0,0%
N.º de Trabalhadores <sup>(2)</sup> (LVT)	n.º	884	847	820	-27	-3,2%
Prazo Médio de Pagamentos	dias	38	43	37	-6	-14,0%
Prazo Médio de Recebimentos	dias	58	51	51	0	0,0%

(1) O EBITDA ajustado resulta do EBITDA expurgado dos subsídios ao investimento e das provisões e ajustamentos.

(2) De acordo com a origem.





# RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

## Prémio Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social



Promovida pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial, a 2ª edição (2016) do Prémio Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social atribuiu uma Menção Honrosa à Fill Forever na categoria "Ambiente: Redução e Impactos".

---

## Troféu OE|80 anos



Atribuído pela Ordem dos Engenheiros, em 2016, ao WONE pelo valor que veio acrescentar à Engenharia Nacional.



# DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

No início de janeiro, e na sequência do contrato celebrado, em maio de 2015, entre a EPAL e a Águas do Oeste (agora agregada na LVT), relativo ao Aditamento ao Contrato de Abastecimento de Água estabelecido entre as partes em 2003, a EPAL assumiu a exclusividade pelo fornecimento de água ao sistema, passando a explorar o sistema de abastecimento de água da extinta Águas do Oeste, assumindo todos os gastos de exploração e manutenção do sistema e o pessoal afeto à atividade de abastecimento de água.

No âmbito da gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, que teve início em julho de 2015, a EPAL prosseguiu a sua tarefa de gestão das infraestruturas afetas ao sistema LVT assim como as demais obrigações inerentes à gestão do sistema, nomeadamente a construção das infraestruturas; aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos; controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas; faturação dos serviços de fornecimento e de recolha; elaboração da contabilidade da sociedade LVT; gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal; gestão financeira e controlo de gestão; apoio jurídico; logística; comunicação; gestão de sistemas de informação; suporte e apoio à atividade.

As novas tarifas de água para 2016, entraram em vigor a partir de 1 de janeiro, dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, que veio fixar as tarifas para o período 2016-2020. As tarifas para a atividade de distribuição na cidade de Lisboa incorporam o efeito da componente tarifária acrescida que produziu efeitos a partir de 1 de janeiro. No Decreto-Lei n.º 94/2015, havido sido criado o regime de uniformidade tarifária, entre a EPAL e a LVT, e que implica que a EPAL:

- Transfira para a LVT o montante relativo à “Componente Tarifária Acrescida” (Anexo IV do Decreto-Lei n.º 94/2015) cobrado pela EPAL aos seus clientes em Alta. Esta operação não tem implicação direta nos gastos e rendimentos da EPAL, mas apenas em termos financeiros, uma vez que estes movimentos contabilísticos são registados em contas de terceiros;
- Pague à LVT o montante relativo à “Componente Tarifária Acrescida” sobre os volumes fornecidos pela EPAL em Alta à atividade de distribuição domiciliária em Lisboa (EPAL Baixa).

Em termos de investimentos, destaca-se pela dimensão a empreitada de reabilitação e modernização da Estação de Tratamento de Água de Vale da Pedra, cuja primeira pedra foi colocada no final de março, numa cerimónia presidida pelo ministro do Ambiente, João Matos Fernandes e na qual estiveram presentes o Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins, o presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, Pedro Ribeiro, diversas individualidades oficiais, órgãos de Comunicação Social, o Conselho de Administração da EPAL e Trabalhadores/as da Empresa. A obra de reabilitação e modernização da ETA é um investimento de 13 milhões de euros, importante para a preservação da qualidade da água para consumo humano. Com início em março e um prazo de execução de 970 dias, a obra irá permitir a reabilitação e modernização da ETA de Vale da Pedra, construída em 1963 e que faz parte do subsistema Tejo, o segundo mais importante da empresa.

Iniciou-se igualmente a reabilitação do reservatório de Campo de Ourique, originalmente construído na década de 80 do século XIX, e constitui parte integrante do Sistema de abastecimento de água à Cidade de Lisboa sendo, em razão do seu volume de armazenamento, o principal reservatório da Zona Média.

Destaca-se ainda a construção do Parque de Lamas da Asseiceira, um parque de lamas coberto com proteção lateral do perímetro norte dotado de uma parede em grelha, que permitirá a ventilação do espaço, o que associado ao revolvimento das lamas permitirá obter condições de eficiência adequadas à evaporação da água e a subsequente secagem das lamas até aos níveis pretendidos. O principal desígnio da EPAL com este projeto foi garantir o cumprimento integral da legislação em vigor ao mesmo tempo que assegurava a implementação de uma solução ambiental e economicamente sustentável.

A empresa continuou a apostar numa ampla divulgação e promoção do consumo de água da torneira, tendo em meados de junho inaugurado o Pátio da Água, que se manteve em funcionamento até setembro, todos os dias da semana, das 11 às 19 horas. Localizado no número 14 da Avenida da Liberdade, o pátio era um espaço fresco e confortável onde era incentivado o consumo da água da torneira, sendo para o efeito disponibilizada gratuitamente água a todos os lisboetas e turistas.

Ao longo do ano de 2016 a “Fill Forever”, a garrafa 100% nacional, concebida pela EPAL para receber e transportar a água da torneira e já merecedora de prémios, foi amplamente divulgada nas iniciativas da empresa para sensibilização para o consumo da água da torneira.

No contexto da promoção da água da torneira, prosseguiu-se a estratégia de entrega de garrafas de vidro “Água de EPAL” a diversas entidades públicas e privadas, que aderiram ao desafio do consumo exclusivo de água da rede, disponibilizando nas suas áreas comuns as garrafas que permitem fazer a afirmação da marca EPAL e a promoção de atitudes sustentáveis.

A EPAL voltou a inovar e a surpreender o setor da água, abrindo, na Academia das Águas Livres, a Pós-Graduação em “Tecnologias e Gestão da Água”, curso que junta as competências de duas faculdades de referência nacional e internacional – a FCT, na área da engenharia sanitária, e a NOVA SBE, na área da gestão – que se aliam às competências de um conjunto de formadores oriundos do mundo empresarial do setor.

O ano de 2016 ficou, também, marcado por um desempenho económico extremamente positivo, tendo-se alcançado um resultado que, expurgando efeitos não recorrentes de outros anos, consubstancia-se no melhor resultado de sempre da Empresa ao longo da sua existência.

Decorreu em dezembro de 2016 a Assembleia Geral da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, onde com o apoio unânime dos votos expressos, foi aprovada a criação das duas novas empresas, a “Águas do Tejo Atlântico” e a “Simarsul”, por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que passará a designar-se “Águas do Vale do Tejo”.

Tratou-se de uma solução construída com espírito de abertura e intensa colaboração entre o Grupo Águas de Portugal e os municípios. A solução encontrada visou garantir um equilíbrio entre todos os parceiros e utilizadores envolvidos, seguindo os princípios de contenção tarifária, solidariedade, equidade, incentivo à eficiência e estabilidade. Já em 2017 foi promulgado pelo Presidente da República o Decreto-Lei de constituição das novas empresas, esperando-se que daqui advenha um impacto relevante na atividade futura da EPAL, com a alteração da área abrangida pela gestão delegada, que passará a abranger apenas a Águas do Vale do Tejo, e com a saída de parte relevante do quadro de pessoal para as duas novas empresas.









# RELATÓRIO DE GESTÃO





# RELATÓRIO DE GESTÃO

## Linhas Estratégicas

A EPAL é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal.

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

As orientações da tutela setorial ao Grupo AdP são igualmente aplicáveis, com as devidas adaptações, às empresas que o integram, como é o caso da EPAL.

As orientações estratégicas gerais para o mandato de 2016/2018 serão fixadas na sequência da aprovação das orientações estratégicas que venham a ser fixadas para o Conselho de Administração da AdP SGPS e que se encontram a aguardar despacho do Secretário de Estado do Tesouro, na sequência do proposto pela tutela setorial, o Secretário de Estado do Ambiente.

Sem prejuízo das orientações que venham a ser definidas pela tutela e, subsequentemente, pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração deverá:

- Cumprir a sua missão e exercer a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Implementar planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em

benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade);

- Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Ainda no que diz respeito ao cumprimento de orientações aplicáveis poderão vir a ser dadas orientações à empresa alinhadas com o Plano Nacional da Água aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro, entre as quais se destacam:

- Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da promoção da constituição de parcerias integrando sistemas municipais, privilegiando a promoção da gestão do ciclo integral da água; identificação de outras alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais; adoção de medidas conducentes a uma efetiva participação dos parceiros municípios nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento;
- Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente: na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais; nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais; na constituição de centros de competência regionais em rede, em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais; na reorganização das áreas corporativas, incluindo a redistribuição de recursos de acordo com as efetivas necessidades das empresas do Grupo AdP, a criação de comités e/ou bancos de competências especializados e de inovação com as entidades regionais, com a consequente reavaliação de instalações;
- Assegurar elevados níveis de eficiência, a partir do reforço da sua natureza empresarial e incentivo aos seus quadros e alinhando-o com os desafios do setor, designadamente: sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo também para um melhor conhecimento das diferentes afetações de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente; otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação; realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho; realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001;
- Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural;
- Assegurar a gestão das infraestruturas de acordo com as boas práticas de gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente: definição da política de gestão de infraestruturas; integração organizacional das funções de conceção, construção e manutenção nas empresas operacionais; consolidação do conhecimento das infraestruturas; consolidação dos sistemas de informação e avaliação; integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas; integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro;
- Assegurar um efetivo envolvimento do Grupo AdP na implementação de medidas de proteção ambiental multisetoriais, nomeadamente as medidas necessárias para a resolução dos problemas dos efluentes agropecuários e agro-industriais;
- Capitalizar as competências e capacidades disponíveis no Grupo AdP para a implementação de projetos nacionais e para a internacionalização, neste caso, privilegiando operações de reduzido envolvimento financeiro.





# ENQUADRAMENTO

## A Envolverte

### Enquadramento Macroeconómico

#### Global

Estima-se que o crescimento mundial para 2016 será de aproximadamente 3,1% em linha com o valor do ano anterior. No entanto, este nível de crescimento constante não apresenta esta consistência quando se analisa em maior detalhe grupos específicos de países. Ao contrário de anos anteriores, as economias mais desenvolvidas apresentam taxas de crescimento maiores do que as denominadas economias emergentes (Brasil, Federação Russa, Índia, China, África do Sul, etc.) em resultado de alguma instabilidade fiscal e social. As maiores economias mundiais apresentam valores de crescimento maiores do que os expectáveis há um ano atrás, por exemplo, a perspetiva de uma diminuição da carga fiscal nos EUA, e o aumento do consumo internos na Europa influenciaram positivamente o crescimento. Ainda assim, o crescimento mundial é considerado baixo e globalmente resulta de uma diminuição generalizada quer da procura quer do investimento, bem como das incertezas no cenário político internacional e uma menor liberalização do comércio mundial.

#### União Europeia

O crescimento do Produto Interno na União Europeia esteve muito apoiado na procura interna. Os dados disponíveis sugerem que o consumo privado e o investimento contribuíram positivamente para a atividade económica, ao passo que as exportações registaram um crescimento inferior ao das importações, sendo, assim, negativo o contributo do comércio líquido. As condições no mercado de trabalho continuaram a melhorar em meses recentes, resultando no crescimento do emprego e numa descida das taxas de desemprego maiores do que o esperado. Este aumento do consumo interno é suportado quer pela melhoria dos rendimentos das famílias, registada de forma generalizada no mercado de trabalho da zona Euro, quer pela diminuição do rácio de endividamento das famílias. No que respeita ao investimento na Europa, este cresceu ligeiramente suportado pela atividade de construção, a produção de bens e serviços, mas apenas apresenta ligeiras variações face ao período anterior. Saliente-se ainda o apoio significativo da economia na Zona Euro através de políticas monetárias muito favoráveis do Banco Central Europeu.

#### Portugal

De acordo com a estimativa preliminar do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 1,9% nos últimos 3 meses de 2016, mais 0,3% do que no trimestre anterior; crescimento apenas igualado no 4º trimestre de 2013. Em 2016, a economia cresceu 1,4%, de acordo com a mesma estimativa, o que configura uma desaceleração ligeira em comparação com o desempenho económico em 2015 (1,6%). Estima-se que a dinâmica atual possa trazer mais alguma robustez à recuperação económica em Portugal, em particular se se verificar uma mudança de tendência significativa no investimento. De notar que esta aceleração é consistente com os últimos dados do mercado de trabalho, que mostraram uma manutenção da taxa de desemprego nos 10,5% no último trimestre do ano passado, enquanto na última década, com exceção de dois anos, foi sempre observada uma subida da taxa de desemprego nos últimos 3 meses de cada ano.



Em dezembro de 2016, em termos das variações homólogas mensais, as exportações cresceram 11,8%, sobretudo em resultado das exportações para os países Intra-UE que cresceram 11,3%. As importações aumentaram 12,6%, devido à evolução registada em ambos os tipos de comércio: +8,0% no Comércio Intra-UE e +29,0% no Comércio Extra-UE. Excluindo os combustíveis e lubrificantes, em dezembro de 2016 as exportações aumentaram 8,9% e as importações cresceram 9,1% face a dezembro de 2015. O défice da balança comercial de bens atingiu 1.374 milhões de euros em dezembro de 2016, o que representa um aumento de 181 milhões de euros face ao mês homólogo de 2015. O défice da balança comercial excluindo os combustíveis e lubrificantes situou-se em 950 milhões de euros, mais 84 milhões de euros face a dezembro de 2015.

Em 2016 o rácio de dívida pública deverá ficar próximo, embora acima, do nível registado em 2015. As perspetivas de evolução a partir de 2017 apresentam-se, por agora, favoráveis. Saliente-se que o rácio de 2016 estará pressionado em alta, pois a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) refere que a operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos já está financiada (e incluída na almofada de liquidez), sendo maior a probabilidade que a correção do rácio em 2017 seja significativa.

Em 2016, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média anual de 0,6% (0,5% no ano anterior). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média anual situou-se em 0,7% (valor idêntico ao de 2015). O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português registou uma taxa de variação média anual de 0,6% em 2016 (0,5% no ano anterior).

A taxa de desemprego situou-se em 10,5% no 4.º trimestre de 2016, totalizando 11,1% no perímetro do ano. A população desempregada, estimada em 543,2 mil pessoas, registou no trimestre uma diminuição de 1,2% (menos 6,3 mil pessoas) e uma diminuição anual homóloga de 14,3% (menos 90,7 mil pessoas), enquanto a população empregada, estimada em 4.643,6 mil pessoas, registou um decréscimo de 0,4% (menos 17,9 mil pessoas) no trimestre e um acréscimo anual homólogo de 1,8% (mais 82,1 mil pessoas). Em termos de média anual, a taxa de desemprego situou-se em 11,1% em 2016, o que representa uma diminuição de 1,3% em relação a 2015. Dados da Comissão Europeia, indicam que os trabalhadores/as em Portugal deverão voltar a perder poder de compra nos próximos dois anos, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos. A compensação real por trabalhador em Portugal (um indicador próximo da evolução do poder de compra, pois desconta a inflação) deve cair 0,6% em média até 2018, colocando Portugal como o terceiro pior caso da Europa, a seguir à Finlândia e ao Reino Unido. No salário nominal per capita, a desvalorização média anual deve rondar os 1,2% (logo a seguir ao Chipre, Itália e Finlândia, os últimos da lista).

A evolução demográfica em Portugal continua a caracterizar-se pela redução da população residente, declínio este que se mantém desde 2010, com um valor aproximado de menos 50 mil pessoas em cada ano. A redução dos nascimentos, o fenómeno emigração e o acentuado envelhecimento da população são outras variáveis que têm caracterizado a demografia em Portugal.

Fonte: FMI world economic outlook; European Commission economic outlook; BPI Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; INE.

## O Setor

A escassez de água está identificada como principal risco mundial com impacto na sociedade, constituindo uma grande ameaça ao crescimento económico e à estabilidade em todo o mundo.

De acordo com o relatório “High and Dry: Climate Change, Water, and the Economy” publicado pelo Banco Mundial em 2016<sup>1</sup>, a escassez de água, agravada pelas alterações climáticas, pode custar até 6% do PIB de algumas regiões do globo, além de potenciar a migração das populações e provocar conflitos.

Este relatório também destaca a grande relevância da gestão da água para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>2</sup> sublinhando que a água, que está individualizada no “ODS 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável

da água e saneamento para todos”, está também presente em todos os ODS, designadamente porque: o abastecimento de água em quantidade é vital para a produção de alimentos e essencial para atingir o ODS 2 sobre a segurança alimentar; os sistemas de saneamento e de produção de água potável e segura são necessários para a saúde, como exigido nos ODS 3 e 6; a água é necessária para alimentar indústrias e criar empregos de acordo com os ODS 7 e 8; sem água não é possível alimentar os serviços dos ecossistemas do planeta identificados nos ODS 13, 14 e 15.

Os 17 ODS fazem parte da agenda de ação até 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovada na cimeira realizada em Nova Iorque em setembro de 2015 e tendo por objetivo criar um modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

No âmbito específico do ODS 6, as metas são alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, melhorando a sua qualidade, reduzir as águas residuais não tratadas e aumentar a eficiência no uso da água em todos os setores, promovendo a reciclagem e reutilização de água e combatendo a sua escassez a nível global. É também estabelecido o objetivo de, até 2020, manter protegidos e restaurados os ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, pântanos, rios, aquíferos e lagos.

O reconhecimento da água como um direito humano pela Assembleia Geral da ONU em 2010 veio implicar a obrigação dos Estados respeitarem, protegerem e assegurarem o direito e de que os serviços de água e saneamento têm de ter preços razoáveis para todos.

A ONU também alerta para o facto de a água ser uma componente essencial das economias nacionais e locais, necessária para criar e manter empregos em todos os setores<sup>3</sup>. Sublinhando que a gestão sustentável dos recursos hídricos é uma força motriz essencial para o crescimento verde e para o desenvolvimento sustentável, a ONU regista que metade da força de trabalho mundial está empregada em oito setores dependentes de recursos hídricos e naturais - agricultura, silvicultura, pesca, energia, indústria transformadora, reciclagem, construção e transporte – sendo a gestão sustentável dos recursos hídricos, a infraestrutura hídrica, o acesso ao abastecimento seguro, fiável e regular de água e a serviços adequados de saneamento fatores determinantes de melhoria dos padrões de vida, de expansão das economias locais e de maior inclusão social das populações.

Considerando que 40% da população mundial vive atualmente em bacias hidrográficas que estão sob pressão e que as suas necessidades de água irão crescer em 55% até 2050, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) também alerta para os desafios significativos da sobre-exploração e da contaminação dos aquíferos, designadamente ao nível da segurança alimentar, da saúde dos ecossistemas e da segurança do abastecimento de água.

A OCDE prevê que, em 2050, 240 milhões de pessoas continuem sem acesso à água potável e que 1.400 milhões permaneçam sem acesso a serviços de saneamento básico.

No que respeita aos investimentos do setor nos países da OCDE, a Organização projeta necessidades significativas de investimento em renovação e beneficiação para fazer face ao envelhecimento das infraestruturas e à obsolescência das tecnologias de serviços de água, estimadas em US\$ 6.700 mil milhões até 2050.

O Programa de Ação em matéria de Ambiente (7.º PAA)<sup>4</sup> da União Europeia (UE) para 2020 identifica áreas prioritárias para travar a perda da biodiversidade e para alcançar um bom estado para as águas e o ambiente marinho da Europa e, no que respeita à sustentabilidade das cidades, identifica problemas e objetivos relacionados com escassez de água, baixa qualidade do ar, níveis elevados de ruído, emissões de gases com efeito de estufa e resíduos.

Também a UE está empenhada em trabalhar com os parceiros internacionais para a adoção dos ODS, pelo que propõe, através do 7º PAA, explorar medidas que possam ser tomadas para reduzir os impactos no ambiente fora das fronteiras da União e tendo em vista ajudar a concretizar o objetivo mundial de «Viver bem, dentro dos limites do nosso planeta».

O plano destinado a preservar os recursos hídricos da Europa, apresentado pela Comissão Europeia em 2012<sup>5</sup>, tinha já reiterado a necessidade de colocar a gestão dos recursos hídricos da Europa numa perspetiva mais ampla, abordando todos os consumidores de água, bem como as interações da água com outros recursos, como o solo e a energia. Este plano propõe uma “caixa de ferramentas” a que os Estados-Membros podem recorrer para melhorar a gestão da água a nível nacional, regional e das bacias hidrográficas

nomeadamente com incidência nos seguintes níveis: tarifação da água (incluindo recuperação dos custos) para incentivar a eficiência; a redução do consumo de água; a redução de captações ilegais; a redução de perdas; e a reutilização da água e melhor cálculo dos custos e benefícios (juntamente com a tarifação da água).

O plano tem o apoio da Parceria de Inovação no domínio da Água, também lançada em 2012, e está estreitamente relacionado com a estratégia de crescimento da UE "Europa 2020" a qual está centrada em cinco objetivos ambiciosos nas áreas do emprego, inovação, educação, redução da pobreza e clima/energia.

Na "Europa 2020" dá-se elevada importância aos desafios relacionados com as alterações climáticas, designadamente no que respeita à necessidade de redução das emissões e da utilização de novas tecnologias de produção de energia, como a solar e a eólica, bem como ao fortalecimento da resiliência das economias aos riscos climáticos e da capacidade de prevenção e de resposta aos desastres.

A respeito das alterações climáticas, 2016 destaca-se pela entrada em vigor do Acordo de Paris para o clima, em 4 de novembro, adotado pelos países da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e consubstanciado no compromisso de manter o aumento da temperatura global neste século abaixo dos 2 graus Celsius.

Materializando o objetivo de cooperação fora das fronteiras da União, a UE anunciou então contribuições financeiras para projetos relacionados com as alterações climáticas, nomeadamente para a iniciativa do G7 sobre seguro de risco climático InsuResilience<sup>6</sup>.

Dados da UE indicam que o custo anual mínimo da não-adaptação às alterações climáticas pode variar entre 100 mil milhões de euros em 2020 e 250 mil milhões em 2050, para o conjunto dos países da União. Só no que respeita a perdas económicas diretas na União devidas a inundações entre 1980 e 2011, registam-se 90 mil milhões de euros, estimando-se que estes custos se agravem para montantes anuais de 20 mil milhões de euros na década de 2020 e 46 mil milhões de euros na década de 2050.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) é atualmente o maior fornecedor multilateral de financiamento para apoiar a ação climática, representando o financiamento climático cerca de 26% de todos os empréstimos concedidos pelo banco da Europa. Nos próximos cinco anos o BEI espera aplicar cerca de 100 mil milhões de dólares em investimentos em projetos climáticos em todo o mundo.

No que respeita a projetos ambientais, nomeadamente relacionados com a produção de água segura para consumo, em 2016 o BEI concedeu 16,9 mil milhões de euros de financiamento a projetos que abrangeram 25 milhões de pessoas em todo o mundo.

No setor da água em 2016 é ainda de destacar a realização em Brisbane, Austrália, do Congresso Mundial da IWA – Internacional Water Association (Associação Internacional da Água) no qual se focaram igualmente as questões relacionadas com a resiliência à escassez de água e o uso eficiente da água como fator de sustentabilidade das cidades. Durante o congresso, a IWA lançou os "IWA Principles for Water Wise Cities"<sup>7</sup> destinados a apoiar os gestores municipais na integração da água no planeamento e nos projetos das cidades, com vista a promover maior resiliência às alterações climáticas, melhor habitabilidade e mais eficiência na gestão nas comunidades urbanas.

## A Água e Saneamento em Portugal

O setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, reconhecidamente um grande contribuidor de desenvolvimento económico, social e ambiental, tem uma evolução gradual positiva nos últimos anos em Portugal.

Os dados mais recentes da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) indicam que em termos de qualidade da água foi atingido praticamente o pleno, com a percentagem de análises realizadas em 2015 nos 99,93%, um valor considerado de excelência. Relativamente ao cumprimento dos valores paramétricos verifica-se que a percentagem de água controlada e de boa qualidade é de cerca de 99%, evidenciando que a qualidade da água na torneira dos consumidores apresenta, de uma forma consistente, índices elevados. No mesmo ano, 96% dos alojamentos estavam cobertos com o serviço de abastecimento de água, 83%

com o serviço de drenagem de águas residuais, sendo que 82% incluíam o tratamento adequado dessas águas.

Tendo por objetivo promover junto das populações o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade e adequado às suas necessidades, com custos socialmente aceitáveis, está em curso o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental no período 2014-2020, com a designação: “PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais”.

O PENSAAR 2020 tem em conta o quadro legal comunitário e nacional em vigor, a política europeia em inovação para o setor e a visão da Comissão Europeia sobre o apoio comunitário e expressa no documento *Position of the Commission Services on the development of the partnership agreement and programmes in Portugal for the period 2014-2020*.

Focalizada na gestão eficiente dos recursos e centrada em temas como a reestruturação do setor e os recursos financeiros a mobilizar, esta estratégia setorial para o horizonte 2020 orienta a política pública para a prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado.

O quadro estratégico está organizado em 5 eixos e 19 objetivos operacionais, para os quais foram definidos indicadores a serem monitorizados anualmente, e um Plano de Ação envolvendo um conjunto de 48 medidas suportado por 135 ações que pretendem concretizar os objetivos operacionais.

A primeira reunião do Grupo de Apoio à Gestão do PENSAAR 2020 (GAG) realizou-se em junho de 2016, tendo sido apresentado, em 15 de dezembro, o 1.º Relatório do GAG onde, embora destacando a trajetória positiva do setor da água, se assinalam situações de desempenho mais fraco no âmbito da sustentabilidade das entidades gestoras e da eficiência dos serviços, designadamente na redução de perdas de água, na otimização dos custos operacionais e no equilíbrio dos orçamentos, cuja resolução poderá potenciar uma maior capacidade de investimento e modernização dos serviços e uma melhor qualidade do serviço prestado às populações.

No que respeita à “Garantia do direito humano de acesso aos serviços de águas”, a informação reportada pela ERSAR no referido relatório revela que a acessibilidade económica do serviço está garantida através de tarifários acessíveis.

Já o relatório relativo à avaliação da aplicação da legislação ambiental da UE<sup>8</sup> divulgado pela Comissão Europeia no início de fevereiro de 2017 confirma que Portugal enfrenta ainda problemas consideráveis nos domínios da gestão dos recursos hídricos e dos resíduos, da qualidade do ar e da conservação da natureza. Não obstante, apresenta aspetos de excelência do desempenho de Portugal, com destaque para as melhorias da qualidade dos sistemas de abastecimento de água potável registadas na última década.

No que respeita aos planos de gestão, há a destacar, em 2016, a aprovação dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) de Portugal Continental (2º Ciclo) para o período 2016-2021<sup>9</sup>. Estes planos abrangem as bacias hidrográficas e as águas costeiras integradas em 8 regiões hidrográficas e constituem a base de suporte à gestão, à proteção e à valorização social e económica das águas. Foram igualmente aprovados os Planos de Gestão de Riscos de Inundações (PGRI)<sup>10</sup> para o período 2016-2021, para 7 regiões hidrográficas, com o objetivo de reduzir as consequências associadas às inundações através da diminuição das potenciais consequências prejudiciais para o ambiente, as atividades económicas, a saúde humana, o património cultural e as infraestruturas.

Já em novembro de 2016, foi aprovado o novo Plano Nacional da Água (PNA)<sup>11</sup> no qual se definem as grandes opções estratégicas da política nacional da água, a aplicar em particular pelos planos de gestão de região hidrográfica (PGRH) para um período de dez anos. O PNA antecipa também grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022-2027, que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da Diretiva-Quadro da Água. Simultaneamente foi criada a Comissão Interministerial de Coordenação da Água que deverá assumir-se como a entidade privilegiada para a coordenação das políticas de água, promovendo o envolvimento de todos os interessados, nomeadamente dos agentes económicos, definindo a alocação de responsabilidades e a necessária articulação dos instrumentos de planeamento e das políticas de recursos hídricos com as outras políticas setoriais.

A destacar também a criação do Fundo Ambiental<sup>12</sup>, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2017 e veio extinguir o Fundo Português de Carbono, o Fundo de Intervenção Ambiental, o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos e o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Logo em janeiro de 2017, o Ministério do Ambiente anunciou a disponibilização de 154 milhões de euros pelo Fundo Ambiental para apoiar o investimento na área do ambiente em 2017 e garantir o cumprimento dos objetivos assumidos a nível internacional em matéria de desenvolvimento sustentável e alterações climáticas.

É ainda relevante realçar as Grandes Opções do Plano para 2017, cujas prioridades de investimento são contempladas e compatibilizadas no âmbito do Orçamento do Estado para 2017, as quais vêm dar continuidade ao caminho traçado em 2016 de reforço da garantia do acesso e da sustentabilidade dos serviços públicos de água e saneamento, nomeadamente através das seguintes medidas:

Implementar o funcionamento, com aposta na execução efetiva dos recursos disponíveis, do Fundo Ambiental e rever a fiscalidade verde, promovendo comportamentos ambientais positivos. O Fundo Ambiental permitirá a aplicação de tarifas pelos sistemas de forma a não comprometerem a sua função social;

Continuar a organização do setor dos serviços urbanos de água e saneamento, revertendo o processo das fusões de vários dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, em articulação com os municípios, promovendo o equilíbrio económico e financeiro das entidades gestoras, integrando as redes de drenagem de águas pluviais e a sua progressiva organização a uma escala ótima;

Implementar o PNA que estabelece os objetivos que visam formas de convergência entre os objetivos da política de gestão das águas nacionais e os objetivos globais e setoriais de ordem económica, social e ambiental;

Implementar os PGRI, estabelecendo assim um quadro para a avaliação e para a gestão dos riscos de inundação, com o objetivo de reduzir as consequências associadas a estes fenómenos, prejudiciais para a saúde humana, para o Ambiente, para o património cultural, para as infraestruturas e para as atividades económicas, promovendo no imediato um programa de obras para as intervenções mais urgentes.

Neste âmbito é ainda de referir que em 2016, em cumprimento do previsto no Programa do XXI Governo Constitucional, se iniciaram os estudos para reverter as agregações de sistemas que não mereceram o acordo dos municípios. O Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, que procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, permitiu a criação de sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, mediante a cisão dos sistemas multimunicipais criados por agregação.

Também durante 2016 se prosseguiu com estudos tendentes à constituição e/ou revisão de parcerias estado-autarquias para a gestão de serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais.

## O Grupo AdP

No âmbito do PENSAAR 2020 e da organização do setor, a intervenção do Grupo AdP focou-se na reavaliação dos processos de agregação dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento e concretização dos respetivos destaques para a Área Metropolitana do Porto (criando as empresas Águas do Douro e Paiva e Simdouro) e grandes centros urbanos de Lisboa (com a prevista criação das empresas Águas do Tejo Atlântico e Simarsul).

A solução encontrada visa garantir um equilíbrio entre todos os parceiros e utilizadores envolvidos, seguindo os princípios de contenção tarifária, solidariedade, equidade, incentivo à eficiência e estabilidade.

Quanto aos sistemas em baixa, o Grupo AdP está também a colaborar no apoio à reorganização dos serviços em baixa, em linha com os objetivos de aumento de escala e eficiência preconizados pelo Governo para este setor; nomeadamente através da disponibilização de informação técnica relevante baseada em estudos técnicos e na experiência do Grupo na gestão de redes em baixa (Lisboa, Aveiro e região Noroeste).

O Grupo AdP tem vindo, nos últimos anos, a transitar de um ciclo de investimentos em novas infraestruturas para um conjunto de investimentos de substituição e manutenção que, apesar de apresentarem menores volumes de investimento, representam uma complexidade superior, quer pela decisão do momento ideal para realizar o referido investimento, quer pela necessidade de manter os ativos em funcionamento.

Ao nível da gestão dos aproveitamentos hidráulicos, destaca-se a criação de um grupo de trabalho para a gestão de barragens que visa desenvolver um modelo sustentável e responsável de integração da gestão destes ativos nas atividades das diversas empresas participadas.

O Grupo AdP encontra-se também a desenvolver ações que visam a redução das emissões de carbono da sua atividade, nomeadamente através da atuação ao nível da eficiência energética e produção de energia através de recursos endógenos ou naturais (Biogás, fotovoltaica, eólica).

Em matéria de gestão de ativos, tem-se desenvolvido uma abordagem baseada na gestão de informação tendo a inventariação e cadastro de infraestruturas sido prioritárias.

No que respeita à inovação e desenvolvimento de metodologias, tecnologias e produtos, destacam-se diversos projetos em curso de inovação e desenvolvimento internacionais, assumindo um papel de dinamização e captação de recursos financeiros europeus para dinamização desta área necessária à evolução do setor.

## A Regulação

O Grupo AdP, através das suas empresas operacionais, exerce duas atividades reguladas que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente: abastecimento público de água e saneamento de águas residuais.

A exploração e gestão dos sistemas de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais assenta nos princípios da prossecução do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

O Grupo AdP atua nas atividades de “alta”, através dos sistemas multimunicipais e da EPAL, e nas atividades de “baixa”, através das parcerias Estado-Autarquias, da EPAL, da Águas do Norte e da Águas de Santo André (AdSA). Estas atividades são exercidas com modelos de gestão e regulatórios diferenciados, sujeitos à intervenção da ERSAR nos termos definidos pelos respetivos estatutos, que foram aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Nos termos da alínea a) do artigo 11.º dos estatutos da ERSAR, compete à entidade reguladora elaborar e aprovar regulamentos com eficácia externa, entre os quais o regulamento tarifário.

Nos termos do disposto nos artigos 12.º e 37.º dos estatutos da ERSAR a proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas deve ser sujeita a parecer do Conselho Tarifário da ERSAR e a consulta pública.

O Conselho Tarifário é um órgão de consulta específico para as funções da ERSAR relativas a tarifas e preços, estando as suas funções, competências e composição definidas nos artigos 37.º e 38.º da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

O Grupo AdP integrou em 2016 um grupo de trabalho de apoio ao Conselho Tarifário da ERSAR o qual analisou a proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas apresentada na reunião de abril de 2015 do Conselho Consultivo da ERSAR, tendo emitido um relatório e recomendações para o Conselho Tarifário relativamente à referida proposta.

## Regulação Económica

As atividades desenvolvidas pelas entidades gestoras de serviços de águas pertencentes ao universo do Grupo AdP são reguladas pela ERSAR e pelo disposto nos diplomas de constituição ou estatutários, bem como pelos contratos de concessão, parceria e gestão que regem a respetiva atividade.

Para os sistemas de titularidade estatal que incluem os Sistemas Multimunicipais (SMM) e a EPAL, a ERSAR detém o poder de fixar as tarifas, assim como supervisionar outros aspetos económico-financeiros das respetivas entidades gestoras, nomeadamente emitindo pareceres, propostas e recomendações.

De referir que a ERSAR tem ratificado a atualização tarifária para os SMM agregados, uma vez que os diplomas de constituição destes SMM e os respetivos contratos fixaram as tarifas para o denominado período de convergência tarifária (2016-2020) bem como para a EPAL.

Para os sistemas de titularidade estatal que consubstanciam Parcerias Estado-Autarquias, a ERSAR detém o poder de regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas, sendo as propostas tarifárias submetidas a parecer prévio da ERSAR.

O modelo de gestão da EPAL assenta numa gestão delegada exercendo esta entidade gestora a atividade em “alta” e em “baixa” de abastecimento público de água.

A EPAL rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

Os referidos diplomas estabelecem que as tarifas de água, bem como as tarifas dos serviços auxiliares prestados pela EPAL, devem, em qualquer caso, assegurar receitas que permitam a cobertura dos respetivos encargos de exploração e assegurem os níveis adequados de autofinanciamento, de cobertura de risco e de remuneração do capital investido.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, foi delegado na EPAL a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de Lisboa e Vale do Tejo.

Sem prejuízo do regime de uniformidade tarifária criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a aprovação do tarifário a aplicar pela EPAL compete à ERSAR, em observância dos critérios fixados na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), alterada pelos Decretos-Leis n.os 245/2009, de 22 de setembro, 60/2012, de 14 de março, e 130/2012, de 22 de junho e demais legislação e regulamentação complementares, atentas as especificidades e o risco associado ao sistema gerido pela EPAL e aos contratos celebrados.

Nos termos do diploma que rege a atividade desenvolvida pela EPAL, entende-se que a remuneração adequada dos capitais investidos é assegurada pela aplicação de uma taxa correspondente ao custo médio ponderado de capital de referência sobre o valor dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis, diretamente relacionados com o serviço público prestado, líquidos de amortizações e subsídios ao investimento. Esta taxa deve refletir os riscos específicos acrescidos associados à gestão do sistema de gestão delegada, ter por referência o financiamento de projetos equivalentes financiados em condições de mercado e atender à capacidade de financiamento da sociedade no mercado de capitais.

Os artigos 32.º a 36.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio definem um regime de uniformidade tarifária entre o sistema gerido pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a EPAL, que determina a uniformidade da tarifa a aplicar em “alta” entre as duas empresas para cada período quinquenal. Estas tarifas estão sujeitas à aprovação da ERSAR. Deste regime decorre uma compensação tarifária acrescida a entregar pela EPAL ao sistema gerido pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que pondera os valores faturados e os efetivamente cobrados.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ficaram estabelecidas as tarifas que a EPAL deverá cobrar em 2015 e para o período 2016-2020, a preços de 2015. Decorre por isso que, durante o ano de 2016, a ERSAR aprovou a atualização tarifária nos termos da legislação, o que se veio a verificar a 23 de outubro de 2015, mediante parecer da Entidade Reguladora.



## Regulação da qualidade do serviço

Nos termos dos estatutos da ERSAR, compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água e no saneamento de águas residuais prestado pelas entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a indicadores de desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em dezembro de 2016 foi publicado e divulgado o Volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras com os dados referenciados a 31 de dezembro de 2015.

Nos termos da alínea b) do artigo 11.º dos estatutos da ERSAR, compete à Entidade Reguladora elaborar e aprovar regulamentos com eficácia externa, entre os quais o regulamento da Qualidade de Serviço.

Durante o ano de 2016 não se verificaram desenvolvimentos sobre esta matéria.

## Regulação da qualidade da água para consumo humano

As entidades gestoras de sistemas de abastecimento público de água estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, verifica-se que ao longo dos anos se têm mantido elevados padrões de qualidade de água produzida e fornecida pelas entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP.

Nos termos dos estatutos da ERSAR, compete à entidade reguladora exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento público de água, promovendo a melhoria da sua qualidade e universalidade, avaliando o desempenho dessas entidades.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e do Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho, as entidades gestoras de abastecimento público de água devem elaborar e submeter anualmente para aprovação da ERSAR o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) cabendo àquela Entidade Reguladora efetuar ações de fiscalização à respetiva implementação.

No cumprimento da legislação vigente, as entidades gestoras de abastecimento público de água implementam o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às respetivas entidades competentes.

O PCQA de 2016 referente à Alta da EPAL foi submetido em 11 de setembro de 2015 e aprovado em 28 de dezembro de 2015 pela ERSAR. Em 2016, no âmbito do PCQA Alta aprovado pela Entidade Reguladora, foram efetuadas 17.621 análises (das quais 13580 com VP definido no DL), sendo que foram detetados 15 incumprimentos aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho, com uma percentagem de cumprimento de 99,89%.

O PCQA de 2016 referente à Baixa da EPAL foi submetido em 29 de setembro de 2015 e aprovado em 28 de dezembro de 2015 pela ERSAR. Em 2016, no âmbito do PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, foram efetuadas 12.128 análises (das quais 9.528 com VP definido no DL), sendo que foram detetados 33 incumprimentos dos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho, com uma percentagem de cumprimento de 99,65%.



Anualmente, os resultados do controlo da qualidade da água realizado pelo conjunto das entidades gestoras no âmbito da implementação do PCQA aprovado é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em agosto de 2016 foi publicado e divulgado o Volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano referenciados a 31 de dezembro de 2015.

Em 2004, a Organização Mundial da Saúde publicou as suas Recomendações para a Qualidade de Água para Consumo Humano (3ª Edição), onde se propõe uma abordagem de avaliação e gestão de riscos para o controlo da qualidade da água potável através de Planos de Segurança da Água (PSA). Neste ano, foi também publicada a Carta de Bona (Bonn Charter for Safe Drinking Water) por iniciativa da International Water Association (IWA).

Com o objetivo de fornecer água de elevada qualidade da confiança dos seus consumidores, desde 2004 que um conjunto de entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP, reconheceram nos Planos de Segurança da Água (PSA) uma metodologia para assegurar a qualidade e a segurança no abastecimento público de água para consumo humano.

Desde 2011 que o Grupo AdP, através de uma metodologia pormenorizada de gestão de risco, dispõe de um manual que, capitalizando as experiências das empresas com PSA já implementados, incorpora as melhores práticas e as metodologias mais recentes de avaliação e gestão do risco e apoia a implementação destes princípios noutros sistemas de abastecimento de água.

## Regulação das relações comerciais

Nos termos dos estatutos da ERSAR, compete à Entidade Reguladora regular as relações comerciais através da definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em “alta” e em “baixa” e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente, no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

No âmbito das suas competências, foi emitida pela ERSAR a Recomendação n.º 1/2010 relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores finais, pelas entidades gestoras que prestem esses serviços.

Adicionalmente, com a publicação da Lei n.º 12/2014 de 6 de março, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, modificaram-se os regimes de faturação e contraordenacional das entidades gestoras de sistemas municipais.

O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, determina que aquelas entidades gestoras são obrigadas, a partir de 1 de março 2015, a cumprir com a emissão de faturas detalhadas aos clientes finais (utilizadores em baixa) que incluam a decomposição das componentes de custo que integram o serviço prestado a tais utilizadores, seja de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.

A legislação da “fatura detalhada” vincula as entidades gestoras de sistemas municipais à obrigação de transferirem 50% do valor da fatura cobrada de cada um dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos, para a entidade gestora do sistema multimunicipal ou intermunicipal e sempre limitado ao valor devido a essa entidade gestora, não podendo o produto da cobrança ser utilizado para qualquer outro fim.

Nos termos da alínea c) do artigo 11.º dos estatutos da ERSAR, compete à entidade reguladora elaborar e aprovar regulamentos com eficácia externa, entre os quais o regulamento de Relações Comerciais.

A 30 de dezembro de 2016, através da consulta pública n.º 4/2016, iniciou-se o período de consulta pública do projeto de regulamento de relações comerciais dos serviços de águas e resíduos, sendo expectável que venham a existir desenvolvimentos sobre esta matéria durante o ano de 2017.

## Regulação da interface com os consumidores

Nos termos dos seus estatutos, compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da interface dos consumidores junto das entidades gestoras.

A ERSAR, nesse âmbito, tem como atribuição conhecer as reclamações dos utilizadores e os conflitos que envolvam as entidades gestoras dos serviços de águas, analisando-as, promovendo o recurso à conciliação e arbitragem entre as partes, como forma de resolução de conflitos, e tomando as providências que considere urgentes e necessárias, bem como promover a resolução de litígios destes com as entidades gestoras.

Anualmente, os resultados das reclamações recebidas pela ERSAR, em número e por assunto são também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em dezembro de 2016 foi publicado e divulgado o Volume I do RASARP com os resultados das reclamações recebidas referenciados a 31 de dezembro de 2015.

## Regulação ambiental

As entidades gestoras de serviços de águas pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação ambiental da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, nos termos e para efeitos do disposto na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água) cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras, emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

Para cobertura dos seus encargos, a APA tem vindo a cobrar a Taxa de Recursos Hídricos (TRH), prevista no regime económico e financeiro dos recursos hídricos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho.

No apuramento da TRH para 2016, de acordo com o n.º 2 do artigo 5º-A da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro (Fiscalidade Verde), foi definido um limite para o volume de água não faturada em “alta” de 5% e em “baixa” de 20%, sendo eventuais valores superiores a estes volumes suportados pelas entidades gestoras como incentivo à redução de perdas.

### Notas

1 <http://www.worldbank.org/en/topic/water/publication/high-and-dry-climate-change-water-and-the-economy>

2 <http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>

3 <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/water/wwap/wwdr/2016-water-and-jobs/>

4 <http://ec.europa.eu/environment/pubs/pdf/factsheets/7eap/pt.pdf>

5 <http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2012/PT/1-2012-673-PT-F1-1.Pdf>

6 <http://newsroom.unfccc.int/lpaa/resilience/g7-climate-risk-insurance-initiative-stepping-up-protection-for-the-most-vulnerable/>

7 <http://www.iwa-network.org/publications/the-iwa-principles-for-water-wise-cities/>

8 [http://ec.europa.eu/environment/eir/pdf/report\\_pt\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/environment/eir/pdf/report_pt_pt.pdf)

9 Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, republicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 22-B/2016, de 18 de novembro.

10 Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro, republicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 22-A/2016, de 18 de novembro

11 Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro

12 Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto



# O Negócio

## Introdução

A EPAL rege-se pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, e pelos seus Estatutos, anexos a esse diploma.

No ano transato ocorreram alterações, no quadro legislativo e organizativo, que afetaram significativamente a atividade da EPAL. Desde logo, ao nível da Missão da EPAL, que passou a incluir a gestão e exploração de sistemas de saneamento e a gestão delegada do sistema multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo.

Na sequência do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL passou a gerir, a partir de 30 de junho de 2015, para além do seu próprio sistema de abastecimento, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), que abrange os extintos sistemas multimunicipais da SANEST, SIMTEJO, SIMARSUL, Águas do Centro, Águas do Zêzere e Côa, Águas do Centro Alentejo, Águas do Norte Alentejano e Águas do Oeste, correspondente a um total de 86 Municípios abrangidos. Globalmente, a EPAL passou a ser responsável pela gestão de sistemas em alta que abrangem 95 municípios e 36% da população nacional.

No âmbito da gestão delegada desse sistema, a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas afetas ao sistema LVT, como todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema: construção das infraestruturas; aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos; controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas; faturação dos serviços de fornecimento e de recolha; elaboração da contabilidade da sociedade LVT; gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal; gestão financeira e controlo de gestão; apoio jurídico; logística; comunicação; gestão de sistemas de informação; suporte e apoio à atividade.

A atividade da EPAL compreende duas atividades distintas: o abastecimento de água em alta a entidades gestoras, e o abastecimento de água em baixa aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades.

## Água em Alta

A EPAL é responsável pela produção (captação e tratamento) de água para consumo humano e entrega da mesma a 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa) – 17 clientes municipais abastecidos diretamente e os restantes abastecidos por via de duas entidades gestoras multimunicipais – a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a Águas do Ribatejo.

A EPAL desenvolve a sua atividade numa área geográfica que se estende desde a albufeira de Castelo de Bode até aos Concelhos limítrofes de Lisboa.

## Água em Baixa

A EPAL é responsável pela distribuição domiciliária de água na cidade de Lisboa a mais de 350 mil clientes, prestando igualmente serviços inerentes ao fornecimento de água, tais como o atendimento e assistência domiciliária.

## Outras Atividades

A partir do 2º semestre de 2015, a acrescer às atividades de abastecimento de água, em Alta e em Baixa, anteriormente mencionadas, a EPAL passou a fazer a gestão delegada do sistema da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que envolve a atividade de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em Alta para além de um conjunto de atividades acessórias e complementares.

Paralelamente com a sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outros serviços e produtos relacionados com o ciclo da água, onde se destacam:

- Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix;
- Sistema de redução de perdas de água – WONE;
- Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água – Waterbeep;
- Prestação de serviços de monitorização e diagnóstico de redes;
- Prestação de serviços de análise e controlo laboratorial;
- Prestação de serviços de aferição e reparação de contadores;
- Cursos de formação profissional através da Academia das Águas Livres, atividade que conta com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional.





# Sustentabilidade

## Enquadramento

No ano de 2016, continuámos empenhados em contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, através da compatibilização de um crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações de hoje e das gerações futuras.

A EPAL enquanto empresa pertencente ao universo AdP, grupo que desempenha uma função ativa na sociedade e no ambiente, desenvolve uma gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

O Grupo AdP acredita que a sustentabilidade se consegue criando relações biunívocas - simbioses - com o ambiente, com os acionistas e colaboradores, com a comunidade e com as demais partes interessadas, com quem tem uma relação de estreita interdependência. A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas dos stakeholders, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com a subscrição do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

A partir deste trabalho, identificaram-se os principais desafios do grupo em matéria de sustentabilidade e definiram-se os Princípios e Compromissos.

## Estratégia de Sustentabilidade

### Simbiose com Ambiente

Princípio: Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Princípio: Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo

### Simbiose com os Acionistas e Clientes

Princípio: Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente



Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Princípio: Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

## **Simbiose com os Colaboradores**

Princípio: Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

## **Simbiose com a Comunidade**

Princípio: Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento

Nos aspetos relevantes da atividade de 2016, destaca-se ainda a prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua dos processos, no sentido da prestação de um serviço público de qualidade e da diversificação numa ótica de aumento da eficiência, para a qual contribuem fortemente as certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, e Energia numa lógica de transparência e credibilidade.

Ciente da criticidade da sua atividade para a qualidade de vida da sociedade em que se insere e da responsabilidade social conferida

pelas 14 décadas de existência, a EPAL subscreveu o Pacto Global das Nações Unidas em 2008 e encontra-se empenhada na melhoria das condições de acesso à água para consumo humano e na melhoria da sua salvaguarda, proteção e gestão sustentável, no presente, potenciando o futuro. Para tal tem presente a Estratégia de Sustentabilidade do grupo Águas de Portugal, assente no conceito de simbiose e promove os Princípios de Desenvolvimento Sustentável específicos à sua atividade.

A EPAL assumiu como Princípios de Desenvolvimento Sustentável:

- Valor Económico e Social do Serviço: Prestar o serviço essencial de abastecimento público de Água para consumo humano seguro, de Qualidade, com Fiabilidade e a Preço adequado viabilizando um retorno justo;
- Ecoeficiência e Proteção Ambiental: Promover, na sua área de intervenção, a Proteção, a Conservação e o Uso Eficiente, em todas as etapas do ciclo de vida da Água, desde a sua produção até ao seu uso e descarga pelos clientes;
- Proteção e Desenvolvimento das Pessoas: Promover a Integridade, a Confiança e a Transparência na forma de estar com as partes interessadas internas (trabalhadores/as, fornecedores e prestadores de serviços) e externas (clientes, entidades governamentais, sociedade) promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável, através da formação e do desenvolvimento de competências, o emprego e a igualdade de oportunidades;
- Envolvimento da sociedade na Gestão Sustentável da Água: Assumir um papel ativo e de relevo na sociedade em que se insere, dinamizando e promovendo políticas de gestão racional da água junto das suas partes interessadas e, tanto quanto possível, da comunidade internacional;
- Inovação e Desenvolvimento: Estabelecer alianças para a aprendizagem e promover o envolvimento da comunidade científica de forma a assegurar a inovação, o desenvolvimento, a partilha e a disponibilização do conhecimento e das melhores práticas para o uso racional e sustentável da água.

## Stakeholders / Partes Interessadas

Consideramos partes interessadas (ou Stakeholders) todas as entidades que afetam e/ou podem ser afetados pelas nossas atividades, produtos e serviços, incluindo a gestão delegada da EPAL na LVT. O relacionamento da empresa com estas partes interessadas é um procedimento intrínseco ao desenvolvimento da gestão da sustentabilidade da empresa na sua vivência diária.



No ano de 2016 foram várias as ações e iniciativas levadas a cabo pela empresa no âmbito da sua relação com os principais stakeholders da empresa, designadamente:

## Educação Ambiental:

No âmbito da Educação Ambiental deu-se continuidade ao estabelecimento de parcerias com os municípios da área de influência da EPAL, clientes e outros stakeholders, destacando-se as ações conjuntas de comemoração dos principais dias temáticos. Sob o lema Educar para a Sustentabilidade realizaram-se, entre outras, ações com experiências áudio-sensoriais - "A Água é um Mundo Fantástico" e a "História Sensorial da Água" -, jogos lúdico-pedagógicos no Programa Eco-Escolas e sensibilização ambiental nas praias que envolveram centenas de jovens.

De destacar, também, as visitas às Estações de Tratamento de Água e de Águas Residuais realizadas por públicos diversos, no âmbito do Programa Nacional "Ciência Viva no Verão em Rede", escolar, técnico e institucional que agregaram milhares de pessoas.

Estas ações tiveram como principal objetivo a sensibilização para o uso eficiente da água e dar a conhecer o papel fundamental da EPAL na gestão do ciclo urbano da água.

Salienta-se, ainda, a participação da EPAL na rúbrica "Minuto Verde" da RTP produzida pela Quercus que abordou temáticas como: Telhado Verde da ETAR de Alcântara; Dia Mundial do Saneamento (ETAR de Alcântara); o Uso Eficiente da Água com o waterbeep e a Valorização de Subprodutos das ETAR (geridas pela EPAL).

## Apoios de natureza científica, tecnológica e sócio-cultural:

Em 2016, a EPAL prosseguindo a sua política de apoio a atividades e eventos de natureza científica, tecnológica e sócio cultural patrocinou a realização dos seguintes:

- Festas de Lisboa que integraram o programa "Sons d'Água" realizado no Reservatório da Mãe d'Água
- Exposição "Coreografias da Água. Pensar o Sítio de Lisboa", no âmbito da Trienal de Arquitetura
- 16<sup>ª</sup>s Jornadas da Engenharia de Climatização, organizadas pela Ordem dos Engenheiros
- 4th IWA International Symposium on Water and Wastewater Technologies in Ancient Civilizations, organizado em parceria com Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e a International Water Association

A EPAL celebrou uma parceria tecnológica com a PT para a promoção de Smart Cities mais sustentáveis.

## Iniciativas de responsabilidade social:

Foi lançada, em 2016, a campanha de solidariedade "Juntos somos + solidários" que contempla quatro ações anuais. No âmbito da primeira ação, realizada em dezembro, os bens doados pelos Trabalhadores/as (roupas para crianças e adultos, brinquedos, produtos alimentares e de higiene) e os Cabazes de Natal não reclamados foram entregues a 13 instituições de solidariedade social, em Castelo Branco, Guarda, Portalegre, Évora, Asseiceira, Península de Setúbal e Lisboa; e a Trabalhadores/as e Reformados/as com situações económicas mais desfavoráveis.

Em 2016, numa iniciativa inédita na empresa que visa promover o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional foi oferecido um "Cabaz Nascimento" com produtos diversos para bebé a todas as crianças nascidas desde 1 de janeiro de 2016.

Reforçando o papel da empresa no apoio à Igualdade de Género e ao Empoderamento das Mulheres num contributo para uma sociedade mais justa e equilibrada, ocorreu a adesão ao fórum da Igualdade de Género, iGen, organizado pela CITE e ao Programa Women's Empowerment Principles (WEP) definido pela ONU Mulheres e pelo UN Global Compact.

Participação, em parceria com a AdP, na promoção de um estágio a uma jovem Moçambicana, no âmbito do projeto internacional promovido pela Fundação Girl Move.

Comemoração do Dia da Floresta Autóctone com a plantação de árvores na ETA da Asseiceira, realizada com a colaboração empenhada dos trabalhadores/as e familiares da EPAL-LVT e de representantes das partes interessadas locais (CM e Bombeiros de Tomar).

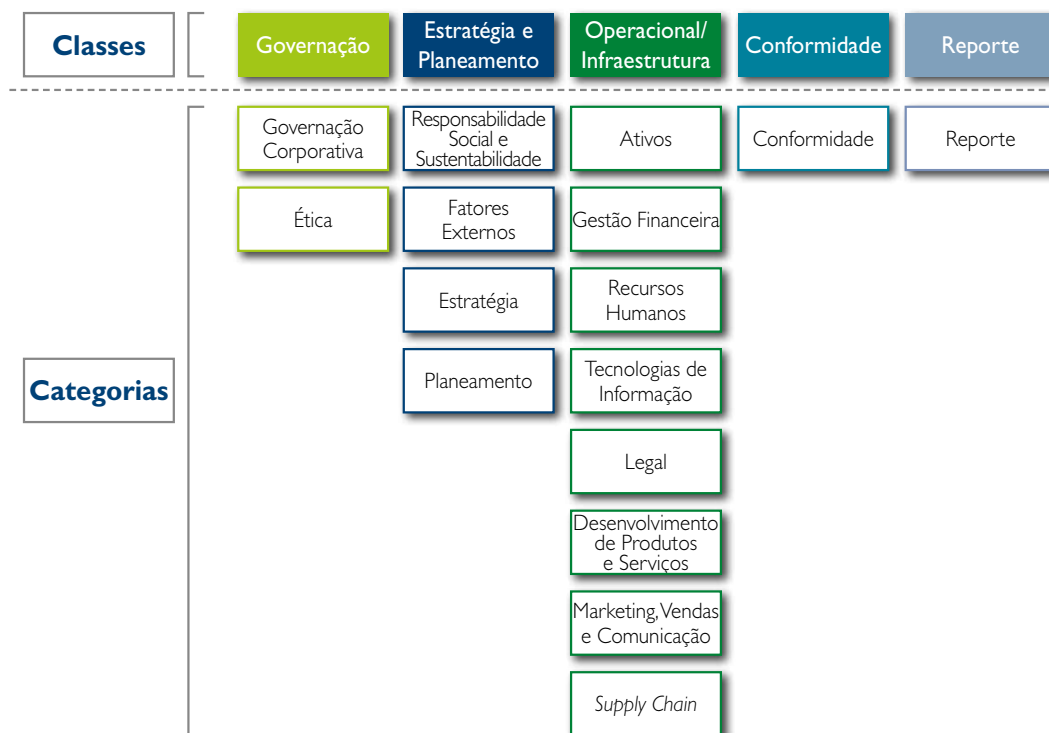
## Gestão do Risco

A EPAL, e em particular o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, por forma a proteger os investimentos e ativos.

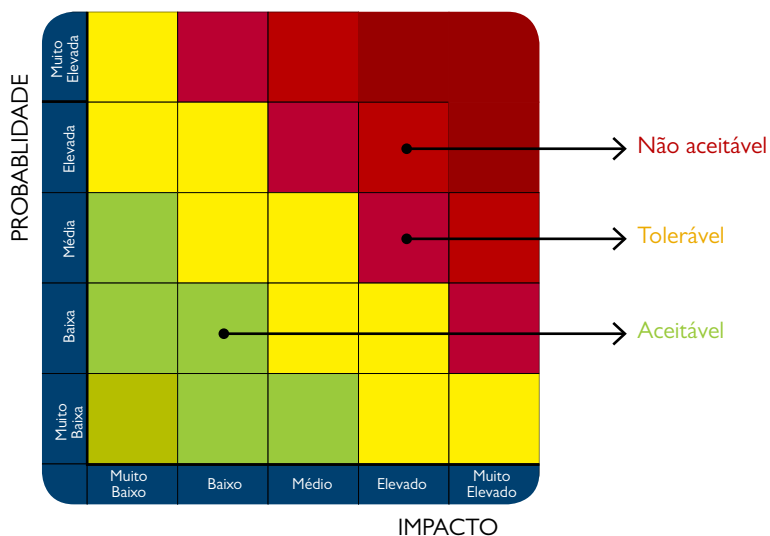
A adequabilidade do sistema de controlo interno na empresa e nomeadamente a eficácia e eficiência dos controlos existentes, encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco existente, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

No modelo de gestão do risco empresarial implementado no Grupo AdP, os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos

inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz.



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são definidos e implementados Planos de Tratamento do Risco, como medidas que visam a sua mitigação.

Na sequência da avaliação do risco efetuada pela empresa no final de 2016, encontram-se a ser identificadas pelo Conselho de Administração da empresa, as ações corretivas a incorporar nos Planos de Tratamento do Risco, os quais serão monitorizados periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

A Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) é a Direção da AdP SGPS que tem por missão a identificação dos riscos inerentes

aos negócios da empresa, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, a execução de testes de conformidade para avaliar os resultados e a realização de auditorias internas à empresa. A AICR, enquanto elemento supervisor no processo de avaliação de risco e da eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno da empresa, reporta diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, encontrando-se dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

A abordagem dos riscos é assegurada pelas estruturas existentes de acompanhamento e controlo da atividade na empresa, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

Para além da AICR, outras áreas funcionais da empresa desenvolvem competências no controlo de risco, designadamente o Secretário da Sociedade, a Direção Jurídico-Legal, a Direção Financeira e a Direção de Comunicação, em áreas como a Legal, Financeira e Reputacional.

No contexto atual, os principais riscos a que a EPAL está exposta são os seguintes:

- **Impacto Ambiental**  
Risco de uma ineficiente utilização dos recursos ambientais ou contaminação dos mesmos, decorrente direta ou indiretamente da atividade da empresa ou do incumprimento da legislação / regulamentação ambiental vigente.
- **Catástrofe**  
Risco de ocorrência de eventos catastróficos com impacto ao nível da continuidade do negócio.
- **Tecnologias de informação**  
Risco de incapacidade ou dificuldade na resposta às necessidades do negócio, devido a inexistência ou desalinhamento do planeamento estratégico das Tecnologias de Informação (equipamentos, infraestruturas, software), face a estratégia da Organização.
- **Gestão da dispersão geográfica**  
Risco de incapacidade ou dificuldade na potencialização de ganhos de escala e na gestão dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, devido a dispersão geográfica do negócio.
- **Gestão de ativos**  
Risco de perdas patrimoniais tangíveis ou intangíveis para a Organização, decorrentes de erros financeiros/contabilísticos ou de falhas no processo de identificação, registo e titularidades dos ativos.
- **Gestão da saúde pública**  
Risco de consequências adversas para a Saúde Pública, decorrentes de falhas, acidentes a nível técnico ou humano ao longo da cadeia de abastecimento ou de saneamento.

A definição do modelo de gestão do risco empresarial no Grupo AdP, contemplou a definição e aprovação de uma Matriz de Riscos aplicável ao universo das suas empresas, assente na metodologia COSO, na qual os riscos se encontram definidos e são revistos periodicamente, considerando a realidade operacional e empresarial existente.

Anualmente, a empresa procede à avaliação do seu risco, através da autoavaliação realizada pelas direções, aos riscos que lhe sejam aplicáveis, tendo por base uma análise do risco inerente e residual, atendendo ao sistema de controlo interno existente e à eficácia e eficiência dos controlos implementados.

Quando, na avaliação de risco anual da empresa, são identificados riscos enquadrados num patamar acima do considerado aceitável para o Grupo AdP, é definido por risco um Plano de Tratamento, aprovado pela Administração, identificando-se para o efeito qual a(s) ação(ões) corretiva(s) a desenvolver, a estratégia de tratamento que esta(s) consubstancia(m) (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada, o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

## Atividade Operacional

### PRODUÇÃO DE ÁGUA

#### Origens

Para a captação de água foram utilizadas as seguintes origens:

- Albufeira de Castelo do Bode (captação superficial no rio Zêzere);
- Valada Tejo (captação superficial no rio Tejo);
- Furos de Alenquer, Lezírias e OTA (captações subterrâneas);
- Furos do sistema Oeste, destacando-se as Captações do Farol, Quinta da Vassala, Reguengo Grande, Pó, Alcoentre e Casais de Britos 2.

#### Ciclo da Água

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
<b>Água captada (por origem) (m<sup>3</sup>)</b>	212 028 000	218 908 085	<b>219 503 819</b>	595 734	0,3%
Castelo de Bode	184 851 872	181 588 565	<b>181 364 700</b>	-223 865	-0,1%
Valada Tejo	13 946 310	24 891 200	<b>22 202 320</b>	-2 688 880	-10,8%
Capt. Subterrâneas	13 229 818	12 428 320	<b>14 480 782</b>	2 052 462	16,5%
Capt. Sistema Oeste	0	0	<b>1 456 017</b>	1 456 017	-
<b>Água tratada/produzida (m<sup>3</sup>)</b>	211 732 490	218 250 965	<b>219 313 874</b>	1 062 909	0,5%
Castelo de Bode	184 846 832	181 583 190	<b>181 359 620</b>	-223 570	-0,1%
Valada Tejo	13 655 840	24 239 455	<b>22 026 890</b>	-2 212 565	-9,1%
Capt. Subterrâneas	13 229 818	12 428 320	<b>14 480 782</b>	2 052 462	16,5%
Capt. Sistema Oeste	0	0	<b>1 446 582</b>	1 446 582	-
<b>Água Vendida (m<sup>3</sup>)</b>	192 067 383	197 023 373	<b>195 646 482</b>	-1 376 891	-0,7%
Clientes Municipais/Multimunicipais	138 924 343	143 154 681	<b>143 538 886</b>	384 205	0,3%
Clientes Diretos (em Lisboa e fora de Lisboa)	53 143 040	53 868 692	<b>52 107 596</b>	-1 761 096	-3,3%
<b>Água não faturada (m<sup>3</sup>)</b>	19 960 617	21 884 712	<b>23 857 337</b>	1 972 625	9,0%
Água não faturada na Rede de Distribuição	8 181 958	8 730 587	<b>10 327 774</b>	1 597 187	18,3%
Água não faturada na Produção e Transporte	11 778 659	13 154 125	<b>13 529 563</b>	375 438	2,9%
<b>Água não faturada (%)</b>	9,4%	10,0%	<b>10,9%</b>	0,9 p p	
Água não faturada na Rede de Distribuição	8,1%	8,5%	10,5%	2,0 p p	
Água não faturada na Produção e Transporte	5,6%	6,0%	6,2%	0,2 p p	



O volume de água captada em 2016 foi de 219,5 milhões de m<sup>3</sup>, ligeiramente superior ao verificado no período homólogo (+0,3%). A principal origem de água continuou a ser a captação na albufeira de Castelo de Bode, que representou 83% do total. Em 2016 e devido às intervenções na ETA de Vale da Pedra, nas condutas de água bruta de Valada e de água tratada de Vale da Pedra, a exploração desta origem de água sofreu algumas limitações.

O volume de água não faturada na rede de distribuição manteve-se num nível de excelência, apresentando um valor de 10 milhões de m<sup>3</sup>. No sistema de adução o volume de água não faturada correspondeu a 13,5 milhões de m<sup>3</sup>, o que corresponde a 6,2% da água entrada no sistema.

## Adução

O sistema de Produção e Transporte é constituído por 3 subsistemas, Castelo de Bode, Tejo e Alviela, que se desenvolvem ao longo de cerca de 700 Km de adutores, com uma capacidade nominal de produção que pode atingir mais de um milhão de m<sup>3</sup>/dia e uma capacidade de reserva de cerca de 370.000 m<sup>3</sup>, que possibilitam efetuar transferências de caudal entre si, o que permite uma grande versatilidade e uma fiabilidade reforçada. Estes subsistemas são dotados de 2 Estações de Tratamento de Água, 31 Estações Elevatórias, 28 Reservatórios e 19 Postos de Cloragem.

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Comprimento Condutas (km)	710	695	<b>694</b>	-1	-0,2%
Est. Elevatórias (n.º)	31	31	<b>31</b>	0	0,0%
Reservatórios (n.º)	28	28	<b>28</b>	0	0,0%
Pontos de Entrega (n.º)	126	125	<b>196</b>	71	56,8%

A água produzida é aduzida ao sistema por meio dos adutores de Castelo do Bode e do Tejo. No percurso até Lisboa e para entrega aos municípios clientes são ainda utilizadas outras importantes infraestruturas de transporte como o aqueduto Alviela, o adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, o adutor de Circunvalação e o adutor da Costa do Sol.

### Subsistema do Alviela

O Aqueduto Alviela tem uma extensão de 120 km desde a Nascente dos Olhos de Água (atualmente fora de serviço) e o Reservatório dos Barbadinhos em Lisboa. Esta estrutura está em exploração para efeitos de abastecimento de água para consumo humano, a partir do ponto de transferência de água do Adutor do Castelo do Bode em Alcanhões, onde é introduzida água proveniente dos furos de Alenquer, Lezírias e Ota. Quando necessário é efetuado o reforço com água proveniente do Aqueduto Tejo, através de transferências existentes a jusante de Vila Franca de Xira (nas estações elevatórias de Alhandra e Verdelha). A montante de Vila Franca de Xira (Azambuja) existe uma Estação Elevatória (EE da Pimenta), a qual permite transferir água para o Aqueduto Alviela (a montante do Sifão 33) proveniente do Adutor Bode (sendo esta a ligação que habitualmente está em funcionamento), ou do Aqueduto Tejo.

### Subsistema do Tejo

O Aqueduto Tejo tem uma extensão de 49 km, desde a Várzea das Chaminés, no Concelho da Azambuja, até ao Reservatório dos Olivais, em Lisboa. Na Várzea das Chaminés recebe água da Estação de Tratamento de Vale da Pedra, proveniente da captação superficial do Rio Tejo, em Valada do Ribatejo, a qual é aduzida através de duas condutas com diâmetros de 1.000 e 1.250 mm. Na Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira, o Aqueduto Tejo pode receber água proveniente do Subsistema de Castelo do Bode. Pode ainda receber água dos furos de Alenquer e das Lezírias e em situações de emergência dos furos de Valada I, Valada II e Valada III.

## Subsistema de Castelo do Bode

O Subsistema de Castelo do Bode é constituído pela Torre de Captação localizada na albufeira de Castelo do Bode, pela Estação Elevatória I e II a jusante da barragem com o mesmo nome, pela Estação de Tratamento de Água da Asseiceira e pelo Adutor que liga a Estação de Tratamento de Água à Estação Elevatória de Vila Franca de Xira.

A água captada na Albufeira do Castelo do Bode é transportada para a ETA da Asseiceira, através de um adutor com cerca de 9 km de comprimento. O desenvolvimento do adutor entre a saída da estação e a Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira é de cerca de 80 km. Neste percurso pode receber água a partir da interseção com a conduta de Valada IV, proveniente das captações subterrâneas de Valada I, II e III (apenas em situações de emergência).

## Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras

Este adutor tem cerca de 26 km de comprimento e 1,5 m de diâmetro tendo início numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e terminando no reservatório de Telheiras. Esta conduta pode ser alimentada por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou do Tejo.

## Adutor da Circunvalação

Este adutor tem cerca de 47 km de desenvolvimento, variando os seus diâmetros entre 1,8 e 1,2 m. Tem a sua origem numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e término no Reservatório de Vila Fria, situado em Oeiras/Porto Salvo. À semelhança do adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, com o qual se pode interligar, é alimentado por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou Tejo.

## Adutor da Costa do Sol

O adutor da Costa do Sol insere-se no subsistema Lisboa-Municípios, compreendendo os troços “Alfragide-Caxias”, “Caxias-Estoril” e “Estoril-Cobre”, num total de 25 km. É constituído por tubagem em betão armado pré-esforçado com diâmetros nominais compreendidos entre DN 750 mm e DN 1000 mm. O adutor tem início no Reservatório de Alfragide, tendo várias ligações ao longo do seu percurso, nomeadamente à Rede de Distribuição de Lisboa e aos Municípios de Oeiras e Cascais.

O desempenho da Rede em 2016 foi positivo, com uma redução de 14% no número de avarias face a 2015. O sistema Oeste, cuja gestão a EPAL assumiu apenas em 2016, apresentou um total de 30 avarias.

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Avarias em Conduas na Rede de Adução (n.º)	23	22	49	27	122,7%
Sistema EPAL	23	22	19	-3	-13,6%
Sistema Oeste	-	-	30	-	-

No que respeita às operações de abastecimento de água, destacam-se as seguintes ocorrências e iniciativas:

#### **Subsistema Castelo do Bode:**

- Entrada em exploração, no mês de outubro, do novo Parque de Lamas da ETA da Asseiceira. A solução implementada consiste num parque de lamas coberto, com proteção lateral do perímetro norte dotado de uma parede em grelha, que permite a ventilação do espaço, o que associado ao revolvimento das lamas está a permitir maior eficiência na evaporação da água e a subsequente secagem das lamas até aos níveis pretendidos. Esta solução veio simplificar a operação do sistema e prevê-se que a curto-médio prazo possa contribuir para a diminuição dos custos energéticos (realização de operações em horário noturno) e de exploração. De acordo com o estudo elaborado pela EPAL esta solução de deposição temporária/secagem das lamas apresenta-se como a solução economicamente mais vantajosa, cumprindo os requisitos legais e possibilitando uma gestão ordenada e eficiente;
- Durante o primeiro trimestre de 2016 decorreram as obras de recuperação do troço final do Adutor de Castelo de Bode, entre a Várzea das Chaminés e os Limoeiros (Sifão XI). A indisponibilidade deste troço limitou a capacidade de adução de água para o recinto de Vila Franca de Xira a 450 mil m<sup>3</sup>/dia, correspondente à capacidade máxima de transporte do aqueduto Tejo;
- Ao longo do ano foram decorrendo os trabalhos de substituição do quadro de Média Tensão da Estação Elevatória I de Castelo do Bode, permitindo aumentar a fiabilidade da instalação com os novos disjuntores de 6 KV.

#### **Subsistema Tejo:**

- O ano de 2016 fica marcado por duas intervenções com impacto significativo no subsistema Tejo, que limitaram a capacidade do mesmo, designadamente:
- a empreitada de Reabilitação e Remodelação da ETA de Vale da Pedra, que a partir do mês de julho implicou a indisponibilidade de uma das linhas de tratamento (linha PCI). Esta intervenção per si limitou a capacidade de produção a 120 mil m<sup>3</sup>/dia;
- a reabilitação das condutas DNI 250 de água bruta de Valada Tejo e DNI 250 de água tratada de Vale da Pedra, limitou a capacidade de captação/elevação de Valada Tejo a 90 mil m<sup>3</sup>/dia, o que representa uma diminuição de 60% da sua capacidade máxima.

#### **Zona Oeste:**

- Em julho de 2016 procedeu-se à alteração do fornecimento de água ao reservatório de Pena Seca no município da Lourinhã, passando este ponto de entrega a ser abastecido com água proveniente de Castelo do Bode, via Alcanhões, em detrimento da captação subterrânea do Paço;
- Em setembro teve início o fornecimento de água a 4 pontos de entrega do município de Alcobaça, nomeadamente Évora de Alcobaça, Capuchos, Chiqueda e Palmeira.

#### **Outros:**

- Foi dada continuidade ao processo de alteração dos postos de cloragem, promovendo a substituição do reagente cloro gás por hipoclorito de sódio, sendo que com esta reconversão eliminam-se os riscos inerentes associados ao cloro gás, bem como uma diminuição dos custos de manutenção e de operação. Em 2016 foi reconvertido o posto de cloragem de Alfragide.

## Distribuição

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é composta por cerca de 1.446 km de condutas de Sistemas de Distribuição e de Adução, com cerca de 102 mil ramais de abastecimento, 14 reservatórios, 10 estações elevatórias e 6 postos de cloragem.

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Comprimento da Rede (km)	1 446	1 448	<b>1 446</b>	-2	-0,1%
Est. Elevatórias (n.º)	10	10	<b>10</b>	0	0,0%
Reservatórios (n.º)	14	14	<b>14</b>	0	0,0%
Ramais (n.º)	100 991	101 346	<b>101 967</b>	621	0,6%

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é bastante complexa e, devido especialmente às características topográficas da cidade, existem quatro zonas altimétricas distintas: Zona Baixa (que garante o abastecimento desde o nível do rio Tejo até à cota 30 m), Zona Média (entre as cotas 30 e 60 m), Zona Alta (entre as cotas 60 e 90 m) e Zona Superior (composta por duas redes independentes, Z.S. de Monsanto e Z.S. da Charneca, que abastecem acima da cota de 90 m). Cada Zona é composta por reservatórios, para reserva de água e regulação das solicitações de caudal e é abastecida por uma ou mais estações elevatórias. As Zonas estão interligadas por estações elevatórias e válvulas denominadas de válvulas de Ligação de Zona, que são manobradas como recurso e alternativa ao normal regime de exploração. A rede de distribuição de Lisboa possui 158 Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC), abrangendo a quase totalidade da rede, de forma a monitorizar e controlar em contínuo os caudais, consumos e pressões.

No ano de 2016 o desempenho em termos de avarias e roturas foi bastante positivo, com uma redução do número de avarias em condutas e do número de roturas em condutas e ramais.

Verificaram-se 382 avarias em condutas (menos 62 que em 2015) e 637 roturas em ramais (menos 46 que em igual período do ano anterior).

O indicador de avarias em condutas por 100 km de rede atingiu em 2016 o valor de 26 avarias/100 km rede/ano, o que representa o valor mais baixo desde que se iniciou o seu cálculo. Recorde-se que o referencial considerado como desempenho “Bom” pela ERSAR é de 30 avarias/100 km rede/ano.

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Avarias em Condutas na Rede de Distribuição (ERSAR) (n.º)	426	444	<b>382</b>	-62	-14,0%
Avarias em Condutas/ 100 Km/ Ano na Rede de Distribuição (n.º/100 km/ano)	29	31	<b>26</b>	-5	-15,3%
Roturas em Ramais (n.º)	681	683	<b>637</b>	-46	-6,7%

No que respeita às operações de abastecimento de água na rede de distribuição de Lisboa, destaca-se o início, no mês de julho, dos trabalhos de reabilitação do compartimento 2 do reservatório de Campo de Ourique, que se irão prolongar pelo ano de 2017. Enquanto decorrem estes trabalhos, a capacidade de reserva disponível na cidade de Lisboa diminui aproximadamente 15%.

## QUALIDADE DA ÁGUA

A distribuição de uma água com qualidade e segura é uma preocupação da gestão da EPAL, na medida em que constitui um fator da maior relevância para a sustentabilidade e para a qualidade do serviço da empresa.

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento da EPAL, desde os recursos hídricos utilizados até à torneira do consumidor na cidade de Lisboa, constitui uma das maiores preocupações da EPAL, seguindo para este efeito uma política de boas práticas de operação e manutenção. Esta preocupação tem dois objetivos fundamentais: comprovar o nível de qualidade da água versus cumprimento da legislação em vigor e manter um controlo operacional que permita detetar possíveis anomalias na qualidade da água, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas/corretivas eficazes.

A capacidade analítica instalada nos laboratórios de ensaios da EPAL está sustentada numa rigorosa qualificação dos técnicos e no recurso a equipamentos de elevada capacidade de resposta e automatização, que permitem dar uma resposta rápida no âmbito do controlo da qualidade da água no sistema abastecimento da EPAL e no âmbito dos compromissos de prestação de serviços analíticos para clientes externos.

Os laboratórios estão dotados de equipamentos de última geração e de recursos humanos altamente qualificados que lhes permite executar quase a totalidade de ensaios obrigatórios na legislação em vigor, segundo critérios de controlo de qualidade analítica rigorosos, permitindo a garantia da exatidão e precisão dos resultados obtidos.

A Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água da EPAL está acreditada desde 1999, segundo a Norma NP EN ISO/IEC 17025 - “Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração”, para as seguintes atividades:

- Análise de 110 parâmetros da qualidade da água (correspondendo a 198 compostos), sendo que alguns parâmetros/espécies estão acreditados para mais de um método de ensaio;
- 135 métodos analíticos para ensaios em águas;
- Testes a materiais orgânicos em contacto com água para consumo humano, correspondendo a 6 métodos/normas (sendo um dos 2 laboratórios a nível nacional com esta acreditação).



A EPAL, no seguimento da sua preocupação com a melhoria contínua dos processos, dos sistemas e das tecnologias, implementou, em finais de 2007, um Plano de Segurança da Água (PSA) no seu Sistema de Abastecimento, seguindo as metodologias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), numa perspetiva de análise e prevenção de riscos em sistemas de abastecimento de

água. “A forma mais eficaz de garantir sistematicamente a segurança de um sistema de abastecimento de água para consumo humano consiste numa metodologia integrada de avaliação e gestão de riscos que englobe todas as etapas do abastecimento de água, desde a captação até ao consumidor” (OMS, 2004)

Em fevereiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a 1.ª edição do PSA da EPAL, que se tornou numa ferramenta essencial na análise, prevenção e gestão de riscos no sistema de abastecimento da EPAL. O PSA implementado contemplou a totalidade do sistema de abastecimento da EPAL, desde as áreas/bacias hidrográficas onde estão localizadas as origens que a empresa utiliza para produção de água destinada ao consumo humano até às torneiras dos consumidores finais (origens, captações, tratamentos, distribuição e rede predial dos clientes), e foi integrado na gestão de risco da empresa.

## Controlo da qualidade da água no Sistema de Abastecimento da EPAL

O controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da EPAL é assegurado, entre outros, através do Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PCQA), Plano este que integra as seguintes componentes:

- Controlo legal - Controlo de qualidade da água nas torneiras dos consumidores na cidade de Lisboa e nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de sistemas de abastecimento de água, conforme definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto;
- Controlo operacional/vigilância da qualidade da água realizado nas origens superficiais e subterrâneas, nos subsistemas de adução/transporte e em pontos fixos de amostragem instalados na rede de distribuição da cidade de Lisboa (reservatórios, estações elevatórias, etc);
- Controlo dos processos de tratamento (água, efluentes e lamas) realizado nas estações de Tratamento de Água;
- Controlo dos produtos utilizados no tratamento de água;
- Testes a materiais orgânicos e cimentícios aplicados em contacto com a água.

## Avaliação da Qualidade da Água

Em termos da avaliação da **Qualidade da Água nas Origens**, há a referir:

- Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode

A qualidade da água na Albufeira de Castelo do Bode integra-se na Classe A3 para o parâmetro Substâncias extraíveis com clorofórmio e na Classe A2 para o parâmetro Coliformes totais. No entanto, a Fábrica da Asseiceira tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água desta captação.

- Rio Tejo - Valada Tejo

A qualidade da água do rio Tejo em Valada Tejo integra-se na Classe superior a A3 para os parâmetros da qualidade Substâncias extraíveis com clorofórmio e Temperatura e na Classe A3 para o parâmetro Coliformes totais. Para os parâmetros Coliformes fecais, Estreptococos fecais, Cor e Azoto amoniacal, a qualidade da água desta captação integra-se na Classe A2 e para os restantes parâmetros controlados na Classe A1.

Os valores da Temperatura superiores aos valores limite para as Classes A1/A2/A3 são consequência do clima habitual para o nosso país nesta época do ano, não sendo considerada por si só um indicador de contaminação das águas.

A Fábrica de Vale da Pedra tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água registada nesta captação.

- Captações subterrâneas

Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem na generalidade os valores da Classe A1, sem evolução assinalável na qualidade.

Os parâmetros da qualidade que excederam o Valor Máximo Admissível (VMA) definido para a Classe A1, no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, foram apenas o Bário e a Temperatura nas captações subterrâneas das Lezírias utilizadas na EPAL para produção de água para consumo humano, no entanto a mistura de água proveniente dos diferentes furos com a água proveniente das ETA permite garantir a qualidade da água fornecida de acordo com a legislação em vigor.

#### **Relativamente à Qualidade da Água Fornecida/Distribuída:**

- Em Lisboa

A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,25% (33 incumprimentos) das determinações de substâncias realizadas.

Em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição, o número de determinações efetuadas permitiu concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,07% de incumprimentos do total de determinações de substâncias realizadas (20 incumprimentos).

A investigação de causas de ocorrência de incumprimentos nas toneiras do consumidor permite concluir que a maioria das situações não conformes se devem a problemas das redes prediais.

- A Entidades Gestoras

Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,08% de valores não conformes (15 incumprimentos).

No sítio [www.epal.pt](http://www.epal.pt) e com periodicidade mensal, são divulgados mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e nos pontos de entrega a Entidades Gestoras.

Trimestralmente, dando cumprimento ao estabelecido em diplomas legais, efetua-se a seguinte divulgação:

- São publicados na imprensa nacional, os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores;
- São enviados às entidades gestoras de sistemas de distribuição de água os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efetuadas nos respetivos pontos de entrega;
- Proceda-se ao envio a Entidades Gestoras de Sistemas de Hemodiálise dos mapas estatísticos obtidos nas análises efetuadas em amostras de água colhidas em pontos de amostragem representativos do seu fornecimento.

## ATIVIDADE COMERCIAL

### Clientes e Mercado

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Clientes Municipais (Municípios diretamente abastecidos)	17	17	17	0	0,0%
Clientes Multimunicipais	3	2	2	0	0,0%
Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)	349 151	351 041	354 302	3 261	0,9%
Domésticos	300 389	301 890	303 582	1 692	0,6%
Comércio e Indústria	42 025	42 576	44 223	1 647	3,9%
Estado, Câmara Municipal de Lisboa e Embaixadas	3 226	3 048	2 506	-542	-17,8%
Instituições	3 509	3 525	3 989	464	13,2%
Unidades Militares	2	2	2	0	0,0%
Municípios Abastecidos (em Alta, exclui Lisboa)	34	34	34	0	0,0%
Número de consumidores	2 846 875	2 842 185	2 843 632	1 447	0,1%
Lisboa	511 667	509 312	504 471	-4 841	-1,0%
Municípios	2 335 208	2 332 873	2 339 161	6 288	0,3%
Área total abastecida (Km <sup>2</sup> )	7 095	7 095	7 095	0	0,0%
Lisboa	100	100	100	0	0,0%
Municípios	6 995	6 995	6 995	0	0,0%

No quadro seguinte apresenta-se a relação dos Clientes Multimunicipais e Municipais abastecidos pela empresa:

Municípios Abastecidos	Cliente	Entidade
ALENQUER	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
ALCOBAÇA	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
ARRUDA DOS VINHOS	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
AZAMBUJA	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
BOMBARRAL	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
CADAVAL	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
CALDAS DA RAINHA	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
LOURINHÃ	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
NAZARÉ	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
ÓBIDOS	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
PENICHE	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
RIO MAIOR	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
TORRES VEDRAS	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
ENTRONCAMENTO	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
VILA N. BARQUINHA	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
TORRES NOVAS	Multimunicipal	Águas do Ribatejo EIM, SA



Municípios Abastecidos	Cliente	Entidade
ALCANENA	Municipal	Luságua Alcanena, Gestão de Águas SA
AMADORA	Municipal	SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos municípios de Oeiras e Amadora
BATALHA	Municipal	Águas do Lena, SA
CARTAXO	Municipal	Cartágua - Águas do Cartaxo, SA
CASCAIS	Municipal	Águas de Cascais, SA
CONSTÂNCIA	Municipal	Município de Constância
LEIRIA	Municipal	SMAS Leiria
LOURES	Municipal	SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos dos municípios de Loures e Odivelas
MAFRA	Municipal	Be Water, SA - Águas de Mafra
ODIVELAS	Municipal	SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos dos municípios de Loures e Odivelas
OEIRAS	Municipal	SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos municípios de Oeiras e Amadora
OURÉM	Municipal	Be Water, SA - Águas de Ourém
PORTO DE MÓS	Municipal	Município de Porto de Mós
SANTARÉM	Municipal	Águas de Santarém EIM, SA
SINTRA	Municipal	SMAS de Sintra
TOMAR	Municipal	SMAS de Tomar
VILA FRANCA DE XIRA	Municipal	SMAS de Vila Franca de Xira

## Vendas

Volume vendido (m<sup>3</sup>)

	2014	2015	<b>2016</b>	Varição 2016/2015
Clientes Diretos (m <sup>3</sup> )	53 143 040	53 868 692	52 107 596	-1 761 096
Clientes Municipais (m <sup>3</sup> )	111 550 563	115 088 002	114 367 283	-720 719
Clientes Multimunicipais (m <sup>3</sup> )	27 373 780	28 066 679	29 171 603	1 104 924
<b>Total</b>	<b>192 067 383</b>	<b>197 023 373</b>	<b>195 646 482</b>	<b>-1 376 891</b>

O volume vendido em 2016 foi de 195,6 milhões de m<sup>3</sup>, apresentando um decréscimo de 1,4 milhões de m<sup>3</sup> relativamente ao volume vendido em 2015.

O decréscimo de 0,7% no volume total resulta de crescimento de 0,4 milhões de m<sup>3</sup> nos clientes municipais e multimunicipais e uma redução de 1,8 milhões de m<sup>3</sup> nos clientes diretos.

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura de consumos dos Clientes Diretos por segmento:

	(m <sup>3</sup> )	2014	2015	<b>2016</b>	Varição 2016/2015
Doméstico		26 507 755	26 940 912	27 212 611	271 700
Comércio/Indústria		11 592 927	12 343 557	12 935 786	592 229
Instituições		2 643 295	3 062 209	3 449 398	387 189
Embaixadas		170 815	176 769	168 737	-8 032
Estado		4 498 726	4 267 585	4 169 228	-98 356
Unidades Militares		282 576	331 691	304 854	-26 837
Câmara Municipal Lisboa		7 446 947	6 745 971	3 866 982	-2 878 988
<b>Total</b>		<b>53 143 040</b>	<b>53 868 692</b>	<b>52 107 596</b>	<b>-1 761 096</b>

## Comunicação com Clientes

Em 2016 prosseguiu a estratégia da empresa de aproximação ao cliente e de promoção do uso eficiente da água, nomeadamente:

- No contexto da promoção da água da torneira aderiram ao desafio do consumo exclusivo de água da rede diversas entidades públicas e privadas, as quais receberam garrafas de vidro “Água de EPAL”, que passaram a estar disponíveis nas suas áreas comuns fazendo a afirmação da marca EPAL e a promoção de atitudes sustentáveis.
- No âmbito do protocolo entre a EPAL e o Jardim Zoológico realizaram-se duas iniciativas com o objetivo de promover o waterbeep e sensibilizar o segmento infantil para o uso eficiente da água. A EPAL celebrou o Dia Mundial da Criança e o Dia Mundial do Ambiente neste espaço que contou com mais de 6.800 visitantes entre escolas e famílias. As ações realizaram-se junto ao habitat da foca, por onde passaram milhares de crianças que aí conheceram a foca BEEP e levaram para casa dicas de poupança. Aos pais e professores foram distribuídos folhetos sobre o waterbeep.
- Mantendo o seu posicionamento enquanto parceira de excelência da AHP – Associação de Hotelaria de Portugal, a EPAL marcou presença no 28º Congresso Nacional da Hotelaria e Turismo, realizado em Ponta Delgada, nos Açores. A comunicação manteve a tónica no waterbeep, com um stand promocional em cujo fundo sobressai uma “torneira” com o novo lettering “waterbeep | tecnologia para poupar água” mais assertivo e representativo das vantagens para este segmento. Foram também divulgados outros suportes do interesse deste público, como o folheto “Água da EPAL - Boas práticas em Reservatórios de Redes Prediais”, e oferecido merchandising promocional. Este ano foram ainda disponibilizados materiais da BEEP de uso eficiente, com destaque para a ampulheta de duche, reconhecidos com agrado como uma forma educativa de passar a mensagem. A participação no 28º Congresso da AHP concluiu-se mais uma vez com sucesso, sendo notória a receptividade e interesse dos Congressistas com a abordagem efetuada pela EPAL.
- No âmbito do waterbeep realizaram-se diversas iniciativas para promover este serviço que ajuda os Clientes a pouparem água nas suas casas e empresas. No verão teve início uma campanha que se prolongará em 2017 focada na promoção deste serviço no Parque das Nações. Para o efeito foram dirigidas comunicações aos residentes e contactadas as empresas de gestão de condomínios, visando obter parcerias para uma divulgação mais assertiva e eficaz. Foram também visitados os comerciantes locais, tendo sido divulgadas as vantagens do controlo de consumos de água junto dos proprietários dos cafés, escritórios, infantários, entre outros lojistas da zona.

- Para assinalar o Dia Mundial da Poupança, realizou-se uma ação focada no uso eficiente junto dos Clientes na Loja da Sede, a quem foi disponibilizado um “kit Poupança waterbeep”.
- Numa iniciativa pioneira na história da empresa, a EPAL levou a cabo, na época natalícia, uma ação de promoção de água da torneira na Baixa Lisboeta. Esta realizou-se em estreita articulação com as Juntas de Freguesia de Sto. António, Sta. Maria Maior e Misericórdia e da Associação de Dinamização da Baixa Pombalina, com especial destaque para a colaboração do Bairro Alto Hotel. Nesta quadra, em que milhares de pessoas e turistas visitam as artérias comerciais icónicas do coração da cidade, Aguadeiros da EPAL desceram do Castelo à Baixa e subiram ao Largo Camões, servindo, a quem passeava, água fresca e água quente para o chá, oferecendo um Cartão de Boas Festas com receitas de doces da época feitas com água da torneira e uma saqueta de chá para consumo imediato. Promovendo também a dinamização do Comércio Local, a EPAL contou com o apoio das pastelarias e cafés da envolvente da Sede na Av. da Liberdade, as quais, em troca do nosso Cartão de Boas Festas, ofereceram uma chávena de água quente para o chá.

No início do mês de dezembro de 2016 o atendimento presencial da Loja da Sede retomou o horário alargado de atendimento entre as 8:30 e as 19:30 todos os dias úteis, medida que indo de encontro às expectativas e satisfação dos nossos clientes também promoveu a normalização no fluxo e atendimento, evitando-se os constrangimentos e consequentemente as reclamações por tempo de espera até atendimento na Loja da Sede.

## Níveis de Serviço

As suspensões de serviço com impacto em Clientes tiveram uma evolução positiva, reduzindo-se quer em termos de número quer em tempo, destacando-se a inexistência de suspensões não programadas na Produção e Transporte.

Suspensões de serviço com impacto em Clientes	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Por tempo (h)	2 470	2 008	1 842	-166	-8,3%
Total Produção e Transporte	515	147	53	-94	-63,9%
Programadas	515	147	53	-94	-63,9%
Não programadas	0	0	0	0	-
Total Distribuição	1 955	1 861	1 789	-72	-3,9%
Programadas	396	393	282	-111	-28,2%
Não programadas	1 559	1 468	1 507	39	2,7%
Por quantidade (n.º)	675	662	531	-131	-19,8%
Total Produção e Transporte	12	10	5	-5	-50,0%
Programadas	12	10	5	-5	-50,0%
Não programadas	0	0	0	0	-
Total Distribuição	663	652	526	-126	-19,3%
Programadas	118	106	64	-42	-39,6%
Não programadas	545	546	462	-84	-15,4%
Eficácia do serviço					
Interrupções serviço > 4h - Municipais	12	7	4	-3	-42,9%
Interrupções serviço > 4h - Diretos	182	154	172	18	11,7%
Interrupções serviço > 12h - Municipais	11	1	1	0	0,0%
Interrupções serviço > 12h - Diretos	5	3	9	6	200,0%
Nº de pontos de entrega afetados (>4h)	22	12	8	-5	-41,7%

## Outros Serviços Prestados

Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix:



O AQUAmatrix é um projeto criado no seio da EPAL em 1995, que teve o seu arranque em novembro de 1996. Desde então que a EPAL tem vindo a desenvolver a aplicação e a comercializa-la a outras entidades. Tem por objetivo melhorar o modelo de gestão através de uma abordagem integrada da gestão comercial e técnica, suportada em sistemas de informação que garantem o aumento da eficiência e eficácia. Tem vindo a ser sistematicamente enriquecido com funções de mobilidade e incrementado ao nível da informação estratégica, operacional e tática.

**AQUA**  
matrix

Neste momento está a decorrer uma migração tecnológica adequando o AQUAmatrix às tendências das TI e tornando o produto mais versátil e adaptado aos novos paradigmas de CLOUD, o qual irá permitir mais facilmente a internacionalização.

No final de 2016 o AQUAmatrix encontrava-se implementado em 34 entidades (32 em Portugal e 2 fora do país).

1996	EPAL					
2002	ÁGUAS do PLANALTO	ÁGUAS da TEJA	ÁGUAS do SADO	LUSÁGUA ALCANENA	ÁGUAS do LENA	
2004	PORTALEGRE	ÁGUAS de ALENQUER	ÁGUAS de MOÇAMBIQUE	EPAL LUANDA		
2007	ÁGUAS de SANTO ANDRÉ	PRAIA AMBIENTE E.M.	SMAS TORRES VEDRAS			
2008	SMAS CASTELO BRANCO	SMAS GUARDA	POMBAL			
2009	ÁGUAS da AZAMBUJA	ÁGUAS do RIBATEJO	SMAS SINTRA	INFRAMOURA	ÁGUAS da FIGUEIRA	ÁGUAS de GONDOMAR
2010	ÁGUAS da REGIÃO de AVEIRO	ÁGUAS de CASCAIS	SMAS LOURES			
2011	MARINHA GRANDE					
2012	LUSÁGUA Lisboa	ANSIÃO				
2013	FRONTEIRA	ÁGUAS do NOROESTE				
2015	EMAR Vila Real	SMAS V.F. XIRA	EMAS Beja	TRATAVE		

## Sistema de redução de perdas de água – WONE:



O WONE® é um sistema que, com base na Implementação de zonas de monitorização e controlo e na análise dos respetivos dados de caudal e pressão, permite combinar processos e integrar a informação relevante para a gestão de redes e o controlo de perdas de água.

O WONE® é vocacionado para uma estratégia focada na eficiência, na redução de perdas e na otimização do sistema de abastecimento, cujos resultados são relevantes em termos económicos, sociais e ambientais. É suportado por uma aplicação informática que permite automatizar a integração dos dados de monitorização das ZMC. A aplicação WONE® inclui indicadores de desempenho das ZMC, hierarquizando-as com base nos consumos totais diários e no consumo mínimo noturno, e possibilita análises de tendência e a geração de alertas de intervenção.

Se 2015 tinha sido o ano em que se havia registado o maior volume de faturação desde o início da prestação de serviços WONE, em 2016 foi ainda possível superar essa fasquia.

Dos trabalhos realizados no ano, que abrangem quer o diagnóstico de redes como a deteção de fugas e a comercialização do sistema WONE, destacam-se os seguintes:

- Município de Reguengos de Monsaraz – Deteção de Fugas/Licença WONE
- Município de Mourão – Deteção de Fugas/Licença WONE
- Município de Redondo – Deteção de Fugas/Licença WONE
- Município de Borba – Deteção de Fugas/ Licença WONE
- Município de Viana do Alentejo - Deteção de Fugas/ Licença WONE
- Município de Vendas Novas - Deteção de Fugas/ Licença WONE
- Município de Alandroal – Deteção de Fugas/ Licença WONE
- Município de Montemor-o-Novo – Deteção de Fugas/ Licença WONE
- Município de Portel - Deteção de Fugas/ Licença WONE
- Município de Alter do Chão – Deteção de Fugas/Licença WONE
- Infratroia - Deteção de Fugas/Licença WONE
- Município de Fronteira – Licença WONE
- SMAS de Torres Vedras – Consultoria/Licença WONE
- Companhia Olga Roriz - Deteção de Fugas
- SILVIP - Deteção de Fugas.

## Sistema de monitorização e alerta de consumos anómalos em redes privadas – Waterbeep:



O waterbeep® é um serviço inovador em Portugal através do qual é possível disponibilizar aos clientes informação sobre o consumo de água, permitindo-lhes otimizar o uso da água nas suas habitações, espaços comerciais, industriais ou escritórios. Este serviço inclui ainda a emissão de alertas, cujo envio pode ser efetuado por sms e/ou e-mail, sinalizando consumos de água diferentes do padrão habitual e ainda possíveis roturas, permitindo, assim ao cliente minimizar as perdas e gastos desnecessários de água.

O waterbeep® apresenta-se em quatro modalidades, com diferentes níveis de detalhe de informação, podendo os clientes optar pela que melhor se adequa às suas necessidades.

Em comemoração do seu 3º Aniversário, o waterbeep apagou as velas com os Clientes na Loja da Sede, oferecendo uma fatia de bolo, ação que causou surpresa e agrado junto dos Clientes. A divulgação deste serviço, que conta já com mais de 6.200 aderentes, fez-se também através de anúncios no Público e Diário de Notícias, nas Lojas, no site EPAL e nas Redes Sociais da empresa.

Ao longo do ano de 2016 realizaram-se diversas iniciativas para promover este serviço que ajuda os Clientes a pouparem água nas suas casas e empresas.

No verão teve início uma campanha que se prolongará em 2017 focada na promoção deste serviço no Parque das Nações. Para o efeito foram dirigidas comunicações aos residentes e contactadas as empresas de gestão de condomínios, visando obter parcerias para uma divulgação mais assertiva e eficaz. Foram também visitados os comerciantes locais, tendo sido divulgadas as vantagens do controlo de consumos de água junto dos proprietários dos cafés, escritórios, infantários, entre outros lojistas da zona.

Para assinalar o Dia Mundial da Poupança, realizou-se uma ação focada no uso eficiente junto dos Clientes na Loja da Sede, aos quais foi disponibilizado um “kit Poupança waterbeep”.

## myAQUA:



A aplicação myAQUA desenvolvida pela EPAL permitiu a todos os utilizadores de telemóveis gerir o seu contrato, comunicar leituras, consultar contas de água e muito mais através de um smartphone, garantindo a universalidade de acesso a esta aplicação pioneira.

Dois anos após o seu lançamento, o myAQUA traduz uma aposta tecnológica de aproximação ao mercado essencial nos dias de hoje, contando já com mais de 35 mil utilizadores.

No ano de 2016 a app myAQUA patrocinou diversos eventos com incidência de público jovem, seguindo as mais modernas tendências de uma sociedade cada vez mais digital. Com renovação da assinatura e da imagem, marcou presença em tons de preto e branco na apresentação da Instalação Techno “The Club” na Mãe d’Água das Amoreiras, evidenciando que a EPAL tem “tecnologia à medida dos ritmos de vida”. O myAQUA apoiou também a Conferência Toastmasters - Outono Divisão M, no Mercado das Culturas de Arroios, destinada à dinamização das capacidades de comunicação e liderança dos participantes. Por fim, a app esteve presente no 3º Mercado de Música Independente, realizado com o apoio da junta de freguesia de Sto. António na Garagem da EPAL. Este evento contou com algumas das mais ativas marcas da música nacional, tendo sido promovido o registo da app myAQUA junto dos participantes, que a reconheceram como uma solução de modernidade, adaptada à agitação da vida urbana.

Para além de estar disponível para os clientes da EPAL, a app está implementada noutras entidades gestoras, servindo assim o universo de clientes destas – SIMAR Loures e Odivelas, grupo AQUApor e SMAS de Torres Vedras.

WattWater:



WattWater é a nova tecnologia 100% portuguesa, desenvolvida integralmente na EPAL, com o objetivo de promover a otimização da gestão energética em Entidades Gestoras de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, tendo sido lançada no mercado em 2015, durante o ENEG.

O WattWater é um SaaS (Software as a Service) que permite, de uma forma eficiente e inovadora, assegurar o complexo processo de integração dos dados relevantes para a monitorização das variáveis associadas à gestão de energia, constituindo-se como um sistema flexível, objetivo e intuitivo.

Esta nova aplicação de gestão tem como principais vantagens: automatizar a recolha e tratamento dos dados; efetuar a correlação entre o consumo de energia, os seus custos e os volumes movimentados. Permite ainda a configuração de alertas, por parte do utilizador, para qualquer uma das variáveis.

### Reparação e Ensaio de Contadores:

A EPAL assegura a gestão e manutenção do respetivo parque de contadores de água e de medidores de caudal, constituído atualmente por mais de 350.000 unidades, dando sequência à prática adotada, desde a sua fundação em 1868, pela Companhia das Águas de Lisboa. Herdeira deste conhecimento, a Área de Laboratório de Contadores congrega competências nos domínios da medição, gestão do parque, planeamento da manutenção, reparação, controlo metrológico e calibração de contadores mecânicos de água fria e de medidores de caudal eletromagnéticos.

Para além dos trabalhos de reparação, ensaio e calibração de contadores e medidores de caudal prestados para a própria EPAL, têm vindo a ser desenvolvidos trabalhos de idêntica natureza para outras entidades externas.

No ano de 2016, a oficina e o laboratório de contadores renovaram a qualificação de Reparador Qualificado de contadores de água e de Organismo de Verificação Metrológica (OVM) de contadores de água. Foi igualmente mantida a acreditação do laboratório de ensaios e calibração de contadores de água e medidores de caudal eletromagnéticos.

### Análises Laboratoriais:

A Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água da EPAL é detentora de grande credibilidade no meio laboratorial nacional, facto que é comprovado pelo carácter das instituições que recorrem aos seus serviços.

Durante o ano de 2016, apresentaram-se 60 propostas/candidaturas a concursos públicos e convites para prestação de serviços de colheita de amostras e/ou realização de análises, em diversas matrizes de águas e ensaios a materiais em contacto com a água para consumo humano. Destas propostas, com um período de vigência de 1-3 anos, foram adjudicadas 21, num montante global de cerca de 160 mil euros.

Os clientes mais importantes da Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água da EPAL, no que concerne ao quantitativo das análises efetuadas e ao montante financeiro envolvido, foram as autarquias, através das Câmaras Municipais ou dos seus Serviços Municipalizados, e as empresas do Grupo AdP.

## Fill Forever:

A “Fill Forever” é uma garrafa 100% nacional, inovadora, elegante, discreta, sofisticada, reutilizável, ecológica, ultra leve e funcional na sua utilização, concebida para receber e transportar a água da torneira.

Todos os pormenores do seu design foram considerados no seu desenvolvimento, de modo a otimizar a quantidade de material e energia utilizados na sua produção. Ao disponibilizar no mercado esta garrafa ergonómica a EPAL lança aos munícipes, clientes e público fill forever em geral, o desafio de se fazerem acompanhar sempre de água da torneira. Leve no preço. Leve no ambiente.

A “Fill Forever” foi já distinguida com o prémio iF Design Award, um dos prémios de design de maior prestígio a nível mundial, reconhecido internacionalmente há mais de 60 anos como um símbolo da excelência em design. O júri deste prémio avaliou cerca de 5.000 projetos provenientes de 53 países para determinar quais é que seriam merecedores do selo de excelência da iF.

Ao longo do ano de 2016 a “Fill Forever” continuou a ser utilizada nas iniciativas da empresa para sensibilização para o consumo da água da torneira, designadamente:

- Em junho, numa iniciativa exclusiva foi criado o “Pátio da Água” que consistiu na criação de um espaço ao ar livre, onde a sensibilização ao consumo da água da torneira foi o principal conceito veiculado através da garrafa Fill Forever. Dado que a abertura deste espaço coincidiu com o mês das Festas de Lisboa foi lançada uma edição limitada desta garrafa 100% nacional, inovadora, reutilizável, leve e funcional na sua utilização, concebida para receber e transportar a água da torneira cuja ilustração foi inspirada nas colinas da cidade, com as suas cores garridas, ilustrando o espírito das festas populares e com a representação de alguns monumentos históricos como o Terreiro do Paço, a Sé de Lisboa e, claro, o Castelo. Na noite de encerramento, em setembro, em parceria com a Vogue Fashion Night Out, a EPAL lançou mais uma edição especial da Fill Forever com o mote “beber água está na moda”. Mais de 10.000 pessoas usufruíram deste espaço e 7.500 garrafas foram adquiridas;
- A EPAL realizou uma ação de sensibilização para o consumo de água da torneira junto dos velejadores do famoso circuito de Vela Extreme Sailing Series 2016 que passou por Lisboa, pela primeira vez, oferecendo aos velejadores garrafas Fill Forever.





## Academia das Águas Livres



Em 2016, o terceiro ano completo da sua atividade, a Academia das Águas Livres (AAL) realizou 75 ações de formação, abrangendo 1.062 formandos da EPAL-LVT, de empresas do grupo AdP, empresas municipais, autarquias locais, entidades reguladoras e entidades privadas do setor da água e ambiente, dos quais destacamos a Águas do Algarve, a Águas Públicas do Alentejo, a ERSARA, os SMAS de Sintra e a Inframoura.

Foi ainda iniciada em setembro a primeira edição da Pós-Graduação em Tecnologias e Gestão da Água, que terminará em junho de 2017, cujos participantes são oriundos da Águas do Algarve, Águas do Centro Litoral, AdP Serviços, AdP SGPS, Águas do Norte, Águas Públicas do Alentejo, Águas da Região de Aveiro, Águas de Santo André, EPAL-LVT e SIMAS Oeiras Amadora. Esta Pós-graduação agrega uma componente eminentemente técnica com uma componente de gestão orientada para a visão estratégica do setor e para o desenvolvimento de capacidades avançadas de liderança e de criação de valor. A coordenação científica do programa é assegurada por Professores da Faculdade de Ciências e Tecnologia e da Nova School of Business and Economics, da Universidade Nova de Lisboa.

O volume de formação concretizou-se em 25.470 horas e o montante da faturação aumentou 28% face ao ano anterior, o que ilustra o reconhecimento da qualidade dos serviços prestados pela AAL para formação do setor.

## INVESTIMENTOS

O Investimento realizado em ativos intangíveis em 2016 foi de 6,4 milhões de euros, correspondente ao direito de exclusividade ao sistema de abastecimento do Oeste.

Este direito resulta do Acordo de Aditamento do Contrato de Abastecimento de Água, celebrado em maio de 2015, onde a ex Águas do Oeste, SA (agora integrada na Águas de Lisboa e Vale do Tejo) se obriga a comprar exclusivamente à EPAL a água necessária ao fornecimento dos seus utilizadores, passando, em consequência, a EPAL a explorar as infraestruturas de captação de água subterrânea que servem o sistema multimunicipal do Oeste, com efeitos a 1 de janeiro de 2016. Esta garantia de exclusividade vigora até ao final do prazo do contrato de concessão do Oeste ou de outro que o substitua.

No que respeita ao investimento em ativos fixos tangíveis, foram realizados em 2016 um total de 13,0 milhões de euros, valor que inclui 1,4 milhões de euros decorrentes da capitalização de gastos.

Valores em EUR	2014	2015	2016
Garantia da Capacidade	483 215	464 806	299 415
Ampliação da rede de Distribuição	462 706	456 942	285 428
Outros	20 509	7 864	13 987
Garantia da Fiabilidade e Segurança	10 113 695	5 573 800	6 015 418
Renovação da Rede de Distribuição	2 709 818	2 026 974	1 167 734
Renovação da Rede de Adução	383 886	1 847 274	2 799 385
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	2 089 871	381 271	1 115 397
Reabilitação da Captação de Valada Tejo	3 738 587	4 585	0
Outros	1 191 533	1 313 696	932 902
Garantia da Qualidade	299 639	307 177	4 772 186
Reabilitação da Est. Tratamento de Vale da Pedra	0	4 446	4 492 294
Construção e Remodelação de Postos de Cloragem	140 823	233 012	47 714
Laboratório Central	128 357	58 197	222 095
Outros	30 459	11 522	10 082
Sustentabilidade e Inovação	116 556	702 567	484 645
Sistema de Gestão de Lamas	4 887	494 714	473 882
Eficiência Energética	62 771	71 205	7 701
Outros Investimentos	48 898	136 649	3 061
Tecnologias de Informação e Comunicação	1 138 009	640 677	394 366
Aquamatrix	131 739	280 126	216 209
Infraestruturas e Telegestão	207 730	133 903	106 204
Outros	798 540	226 648	71 954
Outros Investimentos	3 679 668	2 512 668	992 812
<b>TOTAL</b>	<b>15 830 782</b>	<b>10 201 694</b>	<b>12 958 842</b>

Dos investimentos realizados no ano destacam-se os seguintes:

- Reabilitação da ETA de Vale da Pedra – 4,5 milhões de euros;
- Intervenção nas condutas de água bruta de Valada e de água tratada de Vale da Pedra – 1,2 milhões de euros;

- Reabilitação das condutas da rede de distribuição – 1,0 milhões de euros;
- Reabilitação do reservatório de Campo de Ourique – 0,8 milhões de euros;
- Recuperação do troço final do Adutor Castelo Bode – 0,7 milhões de euros;
- Aquisição e instalação de Contadores – 0,7 milhões de euros;
- Sistema Secagem de Lamas ETA Asseiceira – 0,5 milhões de euros;
- Reabilitação de um troço do Adutor da Costa do Sol – 0,4 milhões de euros;
- Intervenções em instalações – 0,4 milhões de euros.

## - Gestão do Capital Humano

Os princípios orientadores da gestão dos recursos humanos da EPAL são:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor.

No âmbito da gestão delegada da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assumiu a posição contratual da sociedade LVT nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, as trabalhadoras e trabalhadores da sociedade LVT foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando a contratar, em nome próprio da EPAL, o pessoal necessário a gestão do sistema LVT.

Assim, a partir de julho de 2015, com o início da gestão delegada do sistema LVT, a EPAL passou a integrar os trabalhadores/as da LVT, ou seja, os trabalhadores/as originários das oito empresas agregadas.

No final de 2016 a EPAL tinha 1.467 trabalhadores/as, dos quais 820 referentes à gestão delegada da LVT.

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	675	1 494	1 467	-27	-1,8%
EPAL	675	647	647	0	0,0%
Gestão delegada LVT	0	847	820	-27	-3,2%

A movimentação de pessoal ocorrida em 2016 foi a seguinte:

	2014	2015	2016
Integração de colaboradores da LVT	-	862	-
Entradas	5	8	33
Saídas	24	51	60
Total	-19	+819	-27

## CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O universo de 1.467 trabalhadores/as ao serviço da empresa (EPAL e afetos à gestão delegada da LVT), a 31 de dezembro de 2016, caracteriza-se da seguinte forma:

Dos 1.467 colaboradores, 1.087 são do sexo masculino (74%) e 380 do sexo feminino (26%).

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Homens	483	1 106	1 087	-19	-1,7%
Mulheres	192	388	380	-8	-2,1%

A quase inexistência de trabalhadores/as com contratos a termo resulta das restrições de contratação existentes nos últimos anos.

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Efetivos	655	1 488	1 464	-24	-1,6%
A termo	20	6	3	-3	-50,0%

A idade média dos trabalhadores/as da EPAL é de 45 anos. 42% do total de trabalhadores/as, ou seja, 610 pessoas situam-se no escalão etário entre os 35 e os 44 anos.

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Idade média	48	45	45	0,5	1,0%
Trab. Por estrutura etária	675	1 494	1 467	-27	-1,8%
idade - <25	5	3	4	1	33,3%
idade - 25-34	75	200	165	-35	-17,5%
idade - 35-44	195	616	610	-6	-1,0%
idade - 45-54	179	354	364	10	2,8%
idade - >55	221	321	324	3	0,9%

A antiguidade média é de 15 anos, situando-se 43% do total de trabalhadores/as (636) na faixa entre os 11 e os 20 anos de antiguidade e 27% (393) na faixa entre os 6 e os 10 anos.

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Antiguidade média	22	15	15	0,3	1,7%
Trab. por Antiguidade	675	1 494	1 467	-27	-1,8%
antiguidade - <2	5	13	58	45	346,2%
antiguidade - 2-5	71	145	65	-80	-55,2%
antiguidade - 6-10	67	459	393	-66	-14,4%
antiguidade - 11-20	168	536	636	100	18,7%
antiguidade - >20	364	341	315	-26	-7,6%

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Trab. por nível profissional	675	1 494	1 467	-27	-1,8%
Quadros superiores	95	293	285	-8	-2,7%
Quadros médios	166	184	183	-1	-0,5%
Encarregados/mestres	32	39	36	-3	-7,7%
Altamente qualificados	120	117	119	2	1,7%
Qualificados	258	700	688	-12	-1,7%
Semi qualificados	4	52	51	-1	-1,9%
Não qualificados	0	108	104	-4	-3,7%
Praticantes/aprendizes	0	1	1	0	0,0%

Cerca de 34% dos trabalhadores/as (492) detêm qualificações ao nível do ensino superior.

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Trab. por nível habilitações	675	1 494	1 467	-27	-1,8%
Ensino Básico	230	517	499	-18	-3,5%
Ensino Secundário	204	478	476	-2	-0,4%
Ensino Superior	241	499	492	-7	-1,4%

No ano de 2016 realizaram-se diversas ações de formação, que deram origem a 25.823 horas de formação e a um total de 1.224 formandos.

Formação	2014	2015	2016
N.º de horas de formação	17 742	20 420	25 823
Nº de formandos	1 035	1 133	1 224
Nº. Participantes	444	342	1 053

A Taxa de absentismo em 2016 foi de 5,56%, correspondente a 156.868 horas de ausência, de um total de 2.822.827 horas potenciais de trabalho.

Absentismo	2014	2015	2016
Taxa de absentismo	4,62%	4,57%	5,56%
Horas de Absentismo	55 814	93 807	156 868

Ao longo do ano de 2016 ocorreram 94 acidentes de trabalho, dos quais 58 deram origem a situações de baixa médica.

Acidentes de trabalho	2014	2015	2016
Total de acidentes de trabalho	28	76	94
Acidentes de trabalho com baixa	15	52	58

## Indicadores de segurança

	2014	2015	2016
TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	23,29	35,70	32,63
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	12,11	25,04	21,38

$TF = NA/HT \times 10^6$   $Tf = NA_{ita}/HT \times 10^6$

NA – Número de acidentes

NA<sub>ita</sub> – Número de acidentes com incapacidade temporária absoluta

HT – Número de horas trabalhadas

## - Financeira

(os valores são apresentados em milhões de euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)

O ano de 2016 ficou marcado por um desempenho económico extremamente positivo, tendo-se alcançado um resultado que, expurgando efeitos não recorrentes de outros anos, consubstancia-se no melhor resultado de sempre da Empresa ao longo da sua existência. Aliado a este facto registou-se o reforço de uma sólida posição e estrutura financeira.

### Principais Indicadores

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Volume de negócios (milhões EUR)	142,0	143,9	151,0	7,1	4,9%
Volume de água vendida (milhões m3)	192,1	197,0	195,6	-1,4	-0,7%
Resultado líquido (milhões EUR)	54,0	47,1	49,7	2,6	5,5%
EBITDA (milhões EUR)	102,4	93,3	96,0	2,7	2,9%
Endividamento bancário (milhões EUR)	187,4	169,5	151,5	-18,0	-10,6%
Net Debt - Endividamento líquido (milhões EUR)	127,1	109,8	72,0	-37,7	-34,4%
Net Debt to EBITDA (n.º)	1,24	1,18	0,75	-0,4	-36,2%
Ativo total (milhões EUR)	865,1	857,1	862,3	5,1	0,6%
Capital próprio (milhões EUR)	561,8	579,1	602,1	23,0	4,0%
Passivo Total (milhões EUR)	303,4	278,0	260,1	-17,9	-6,4%

### Resultados Líquidos

O resultado líquido de 2016 ascendeu a 49,7 milhões de euros, registando um aumento de cerca de 2,6 milhões de euros face ao resultado verificado em 2015, correspondente a uma variação de cerca de 5,5%.

(milhões EUR)	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Rendimentos totais	161,1	150,1	158,0	7,9	5,3%
Gastos totais	85,3	84,0	89,4	5,3	6,4%
Imposto	21,8	19,0	18,9	0,0	-0,2%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>54,0</b>	<b>47,1</b>	<b>49,7</b>	<b>2,6</b>	<b>5,5%</b>

No ano de 2016 destacam-se os seguintes factos com impacto relevante nos resultados da empresa:

- Assunção pela EPAL, no início de janeiro, da gestão e exploração do sistema de abastecimento do Oeste, passando dessa forma a EPAL a deter a responsabilidade pela operação e exploração dos ativos que fazem parte desse sistema de abastecimento. Esta assunção de responsabilidades teve impacto na estrutura de gastos da empresa, nomeadamente ao nível dos fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, pois integrou trabalhadores/as provenientes da LVT, assim como no Volume de negócios, com a aplicação da nova tarifa prevista no aditamento ao contrato de abastecimento e de um ligeiro incremento no volume;



- A aplicação da Componente tarifária acrescida (CTA) aos clientes da EPAL, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, sendo que:
  - O valor faturado e cobrado aos seus clientes municipais e multimunicipais é entregue trimestralmente à Águas de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), constituindo rendimento desta. Para a EPAL não tem qualquer impacto em termos de resultados, servindo a EPAL apenas de agente “cobrador” de uma receita que se destina à LVT;
  - Sobre o volume de água utilizado pela EPAL para a sua atividade de distribuição domiciliária em Lisboa é igualmente devida CTA, sendo que neste caso a mesma continua a ser uma receita da LVT, mas representa para a EPAL um gasto do seu negócio em Baixa, que em 2016 totalizou 1,9 milhões de euros;
  - O gasto incorrido com a CTA foi repercutido na tarifa aplicada pela EPAL aos seus clientes diretos, dando assim origem a um incremento no seu Volume de negócios.

## Rendimentos Totais

Os rendimentos totais ascenderam a 158,0 milhões de euros (+5,3%) face ao período homólogo.

	(milhões EUR)	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Volume de negócios		142,0	143,9	151,0	7,1	4,9%
Subsídios ao investimento		1,3	1,3	1,3	0,0	0,0%
Reversão de Provisões e ajustamentos		1,6	0,3	1,1	0,8	323,1%
Outros rendimentos e ganhos operacionais		14,5	3,9	4,1	0,2	5,4%
Juros e rendimentos similares		1,8	0,8	0,6	-0,2	-26,2%
<b>Rendimentos totais</b>		<b>161,1</b>	<b>150,1</b>	<b>158,0</b>	<b>7,9</b>	<b>5,3%</b>

O volume de negócios, mantendo a tendência verificada já em 2015, apresenta um aumento de cerca de 7,1 milhões de euros (+4,9%).

Os rendimentos com subsídios ao investimento mantêm o valor registado nos anos anteriores, e que corresponde ao reconhecimento em resultados de subsídios recebidos anteriormente com base na vida útil dos ativos subjacentes a esses subsídios (na mesma cadência das amortizações).

Regista-se um aumento na rubrica de reversões de provisões face ao ano de 2015, com a reversão das provisões atempadamente constituídas e cujos processos foram sanados com sucesso em 2016.

Verifica-se novamente a tendência dos últimos anos com a rubrica de juros e rendimentos similares, tendo-se registado novo decréscimo, de 26,2%, resultante da diminuição das taxas de juros das aplicações financeiras, embora continue a haver igualmente uma redução nos gastos de financiamento da Empresa.

## Volume de Negócios

O Volume de Negócios ascendeu a 151,0 milhões de euros (aumento de 4,9%).

	(milhões EUR)	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Vendas		140,9	142,6	149,6	7,0	4,9%
Prestações de Serviços		1,1	1,3	1,4	0,1	8,0%
<b>Volume de negócios</b>		<b>142,0</b>	<b>143,9</b>	<b>151,0</b>	<b>7,1</b>	<b>4,9%</b>

O **volume de negócios** apresenta um aumento de cerca de 7,1 milhões de euros, sendo que a Receita de Venda de Água (incluindo Quota de serviço) aumenta globalmente cerca de 5% (+7,0 milhões de euros) e as Prestações de serviços 8% (+0,1 milhões de euros).

Na **venda de água (componente volumétrica)** verifica-se um aumento de 2,1 milhões de euros nos Clientes Diretos e os Clientes Municipais crescem cerca de 3,4 milhões de euros, essencialmente devido à gestão do sistema de abastecimento do Oeste já referida.

A água vendida em 2016 foi de 195,6 milhões de m<sup>3</sup>, sendo que 143,5 milhões de m<sup>3</sup> foram vendidos a outras entidades gestoras (clientes municipais e multimunicipais) e 52,1 milhões de m<sup>3</sup> aos utilizadores finais (clientes diretos). Em termos de volume ocorreu um decréscimo de 1% no volume total vendido, resultante do crescimento de 0,4 milhões de m<sup>3</sup> no segmento dos clientes municipais e multimunicipais e diminuição de 1,7 milhões m<sup>3</sup> no segmento dos clientes diretos.

A **Quota de serviço** apresenta um incremento de 1,5 milhões de euros, resultante da atualização tarifária e do incremento no n.º de clientes (3.261 no total, sendo mais de metade do segmento do comércio e indústria). Em 2016 manteve-se a tendência de crescimento do número de Clientes Diretos já verificada no ano anterior, com um aumento de cerca de 3.300 novos clientes/ano (aumento de 0,9%), sendo que face a 2014 atinge um crescimento de quase 1,5%, contrariando desta forma uma tendência de redução que se tinha vindo a verificar em anos transatos.

Nas prestações de serviços verifica-se um acréscimo de proveito de 100 mil euros face a 2015, com destaque para os processos de abastecimento e ramais, que refletem a retoma da atividade de construção na cidade de Lisboa.

## Gastos Totais

Os gastos totais ascenderam a 89,4 milhões de euros, verificando-se um aumento de cerca de 5,3 milhões de euros face a 2015, o que representa uma variação de +6,4%.

	(milhões EUR)	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas		2,2	2,2	1,7	-0,6	-25,8%
Fornecimento e serviços externos		29,1	28,9	32,2	3,3	11,4%
Gastos com o pessoal		22,7	22,7	23,3	0,6	2,9%
Depreciações e perdas de imparidade em ativos		25,0	25,3	25,6	0,3	1,2%
Perdas por imparidade		0,9	0,7	0,8	0,1	22,8%
Provisões		0,8	0,1	0,1	-0,1	-47,5%
Impostos e taxas		1,0	1,3	1,2	-0,1	-5,8%
Outros gastos operacionais		0,3	0,3	2,3	2,0	692,2%
Juros e gastos similares		3,3	2,6	2,3	-0,4	-13,8%
<b>Gastos totais</b>		<b>85,3</b>	<b>84,0</b>	<b>89,4</b>	<b>5,3</b>	<b>6,4%</b>

Conforme já referido verificou-se um aumento de gastos devido à assunção da gestão do sistema de abastecimento do Oeste (+3,2 milhões de euros), a partir de 2016, com um reflexo direto nas rubricas de fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, bem como a consideração da componente tarifária acrescida, de cerca de 1,9 milhões de euros, na rubrica de outros gastos operacionais. Expurgando esses efeitos verificar-se-ia uma manutenção dos valores alcançados em 2015, constatando-se assim que as medidas de contenção de custos implementadas são sólidas e consentâneas com a atividade da Empresa.

Regista-se na rubrica de **custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas** uma diminuição face a anos anteriores, com uma variação global de -25,8% (cerca de 0,6 milhões de euros), resultante sobretudo de uma alteração do critério de registo contabilístico, passando alguns materiais a ser registados em fornecimentos e serviços externos (FSE). Esta redução tem como contrapartida um incremento na rubrica de FSE.

Ao nível dos fornecimentos e serviços externos regista-se um aumento de cerca de 11,4% (+3,3 milhões de euros) resultante sobretudo da gestão do sistema de abastecimento do Oeste, que por si só representa 2,3 milhões de euros. As restantes variações, expurgando o efeito atrás referido, ocorrem nas rubricas de manutenção, onde se verifica um aumento de cerca 550 mil euros, e nas rubricas reclassificadas respeitantes aos materiais que se encontravam registados em custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

A rubrica de **gastos com o pessoal** regista uma variação de +2,9% (+0,6 milhões de euros), sendo que se expurgar o efeito das capitalizações de gastos verifica-se uma diminuição de 0,2 milhões de euros. Esta redução é alcançada apesar de em 2016 se terem verificado diversos fatores que originaram um incremento de gastos, designadamente:

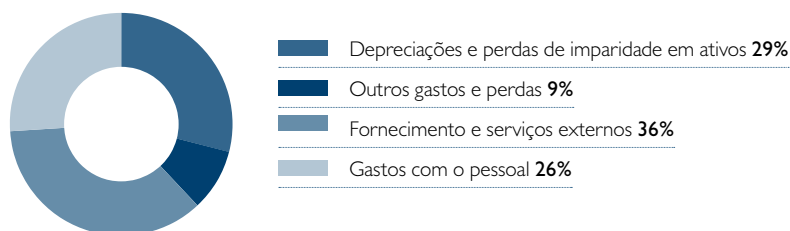
- a reversão integral nas reduções remuneratórias de todos os colaboradores da Empresa, conforme disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2016, com um impacto de 0,4 milhões de euros;
- a integração, em janeiro, de 23 colaboradores da ex-AdO, no âmbito da assunção da gestão e exploração do sistema de abastecimento, com um impacto de 0,6 milhões de euros;
- decorrente do aumento do número de elementos do Conselho de Administração da EPAL de 3 para 5 elementos, no final do 1.º semestre do ano transato, em consequência das suas novas atribuições na gestão delegada da LVT, um acréscimo face ao período homólogo.

Ao nível da rubrica de **gastos financeiros**, em resultado da diminuição das taxas médias de juros de financiamentos e, aliado à redução do endividamento da Empresa, constata-se uma redução de 13,8% face ao ano anterior.

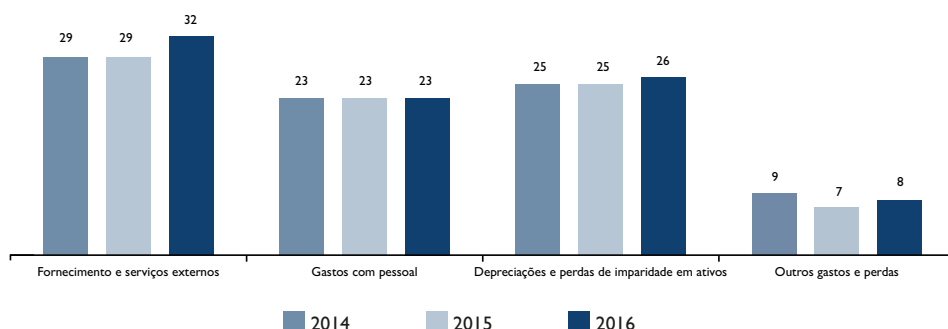
No contexto do Plano de Redução de Gastos Operacionais no Setor Empresarial do Estado, foi definido como objetivo a manutenção do peso dos gastos operacionais (considerando as rubricas de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, fornecimento e serviços externos e gastos com o pessoal) com o volume de negócios. A EPAL apresentou em 2016 uma redução de 0,8 p.p. face ao verificado no ano anterior, cumprindo dessa forma a orientação em apreço.

## Estrutura de Gastos

As rubricas mais significativas são os Fornecimentos e Serviços Externos, que representam cerca de 36% dos gastos totais da Empresa, as rubricas de Depreciações e Gastos com o Pessoal, com cerca de 29% e 26%, respetivamente. Globalmente mantém-se sensivelmente a mesma proporção de distribuição face aos anos anteriores.



No que concerne à evolução de cada uma das rubricas, constata-se que, expurgando o efeito da gestão do sistema de abastecimento do Oeste e da consideração do registo da componente tarifária acrescida, uma redução e/ou manutenção face aos anos anteriores em quase todas as rubricas, excetuando apenas os gastos com depreciações do exercício, tendo esta rubrica aumentado em cerca de 1,2% face ao período homólogo.



## Margens Operacionais

O EBITDA alcançou um valor de 96,0 milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 2,9% face ao ano anterior. Regista-se assim um aumento do cash flow operacional face a 2015, de 2,7 milhões de euros.

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Volume de negócios	142,0	143,9	151,0	7,1	4,9%
Outros rendimentos operacionais	17,4	5,4	6,4	1,0	18,9%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>159,4</b>	<b>149,3</b>	<b>157,4</b>	<b>8,1</b>	<b>5,4%</b>
Custo das vendas	2,2	2,2	1,7	-0,6	-25,8%
Fornecimentos e serviços externos	29,1	28,9	32,2	3,3	11,4%
Gastos com o pessoal	22,7	22,7	23,3	0,6	2,9%
Perdas de imparidade	0,9	0,7	0,8	0,1	22,8%
Outros gastos operacionais	1,3	1,5	3,5	1,9	125,4%
Provisões	0,8	0,1	0,1	-0,1	-47,5%
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>56,9</b>	<b>56,1</b>	<b>61,5</b>	<b>5,4</b>	<b>9,6%</b>
<b>Cash flow operacional (EBITDA)</b>	<b>102,4</b>	<b>93,3</b>	<b>96,0</b>	<b>2,7</b>	<b>2,9%</b>

Estes resultados são também visíveis em termos de margem EBITDA (peso em função do Volume de Negócios), a qual se manteve em valores similares aos de 2015.

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
EBITDA	102,4	93,3	96,0	2,7	2,9%
Volume de negócios	142,0	143,9	151,0	7,1	4,9%
<b>Margem EBITDA</b>	<b>72%</b>	<b>65%</b>	<b>64%</b>	<b>-1 p.p.</b>	<b>-1,9%</b>

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

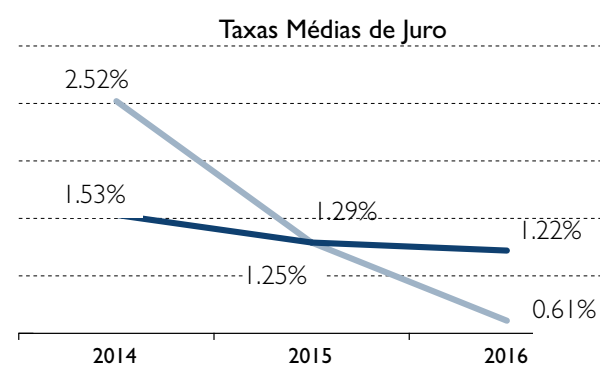
## Resultados Financeiros

Verifica-se uma melhoria dos resultados financeiros em 0,2 milhões de euros, que em 2016 ascenderam a -1,7 milhões de euros. A EPAL continua a manter uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada entre a gestão do seu financiamento e da sua tesouraria.

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Rendimentos e ganhos financeiros	1,8	0,8	0,6	-0,2	-26,2%
Gastos e perdas financeiros	3,3	2,6	2,3	-0,4	-13,8%
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-1,5</b>	<b>-1,9</b>	<b>-1,7</b>	<b>0,2</b>	<b>8,6%</b>

Verificou-se uma redução dos gastos financeiros (-0,4 milhões de euros) que atenuaram a significativa redução dos rendimentos financeiros (-0,2 milhões de euros). Esta redução verificada nos gastos financeiros resulta sobretudo de melhores condições nos financiamentos existentes da EPAL, aliada a uma criteriosa gestão da sua tesouraria.

Os rendimentos financeiros obtidos dizem sobretudo respeito a juros de aplicações bancárias e ascenderam a 0,6 milhões de euros. A sua evolução e notória degradação face aos anos anteriores justifica-se pela remuneração cada vez mais baixa dos excedentes financeiros disponíveis. Depreende-se tal facto da leitura do gráfico seguinte, verificando-se que a taxa média de 2015 foi de 1,25%, sendo que a obtida em 2016 foi de 0,61%.



■ Taxa média de juro Financiamento  
 ■ Taxa média de juro Aplicações Financeiras

Os gastos financeiros ascenderam a 2,3 milhões de euros, menos 13,8% do que no ano anterior, e correspondem essencialmente aos juros da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento e respetivas garantias associadas.

Conforme se pode verificar no gráfico anterior, atendendo às atuais condições de mercado, o custo médio de financiamento na EPAL situou-se em níveis bastante atrativos em 2016, atingindo o

valor médio de 1,22%, para uma distribuição de capital de cerca de 53% à taxa fixa e de 47% à taxa variável.

A empresa não recorreu em 2016 a qualquer novo financiamento, tendo efetuado reembolsos de capital no valor de cerca de 18 milhões de euros relativos a empréstimos BEI, de acordo com o plano de amortização previsto.

A nível financeiro, a EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento. No final de 2016, o endividamento da Empresa era de 151,5 milhões de euros, correspondente na totalidade a empréstimos BEI, com maturidades remanescentes entre os 2 e os 14 anos, tendo a dívida do BEI a médio e longo prazo reduzido cerca de 18,0 milhões de euros.

A dívida financeira líquida tem vindo a diminuir significativamente, situando-se nos 72 milhões de euros no final de 2016.

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Net Debt - Endividamento Líquido	127,1	109,8	72,0	-37,7	-34,4%
Net Debt to EBITDA	1,2	1,2	0,8	-0,4	-36,2%

Constata-se ainda a significativa melhoria dos valores do indicador Net Debt to EBITDA, que reforça a que para além do bom desempenho económico, a EPAL continua a manter uma forte robustez financeira, evidenciando uma elevada capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

## Posição Financeira

No final de 2016, o ativo da EPAL ascendia a 862,3 milhões de euros e o capital próprio e o passivo eram de 602,1 e 260,2 milhões de euros, respetivamente.

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	
Ativo não corrente	761,6	749,2	740,3	-8,8	-1,2%
Ativo corrente	103,6	108,0	121,9	14,0	12,9%
<b>Total do ativo</b>	<b>865,1</b>	<b>857,1</b>	<b>862,3</b>	<b>5,1</b>	<b>0,6%</b>
Capital próprio	561,8	579,1	602,1	23,0	4,0%
Passivo não corrente	244,4	222,5	200,9	-21,6	-9,7%
Passivo corrente	59,0	55,6	59,3	3,7	6,7%
<b>Total do capital próprio e passivo</b>	<b>865,1</b>	<b>857,1</b>	<b>862,3</b>	<b>5,1</b>	<b>0,6%</b>

A EPAL terminou o ano de 2016 com uma sólida situação financeira, apresentando uma autonomia financeira de 69,8% e um fundo de maneo positivo de 62,7 milhões de euros. O valor do Net Debt/EBITDA em 2016 confirma a sustentabilidade da EPAL em termos financeiros.

	2014	2015	2016
Autonomia Financeira	64,9%	67,6%	69,8%
Net Debt/EBITDA	1,2	1,2	0,8
Fundo de maneo (milhões EUR)	44,6	52,4	62,7
Solvabilidade	1,85	2,08	2,31

Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo total | NET Debt/EBITDA = [Emp. Obtidos-Disponib.]/EBITDA  
 Fundo de Maneio = Ativo corrente - Passivo corrente | Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo Total

## Endividamento de Médio e Longo Prazo

O endividamento bancário de médio e longo prazo ascendia a 133,4 milhões de euros no final de 2016, menos 18,1 milhões de euros que em 2015, evolução justificada pela ausência de recurso a endividamento no ano e pela realização contratual do serviço da dívida.

Todo o endividamento bancário foi contraído junto do Banco Europeu de Investimentos e correspondeu a um máximo de 50% da despesa com investimentos nos anos compreendidos entre 1997 e 2010.

## Cash Flow Gerado

O cash flow do ano foi positivo em 2,2 milhões de euros, devido sobretudo às atividades operacionais desenvolvidas na EPAL, bem como devido à redução do valor de distribuição de dividendos e serviço da dívida ao BEI. Os fluxos decorrentes da atividade operacional foram suficientes para assegurar a totalidade do serviço da dívida bancária e a remuneração do acionista, sendo que o autofinanciamento continua a ser a única fonte de financiamento da atividade.

## Dívidas de Clientes e Prazo Médio de Recebimentos

Os valores apresentados nos quadros seguintes incluem os valores a receber de clientes Não Correntes, bem como de Outros Devedores.

### Evolução das dívidas totais

Unid: euros	dez. 2014	dez. 2015	dez. 2016
Clientes Diretos	14 479 059	14 165 201	15 598 559
Clientes Municipais e Multimunicipais	12 294 586	13 848 189	9 777 747
Prestação de Serviços	624 406	803 434	641 595
	<b>27 398 051</b>	<b>28 816 825</b>	<b>26 017 901</b>

**Nota:** Foi deduzido ao valor dos clientes diretos o montante em dívida respeitante às taxas cobradas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, atendendo que as mesmas não concorrem para o volume de negócios da EPAL.

### Evolução das dívidas vencidas

	Não vencido	0-30 dias	31-60 dias	61-180 dias	181-365 dias	>365 dias	Taxas CML	Total
Clientes Diretos	11 638 850	2 059 954	1 167 779	1 233 985	1 059 329	9 226 886	-10 788 223	15 598 559
Clientes Municipais e Multimunicipais	7 957 846	106 668	99 546	408 158	120 351	1 085 178		9 777 747
Prestação de Serviços	317 478	23 887	20 262	91 982	29 703	158 283		641 595
	<b>19 914 174</b>	<b>2 190 509</b>	<b>1 287 587</b>	<b>1 734 124</b>	<b>1 209 383</b>	<b>10 470 348</b>	<b>-10 788 223</b>	<b>26 017 901</b>

As imparidades de clientes registaram um aumento em 2016 face a 2015, continuando contudo os indicadores de cobrança a apresentar uma boa performance quer face aos clientes abrangidos, quer face aos clientes totais da EPAL.

	Unid: milhares EUR	2014	2015	2016
Imparidades do Ano		594	587	789
Faturação dos Clientes Abrangidos		62 453	65 778	71 381
Faturação Total dos Clientes		156 183	162 155	167 394
Imparidade / Faturação dos Clientes Abrangidos		1,0%	0,9%	1,1%
Imparidade / Faturação Total dos Clientes		0,4%	0,4%	0,5%

O prazo médio de recebimentos dos clientes em 2016 foi de 51 dias, mantendo os valores registados em 2015.

## Fundo de Pensões

O Fundo de Pensões de Benefício Definido ascendeu no final do ano a 36,8 milhões de euros, registando um nível de financiamento de 110,3%, utilizando uma taxa de desconto de 1,3%, atendendo que as responsabilidades por serviços passados eram de 33,4 milhões de euros.

O Fundo de Pensões de Contribuição Definida ascendia a 17,6 milhões de euros no final de 2016, tendo sido feita uma contribuição no ano de 452 mil euros.

## - Investigação e Desenvolvimento / Inovação

O investimento na Investigação e Desenvolvimento (I&D), está sustentado na visão estratégica da EPAL que, de forma continuada, promove a valorização dos seus Clientes, dos Acionistas e dos seus Colaboradores, caracterizando-se assim como uma empresa que se procura inovar todos os dias e nas várias vertentes, ou seja nos seus serviços, nos seus produtos e nos seus processos de gestão interna. A EPAL apresenta-se assim como uma empresa de iniciativas inovadoras, promovendo igualmente a integração tecnológica nas suas áreas operacionais, o que lhe permite ter um vasto conjunto de prémios e de reconhecimentos nacionais e internacionais.

Para alcançar tais objetivos, a I&D aposta no envolvimento de todos os colaboradores como potencial génese de criação de inovação, através da geração de ideias que posteriormente são analisadas e capitalizadas em benefício da eficácia e eficiência da EPAL.

Dando cumprimento à estratégia de I&D e na componente de inovação, no ano de 2016 realizou-se a 4.<sup>a</sup> edição do Prémio EPAL in, concurso de inovação que pretende ser catalisador do envolvimento dos colaboradores da EPAL. Na presente edição foram apresentadas 10 candidaturas, com projetos de elevado nível de qualidade, revelando uma participação ativa do capital humano da EPAL neste processo. Como valorização da apresentação dos projetos, foi atribuído o prémio vencedor a dois projetos em ex aequo, bem como atribuídas 3 menções honrosas. Realça-se a transversalidade dos projetos ao nível das áreas funcionais, bem como a visão de empreendedorismo, demonstrada através da apresentação de potenciais novos produtos e serviços.

Ainda na componente de inovação, lançou-se em 2016 os Aqua Techno Fóruns, que representam uma outra valia do processo de criação de inovação tecnológica. Nestes fóruns juntou-se a EPAL, representada pela gestão de topo e pelos facilitadores internos de inovação, às empresas tecnológicas com créditos reconhecidos no tema em debate. O primeiro Aqua Techno Fórum desenvolveu-se sobre o tema Mobility e pretendeu potenciar a identificação de oportunidades de desenvolvimento da mobilidade, proporcionando, aos agentes que dominam os processos internos das organizações, o contacto com as novas tecnologias e a sua aplicabilidade promovendo a reflexão das potenciais melhorias decorrentes da sua implementação.

Na componente de Desenvolvimento, a EPAL focalizou-se na procura do estabelecimento de parcerias com centros de conhecimento, desde os níveis académicos bases, representados por estabelecimentos de ensino técnico e profissional, até aos de excelência, representados pelas Universidades e Centros de Investigação. Acreditamos que esta estratégia de parcerias irá permitir à EPAL acompanhar os desenvolvimentos tecnológicos numa conjetura em que a velocidade da transformação digital nas empresas, e no mundo em geral, obrigando a uma mudança organizacional da forma de encarar os processos geradores de inovação tecnológica e de investigação, sendo cada vez mais necessário optar pela construção de sistemas em rede.

Na componente de projetos de investigação, mantiveram-se em desenvolvimento o Projeto BINGO, o Projeto LIFE IMPETUS, e o Projeto EnviHealth&Co e o Projeto AquaVIR - Portable Automated Water Analyser for Viruses', os quais se detalham seguidamente:

- **Projeto BINGO:** O "BINGO - Bringing INnovation to onGOing water management – a better control of our future under climate change", é um projeto europeu, liderado por Portugal, através do LNEC. O objetivo do projeto é avaliar, de forma inovadora, os impactos das alterações climáticas no ciclo integrado da água, das águas superficiais, às subterrâneas ou costeiras, promovendo estratégias de gestão do risco e de medidas de adaptação, o que irá permitir reduzir vulnerabilidades e superar adversidades. Do BINGO resultará uma série de soluções para problemas específicos da gestão do ciclo da água, em particular para recursos hídricos vulneráveis e de importância estratégica. Na fase inicial do projeto serão feitas previsões de cenários climáticos para os próximos 15 anos, numa resolução espacial adequada aos problemas a resolver e de forma a capacitar decisores e gestores a atuar a diversos níveis geográficos (local, regional e europeu). O projeto envolve 20 parceiros europeus de 6 países (Portugal, Espanha, Países Baixos, Alemanha, Noruega e Chipre) e integra uma equipa de cerca de 80 especialistas provenientes de centros de investigação e inovação, autoridades da água, utilizadores da água, indústria e empresas. Os parceiros nacionais são, para além do LNEC, a CIMLT, a EPAL, a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e a Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI). O BINGO foi o projeto de Investigação e Inovação melhor classificado entre 40 Consórcios europeus, sendo a primeira liderança portuguesa no Horizonte 2020 - Desafio Societal 5 - Ação Climática. Tem um orçamento de 8 milhões de euros, dos quais cerca de 2 milhões serão para Portugal.



- **Projecto Europeu LIFE IMPETUS**, com a referência LIFE14 ENV/PT/000379: "Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants". Este projecto tem como participante a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., através da sua Direção de Laboratórios e de Controlo de Qualidade da Água. Os outros beneficiários deste projecto europeu são as seguintes entidades: Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que coordena o projecto, Águas do Algarve, S.A., Environment and Regional Development Consulting, Lda. (EHS), Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL), Universidade do Algarve (UAAlg). Este projecto tem a duração de 4 anos e iniciou-se em 2014.
- **Projecto EnviHealth&Co.**: novo Programa Doutoral da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL), aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e que será desenvolvido em ambiente empresarial, nomeadamente na EPAL, sendo inteiramente devotado à Saúde Ambiental e áreas afins. Este projecto terá a duração de 4 anos, sendo o primeiro ano (2016) um ano curricular a decorrer na Faculdade de Medicina de Lisboa. Entre 2017 e 2019, a EPAL irá receber dois estudantes de doutoramento para a execução do trabalho experimental da tese de doutoramento.
- **Projecto Europeu "AquaVIR - Portable Automated Water Analyser for Viruses"**, coordenado pela Universidade Técnica da Dinamarca, contou com a participação de um total de 15 instituições europeias de 9 países (universidades, instituições de investigação, indústrias e entidades/empresas governamentais) agrupadas em Consórcio. O projecto AquaVIR teve por objetivo concretizar o desenvolvimento de um novo sistema portátil, de baixo custo, de instalação e deteção no local, para monitorização de vírus entéricos humanos em diferentes tipos de massas de água. O projeto terminou em outubro de 2016.

## - Eventos Posteriores ao Fecho

Foi publicado, no início de novembro, do Decreto-Lei n.º 72/2016, que procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, prevendo a criação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais por destaque dos sistemas multimunicipais resultantes de agregações. Os Decretos-Leis n.os 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, criaram novos sistemas multimunicipais, por agregação de sistemas multimunicipais já existentes, e constituíram as respetivas entidades gestoras, Águas do Centro Litoral, S. A., Águas do Norte, S. A., e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., atribuindo-lhes a exploração e a gestão concessionada daqueles sistemas. O Programa do XXI Governo Constitucional enunciou uma expressa discordância com o processo de agregação das empresas de águas que foi imposto aos municípios, bem como a sua intenção de intervir neste setor, valorizando devidamente o papel dessas autarquias na exploração e gestão de sistemas de que são os únicos utilizadores, e cuja participação no capital social não deve ser colocada em causa. Nesse sentido, e partindo do enquadramento jurídico existente, o Governo considera que a melhor solução em termos de política legislativa passa pela concretização de cisões nos referidos sistemas multimunicipais e na criação de novas entidades gestoras a partir daquelas sociedades agregadas.

Este Decreto terá implicações relevantes no caso em concreto da LVT, e por conseguinte na própria EPAL, pois o âmbito da gestão delegada do sistema da LVT será necessariamente alterado, tendo sido já aprovado em janeiro de 2017, em sede de Conselho de Ministros e promulgado em março pelo Presidente da República, o Decreto-Lei que prevê a criação, por cisão, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais do Tejo Atlântico e do sistema multimunicipal de saneamento da Península de Setúbal.

## - Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações Legais - 2016	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
	S	N	NA		
<b>Objetivos de Gestão</b>			X		Não foram definidos objetivos de gestão
<b>Metas a atingir constantes no PAO 2016</b>					Comparação entre os valores de 2016 e as previsões constantes do PAO
Princípios Financeiros de Referência	X				-
Investimento	X			41%	Nível de execução dos investimentos anuais
Endividamento	X			100%	-
EBITDA	X			1%	Aumento do EBITDA de 2016 face ao constante no PAO
Plano de Redução de Gastos (PRC)			X	0,5 p.p.	Excecionado pelo Despacho conjunto das Finanças e do Ambiente
Gastos com Frota Automóvel					
N.º viaturas			X	2%	Excecionado pelo Despacho conjunto das Finanças e do Ambiente
Gastos com viaturas			X	22%	Excecionado pelo Despacho conjunto das Finanças e do Ambiente
Gastos com Pessoal			X	1%	Excecionado pelo Despacho conjunto das Finanças e do Ambiente
<b>Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE</b>			X		-
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	X			1,42%	Taxa média de financiamento 2016 (all-in)
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	X			-11%	Variação do Endividamento face a 2015
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	X			-16%	Variação da redução do PMP face a 2015
<b>Atrasos nos Pagamentos (Arrears)</b>	X				Informação constante no Relatório e Contas 2016
<b>Recomendações do Acionista na aprovação de contas</b>			X		- Não foram emitidas recomendações
<b>Remunerações:</b>					
Não atribuição de prémios de gestão	X			-	-
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			21 138 EUR	Valor das reduções remuneratórias em 2016
Fiscalização - redução e reversões remuneratória vigentes em 2016		X		-	-
Auditor Externo - redução e reversões remuneratória vigentes em 2016		X		-	-
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			213 877 EUR	Valor das reduções remuneratórias em 2016
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2016 pelo n.º 1 do art.º 18.º da Lei 7-A/2016, de 30 de março	X			-	-
<b>EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP</b>					
Não utilização de cartões de crédito	X				A empresa não dispoe de cartões de crédito
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				A empresa não reembolsou qualquer despesa de representação pessoal
Valor máximo de despesas associadas a comunicações	X				-
Valor máximo de combustíveis e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				-
<b>Despesas não documentadas – n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e art.º 11.º do EGP</b>					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				A empresa não procedeu a qualquer reembolso de despesas de representação pessoal
<b>Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres – n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>					
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	X				-

Cumprimento das Orientações Legais - 2016	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
	S	N	NA		
<b>Prevenção da Corrupção – n.º 1 do artigo 46º do RJSPE</b>					
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	X			-	<a href="http://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-em-presarial/plano-de-gest%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas">http://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-em-presarial/plano-de-gest%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas</a>
<b>Contratação Pública</b>					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		Não foram submetidos contratos a visto prévio do Tribunal de Contas
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>					
Recomendações			X		Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas
<b>Parque Automóvel</b>					
Nº de viaturas			X	6	Excecionado pelo Despacho conjunto das Finanças e do Ambiente
Gastos com Viaturas			X	315 608 EUR	Excecionado pelo Despacho conjunto das Finanças e do Ambiente
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas (Art.º 96º do DL 18/2016)</b>	X			37,3%	A empresa reduziu em 0,8 p.p. face a 2015
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria</b>					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X			72 494 971 EUR	Saldo a 31/12/2016
Disponibilidades e aplicações centralizadas na Banca Comercial				7 029 147 EUR	Saldo a 31/12/2016
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X		-

## # Objetivos de gestão (artigo 38º do RJSPE)

Face à não definição de orientações setoriais, objetivos, indicadores e metas para o mandato 2016/2018, a serem fixadas ao Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, não foi possível proceder à revisão ou fixação de novas orientações ao Conselho de Administração da EPAL, para o atual mandato em curso, por entender que as mesmas deverão decorrer das que lhes vierem a ser fixadas pela Tutela.

Acresce que face ao disposto no Programa do XXI Governo Constitucional que preconiza a reversão das agregações realizadas pelo anterior Governo em 2015, nas empresas das águas, os gestores das empresas do Grupo Águas de Portugal cujas orientações setoriais, objetivos, indicadores e metas lhes foram fixadas no âmbito do anterior Governo, e ainda não foram atualizadas.

Entende-se assim que não poderão vir a ser quantitativamente avaliados pelo cumprimento de objetivos, indicadores e metas aprovados em assembleia geral e que constam dos respetivos contratos de gestão, por se encontrarem em contradição com o atual Programa de Governo aprovado em Assembleia da República.

Não tendo sido fixadas as orientações estratégicas gerais para o mandato de 2016/2018 não foram igualmente fixados novos Objetivos de Gestão para o Conselho de Administração da EPAL.

No que respeita ao cumprimento do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2016, encontra-se indicada no quadro anterior

a respetiva execução.

Considerando que em cumprimento do disposto no Programa do XXI Governo Constitucional, se encontra em curso um processo de reestruturação do Grupo AdP – Águas de Portugal que abrange a EPAL, foi despachado conjuntamente pela tutela setorial e das finanças, ao abrigo do disposto no n.º 4 do art.º 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, na redação conferida pelo art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 35-A/2016, de 30 de junho, bem como das competências delegadas pelo Ministro das Finanças e pelo Ministro do Ambiente, nos termos do Despacho n.º 3488/2016, de 29 de fevereiro, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 48, de 9 de março de 2016, e do Despacho n.º 489/2016, de 29 de dezembro, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 7, de 12 de janeiro de 2016, que a EPAL se encontra dispensada do cumprimento das medidas estipuladas no n.º 3, em conjugação com o n.º 1, do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.

## # Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros. Adotando uma posição conservadora e tendo em atenção as características de longo prazo dos ativos tem sido privilegiada a obtenção de financiamentos de longo prazo, com particular ênfase no BEI.

Apresenta-se a evolução da taxa média de financiamento (incluindo encargos associados aos empréstimos, tais como garantias) dos últimos 5 anos, constatando-se uma redução contínua da mesma.

Anos	2016	2015	2014	2013	2012
Encargos Financeiros (€)	2 284 324	2 649 300	3 327 284	3 779 862	5 036 246
Taxa média de financiamento (%)	1,42%	1,48%	1,69%	1,77%	2,35%

## # Limite de crescimento do endividamento (n.º 2 do art.º 31.º da Lei n.º 7-A/2016, com retificação n.º 10/2016, de 25 de maio (LOE2016))

Passivo remunerado	2016	2015	2014	2013	Variação 2016/2015	
	Valores (€)				Valor	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	151 517 309	169 528 767	187 444 544	205 267 046	-18 011 458	-11%
- dos quais concedidos pela DGFT	-	-	-	-	-	-
Aumentos de capital por dotação	-	-	-	-	-	-
Aumentos de capital por conversão de créditos	-	-	-	-	-	-
Endividamento ajustado	151 517 309	169 528 767	187 444 544	205 267 046	-18 011 458	-11%

No ano de 2016 os financiamentos obtidos pela EPAL cingiam-se a empréstimos junto do BEI, tendo ocorrido no ano uma redução de 18 milhões de euros (-11%), correspondente a amortizações de capital relativa aos empréstimos contraídos em anos anteriores. No ano a empresa não recorreu a qualquer novo financiamento.

## # Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores (RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio

A diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores resulta essencialmente do esforço feito pela empresa para recuperar os níveis atingidos em 2014, os quais foram prejudicados em 2015 devido a situações específicas que se encontravam em receção e conferência, sem descurar a manutenção do equilíbrio entre o prazo médio de recebimentos e pagamentos, de modo a não degradar a tesouraria da Empresa.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

PMP	2016	2015	Variação 2016/2015	
			Valor	%
Prazo (dias)	37	43	-6	-14%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição, sendo que os valores vencidos a mais de 90 dias respeitam essencialmente a serviços e bens cuja respetiva prestação não se encontra ainda formalmente concluída e/ou prestada:

Dívidas vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.º 1.º do DL 65-A/2011 (€)			
		0-90	90-120	120-180	180-360
Aquisição de Bens e Serviços	2 636 595	1 447	0	8 988	142 857
Aquisição de Investimentos	661 750	0	5 391	25 695	79 837
<b>Total</b>	<b>3 298 345</b>	<b>1 447</b>	<b>5 391</b>	<b>34 683</b>	<b>222 693</b>

## # Recomendações do acionista

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2016 aquando da aprovação das contas de 2015.

Foi dado integral cumprimento às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

## # Determinações sobre remunerações

Foram cumpridas todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

As reduções remuneratórias são as indicadas no quadro acima, sendo que a restante informação aplicável encontra-se publicada no Relatório do Governo Societário de 2016.

## # Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Foi dado cumprimento integral ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Ao valor das despesas associadas a comunicações:

	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
José Manuel Leitão Sardinha	80	491	De janeiro a dezembro 2016
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	80	462	De janeiro a dezembro 2016
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas	80	224	De janeiro a junho de 2016
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura	80	518	De janeiro a junho de 2016
José António Afonso Calmeiro	80	226	De janeiro a junho de 2016
Ana Sofia Pereira da Silveira	80	242	De junho a dezembro de 2016
Barnabé Francisco Primo Pisco	80	262	De junho a dezembro de 2016
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	80	247	De junho a dezembro de 2016
		2 673	

- Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

	Plafond mensal combustível e portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
José Manuel Leitão Sardinha	572	3 508	1 465	4 974	De janeiro a dezembro 2016
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	458	1 520	1 110	2 630	De janeiro a dezembro 2016
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas	515	1 006	587	1 593	De janeiro a junho de 2016
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura	458	795	315	1 110	De janeiro a junho de 2016
José António Afonso Calmeiro	458	771	0	771	De janeiro a junho de 2016
Ana Sofia Pereira da Silveira	458	409	183	592	De junho a dezembro de 2016
Barnabé Francisco Primo Pisco	458	1 973	768	2 741	De junho a dezembro de 2016
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	458	1 384	576	1 959	De junho a dezembro de 2016
				16.370	

## # Despesas não documentadas (aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP)

A empresa dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não aceitando despesas não documentadas.

## # Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres (n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março)

Dando cumprimento ao previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, inserido no seu relatório anual de Sustentabilidade, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

## # Prevenção da Corrupção (n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Dando cumprimento ao previsto no n.º 1 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL procede à avaliação anual do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 2 da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:



*“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.*

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º2 do n.º 46 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da EPAL e remetido à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).

## # Contratação pública

### a) Modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2016

O Grupo AdP dispõe de uma unidade da AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A., que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes.

De entre o universo das categorias contratadas é de destacar a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas, que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições.

Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada. Neste campo, a solução agregada para a cobertura da responsabilidade ambiental constitui um bom exemplo das vantagens decorrentes da contratação centralizada.

### b) Procedimentos instituídos para a contratação de bens e serviços

A empresa dispõe de um procedimento que regula a contratação de bens e serviços (PC-LG-001), que faz parte integrante do Sistema de Responsabilidade Empresarial, inserido no processo Legal e de Governança, que tem como objetivo definir a metodologia de cumprimento do estabelecido no código dos contratos públicos, e cujo âmbito de aplicação versa sobre todas as propostas de aquisição e locação de bens móveis, serviços e empreitadas.

O procedimento foi revisto em 2014, estando prevista a sua revisão para o ano de 2017, face à previsível alteração do código dos contratos públicos.

### c) Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

Não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros, pelo que não houve qualquer contrato sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas.

## # Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Recorreu-se a este figurino, quando validada a aderência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

## # Medidas tomadas no âmbito da frota automóvel (orientações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 96.º do DLEO 2016, complementadas com os Despachos nº 1182/13-SET, de 12 de junho (comunicado através de Ofício Circular nº 4238, de 1 de julho) e Despacho nº 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através de Ofício Circular nº 7408, de 2 de dezembro)

Em cumprimento da legislação e orientações sob a matéria em epígrafe, o Grupo AdP tem vindo a desenvolver um esforço de redução de custos associados à frota automóvel. Pese embora a sua não inclusão no Parque de Veículos do Estado (PVE), na gestão da sua frota automóvel, está presente a norma que remete para a necessidade de se proceder ao abate de veículos em fim de vida, nos termos previstos na legislação em vigor, em particular o Decreto-Lei nº 196/2003, de 23 de Agosto, centrando a sua atuação na racionalização da frota e na redução dos custos associados à sua gestão.

A AdP Serviços, em sua representação e das empresas que integram o Grupo AdP, para satisfazer as respetivas necessidades em matéria de viaturas, conduz procedimentos pré-contratuais com respeito pelas regras de contratação pública, sob a égide dos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência, ponderando o interesse económico do recurso a Acordos Quadro celebrados pela ESPAP – Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. Os critérios de adjudicação que lhes subjazem privilegiam o valor económico dos contratos, tomando em consideração antecipadamente os respetivos custos de exploração incluindo os encargos decorrentes do consumo de energia, das emissões de CO<sub>2</sub>, e das emissões poluentes, que se caracterizam como externalidades, incentivando os operadores económicos a serem mais eficientes também no contexto energético e ambiental.

Considerando que em cumprimento do disposto no Programa do XXI Governo Constitucional, se encontra em curso um processo de reestruturação do Grupo AdP – Águas de Portugal que abrange a EPAL, foi despachado conjuntamente pela tutela setorial e das finanças, ao abrigo do disposto no n.º 4 do art.º 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, na redação conferida pelo art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 35-A/2016, de 30 de junho, bem como das competências delegadas pelo Ministro das Finanças e pelo Ministro do Ambiente, nos termos do Despacho n.º 3488/2016, de 29 de fevereiro, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 48, de 9 de março de 2016, e do Despacho n.º 489/2016, de 29 de dezembro, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 7, de 12 de janeiro de 2016, que a EPAL se encontra dispensada do cumprimento das medidas estipuladas no n.º 3, em conjugação com o n.º 1, do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.

## # Medidas de redução de gastos operacionais (previstas no artigo 96.º do DLEO 2016)

A EPAL, apesar de dispensada do cumprimento das medidas estipuladas no n.º 3, em conjugação com o n.º 1, do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, cumpriu com a redução, no seu conjunto, do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, apresentando o indicador no quadro no início deste capítulo respeitante ao cumprimento das orientações legais.

O quadro seguinte apresenta a execução comparativa com os períodos anteriores homólogos e comparáveis.

PRC	Meta	2016	2015	2014	2010	2016/2015		2016/2010	
		Execução				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA (ajustado)	Manutenção ou aumento face a 2015 e sempre superior ao verificado em 2014	94 470 005	92 488 166	89 260 037	74 584 440	1 981 839	2,1%	19 885 564	26,7%
(1) CMVMC		1 657 683	2 233 525	2 189 866	2 810 388	-575 841	-25,8%	-1 152 705	-41,0%
(2) FSE		29 883 343	28 886 342	28 932 751	38 367 782	997 001	3,5%	-8 484 439	-22,1%
(3) Gastos com Pessoal		24 721 711	25 010 798	25 011 467	31 651 741	-289 087	-1,2%	-6 930 030	-21,9%
(4) Indemnizações pagas por rescisão		638 566	1 156 233	817 477	106 828	-517 667	-44,8%	531 738	497,8%
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias		439 739	150 039	0	0	289 700	193,1%	439 739	-
(6) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)		55 184 432	54 824 393	55 316 607	72 723 083	360 039	-171,8%	-17 538 651	-24,1%
(7) Volume de Negócios		148 826 120	143 933 951	141 958 403	147 454 719	4 892 170	3,4%	1 371 402	0,9%
(8) Peso dos Gastos/VN = (6)/(7)	Assegurar no seu conjunto a redução face a 2015	37,1%	38,1%	39,0%	49,3%	-1,0 p.p.	-265,2%	-12,2 p.p.	-2481,6%
Gastos com Comunicações (FSE)		92 164	52 526	54 948	368 205	39 639	75,5%	-276 041	-75,0%
Gastos com Deslocações/alojamentos (FSE)	Manutenção ou redução face a 2015 ou 2014 (o que apresentar o menor valor)	14 954	15 197	15 228	151 009	-243	-1,6%	-136 055	-90,1%
Gastos com ajudas de custos (Gastos com Pessoal)		3 753	3 903	5 190	26 862	-150	-3,8%	-23 109	-86,0%
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		652	652	678	n.a.	0	0,0%	n.a.	n.a.
N.º órgãos sociais		5	5	3	n.a.	0	0,0%	n.a.	n.a.
N.º e cargos de Direção		25	21	15	n.a.	4	19,0%	n.a.	n.a.
N.º trabalhadores (sem OS e CD)		622	626	660	746	-4	-0,6%	-124	-16,6%
N.º trabalhadores / N.º CD		25	30	44	n.a.	-5	-16,5%	n.a.	n.a.
N.º viaturas	Redução face ao ano anterior	266	260	262	286	6	2,3%		
Gastos com viaturas	Redução face a 2015 ou 2014 (o que apresentar o menor valor)	1 757 913	1 442 305	1 500 562	n.a.	315 608	21,9%	n.a.	n.a.

## # Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do RJSPE e artigo 86.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março)

Na sequência do procedimento adotado nos anos anteriores, em 28 de abril de 2016, a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (adiante designada de AdP SGPS) solicitou, ao abrigo do disposto no artigo 86, n.º I, parte final, da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para 2016 e do estabelecido no artigo 28,º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, aos Senhores Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e Secretário de Estado do Ambiente, a dispensa parcial do cumprimento da unidade de tesouraria do estado, pelo prazo de dois anos.

O despacho n.º 841/16 – SEATF, de 16 de agosto, proferido em resposta ao pedido da AdP SGPS, autoriza expressamente a dispensa parcial do cumprimento da unidade de tesouraria do estado permitindo que as empresas do Grupo Águas de Portugal recorram à utilização da banca comercial para operações de financiamento, uma vez que “O IGCP não assegura a prestação de operações de financiamento de curto ou médio prazo, uma vez que não possui enquadramento legal para o efeito”.

No entanto este despacho é omissivo quanto à aplicação dos excedentes não permanentes de tesouraria no IGCP o que levou a uma diferente interpretação legal da AdP SGPS e do IGCP, sobre a obrigatoriedade ou não da aplicação dos excedentes não permanentes no IGCP por parte das empresas do sector empresarial do Estado.

Por forma a tentar clarificar esta questão, em 23 de dezembro de 2016 foi remetido, pela AdP SGPS, um novo ofício aos Senhores Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e Secretário de Estado do Ambiente a solicitar instruções sobre a abrangência das disposições da Lei de Orçamento de Estado para 2016, informando também sobre o impacto financeiro negativo resultante do aumento da abrangência da obrigatoriedade de aplicação dos excedentes no IGCP aos excedentes não permanentes.

Em resposta a este pedido de esclarecimento o Despacho n.º 38/17 – SEATF, de 16 de janeiro veio diferir favoravelmente o parecer do IGCP para que todas as aplicações financeiras das empresas do sector empresarial do Estado, permanentes e não permanentes, sejam aplicadas no IGCP.

O Grupo Águas de Portugal passou de imediato a adotar as necessárias medidas com vista a uma completa implementação e concretização das instruções do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças em todas as empresas do grupo.

## # Recomendações dirigidas à empresa resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos (2013 a 2016)

Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas.

## # Quadro com informação a constar no site do SEE

Conforme orientações da DGTF a empresa não divulga informação no sítio do SEE na internet, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.



# Perspetivas Futuras

O exercício de 2017 ficará marcado pela operação de destaque dos sistemas da Águas do Tejo Atlântico e da Simarsul, com a transformação da Águas de Lisboa e Vale do Tejo em Águas do Vale do Tejo, com gestão delegada na EPAL, dando seguimento às políticas da Tutela e, também, à deliberação da Assembleia Geral da Águas de Lisboa e Vale do Tejo de 12 de dezembro de 2016.

Por conseguinte, o próximo exercício será muito orientado para a reestruturação organizacional da EPAL e para a melhoria de processos e procedimentos para a gestão e exploração das infraestruturas e sistemas pelos quais é responsável, constituindo, por conseguinte, um enorme desafio que, estamos seguros, será superado com a reconhecida competência e profissionalismo dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa.

A EPAL procurará, durante 2017, reforçar o seu quadro de pessoal e promover a melhoria das relações de trabalho, situação que, sendo resultante de condições de origem muito diferenciadas, importa, no entanto, atenuar progressivamente dentro das limitações a que a EPAL, enquanto empresa pública, está sujeita.

O aumento da eficiência, nomeadamente resultante da identificação e otimização das economias de gama e das sinergias, da adoção das melhores práticas e da racionalização das condições de operação das infraestruturas será, seguramente, uma das áreas em que a empresa se focará.

A empresa continua interessada no processo de integração da rede de saneamento de Lisboa, dadas as vantagens para a empresa e para a cidade. Esperam-se ainda desenvolvimentos ao nível de outras operações de consolidação no seio do grupo Águas de Portugal, designadamente envolvendo a Águas de Santo André, por forma a aumentar escala e criar sinergias de gestão.

A EPAL vai continuar a sua aposta na inovação e desenvolvimento procurando responder a oportunidades de internacionalização das suas competências e capacidades, consciente das condições que reúne para o efeito e das vantagens que advêm para si própria e para o País, em termos de prestígio, de experiência e de reforço do seu *know how*.

No quadro das perspetivas referidas, alicerçadas na sólida sustentabilidade económica e financeira da empresa, a EPAL, em 2017, continuará a promover o desenvolvimento das suas competências e da excelência dos serviços públicos que presta às populações que serve.



# Considerações Finais

É com satisfação que o Conselho de Administração encerra mais um ano de atividade de uma empresa que sabe cumprir os seus objetivos e honra os seus compromissos para com o seu acionista, para com a Tutela, para com a Entidade Reguladora e, também, para com os seus clientes.

Justifica-se, nesta circunstância, um agradecimento especial a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para que a EPAL continue a ser a empresa nacional de referência no setor em que opera, afirmando-se hoje com uma das principais referências internacionais.

Um profundo agradecimento aos corpos dirigentes e às trabalhadoras e trabalhadores da EPAL, pela dedicação e profissionalismo e, também pela reconhecida excelência. Aos órgãos representativos dos trabalhadores agradeço a sua permanente atenção e contributo, dentro das suas competências. Aos membros dos órgãos sociais, agradeço a permanente colaboração e apoio evidenciados nas suas atividades próprias e no acompanhamento da gestão da empresa.

À Tutela Governamental, pela acessibilidade dos contatos, interesse e empenho postos no acompanhamento das atividades da empresa e pelo clima de confiança mantido.

Ao acionista Águas de Portugal, que manteve o acompanhamento permanente e empenhado das atividades e evolução da empresa.

À ERSAR, enquanto Entidade Reguladora do setor; à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, bem como os diversos organismos e serviços da Administração Pública, são igualmente credores de reconhecimento pelo interesse, disponibilidade e permanente apoio à EPAL e às suas atividades.

Um agradecimento às instituições bancárias e seguradoras e aos fornecedores e prestadores de serviços à EPAL, pela qualidade das suas respostas às necessidades da empresa.

À Câmara Municipal de Lisboa, o reconhecimento da excelência da colaboração, permanente cooperação e entendimento.

Finalmente, agradeço aos nossos Clientes, os contributos e a permanente inspiração para prestarmos um serviço que, sendo de reconhecida excelência, não afasta a nossa ambição de o melhorarmos ainda mais, pois os nossos clientes assim o merecem.





# Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 21.º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2016, no montante de 49.722.300,06 euros (quarenta e nove milhões, setecentos e vinte e dois mil, trezentos euros e seis cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- 39.777.840,05 euros (trinta e nove milhões, setecentos e setenta e sete mil, oitocentos e quarenta euros, e cinco cêntimos) para distribuição de dividendos aos Acionistas;
- 9.944.460,01 euros (nove milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta euros, e um cêntimo) para Resultados Transitados.



# Anexo ao Relatório

Acionistas	Capital Subscrito			Capital Social Realizado (euros)
	Total de Ações Subscritas (n.º)	Capital Social Subscrito (euros)	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP -Águas de Portugal, SGPS, SA	30 000 000	150 000 000,00	100%	150 000 000,00





DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS DO  
EXERCÍCIO DE  
2016



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Demonstração da posição financeira

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	705 935 070	718 784 138
Propriedades de investimento	7	13 559 357	13 650 894
Activos intangíveis	5	6 186 667	-
Outros ativos financeiros	9	93 745	114 803
Ativos por impostos diferidos	10	2 310 620	2 387 169
Outros ativos não correntes	11 e 18	12 249 709	14 214 790
Total do ativo não corrente		740 335 168	749 151 794
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Inventários	12	101 395	986 838
Clientes	13	15 693 631	17 864 114
Imposto sobre o rendimento	20	656 190	874 216
Outras contas a receber	13	23 753 282	27 365 940
Diferimentos	14	2 255 794	1 120 753
Outros ativos financeiros	4 e 9	73 500 000	54 500 000
Caixa e depósitos bancários	4	5 969 227	5 262 484
Total do ativo corrente		121 929 518	107 974 344
<b>Total do ativo</b>		<b>862 264 686</b>	<b>857 126 138</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado	15	150 000 000	150 000 000
Reserva legal	15	30 000 000	30 000 000
Outras reservas	15	22 171 377	22 171 377
Resultados transitados	15	350 228 371	329 793 026
Outras variações no capital próprio	15	(4 064)	(4 064)
Resultado líquido do exercício	30	552 395 685	531 960 340
		49 722 300	47 137 287
<b>Total do capital próprio</b>		<b>602 117 985</b>	<b>579 097 627</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	16	133 407 702	151 517 309
Subsídios ao investimento	17	30 122 485	31 398 461
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18	1 684 000	2 912 000
Passivos por impostos diferidos	10	35 654 902	36 640 408
Total do passivo não corrente		200 869 089	222 468 178
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Provisões	19	645 332	1 367 504
Fornecedores	16	3 698 747	8 294 553
Estado e outros entes públicos	20	4 713 653	5 087 558
Financiamentos obtidos	16	18 109 607	18 295 306
Outras contas a pagar	16	32 110 273	22 515 412
Total do passivo corrente		59 277 612	55 560 333
<b>Total do passivo</b>		<b>260 146 701</b>	<b>278 028 512</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>862 264 686</b>	<b>857 126 138</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Ana Sofia Pereira da Silveira  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço



## Demonstração dos Resultados (por Naturezas)

(Montantes expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	21	151 018 866	143 933 951
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(1 657 683)	(2 233 525)
Fornecimentos e serviços externos	22	(32 188 964)	(28 886 342)
Gastos com o pessoal	23	(23 296 766)	(22 650 710)
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	13	(680 699)	(558 065)
Provisões (aumentos) / reduções	19	885 193	48 110
Subsídios ao investimento	17	1 275 977	1 275 977
Outros rendimentos e ganhos	24	4 078 466	3 870 708
Outros gastos e perdas	25	(3 483 914)	(1 545 916)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>95 950 476</b>	<b>93 254 189</b>
Gastos de depreciação e de amortização	26	(25 599 768)	(25 293 804)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>70 350 708</b>	<b>67 960 385</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	27	576 984	781 912
Juros e gastos similares suportados	27	(2 284 324)	(2 649 300)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>68 643 367</b>	<b>66 092 997</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - diferido	10	1 428 079	787 317
Imposto sobre o rendimento do exercício - corrente	10	(20 349 147)	(19 743 028)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>49 722 300</b>	<b>47 137 287</b>
Resultado por ação básico	30	1,66	1,57
Resultado por ação diluído		1,66	1,57

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Ana Sofia Pereira da Silveira  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

## Demonstração do rendimento integral

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2016	2015
Resultado líquido do exercício		49 722 300	47 137 287
Itens que não reciclam por resultados:			
Remensurações do plano de pensões (líquido de imposto)	10 e 18	(519 123)	(115 201)
Efeito de alteração de taxa de imposto		(257 311)	-
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>48 945 866</b>	<b>47 022 085</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Ana Sofia Pereira da Silveira  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

# Demonstração das variações do capital próprio

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Capital próprio
Posição no início do exercício de 2015		150 000 000	30 000 000	22 171 377	305 591 365	(4 064)	54 037 472	561 796 151
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	10, 18	-	-	-	(115 201)	-	-	(115 201)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	54 037 472	-	(54 037 472)	-
		150 000 000	30 000 000	22 171 377	359 513 636	(4 064)	-	561 680 950
Resultado líquido do exercício de 2015							47 137 287	47 137 287
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	15	-	-	-	(29 720 610)	-	-	(29 720 610)
		-	-	-	(29 720 610)	-	47 137 287	(29 720 610)
Posição no fim do exercício de 2015		150 000 000	30 000 000	22 171 377	329 793 026	(4 064)	47 137 287	579 097 627
Posição no início do exercício de 2016		150 000 000	30 000 000	22 171 377	329 793 026	(4 064)	47 137 287	579 097 627
Posição no início do exercício de 2016		150 000 000	30 000 000	22 171 377	329 793 026	(4 064)	47 137 287	579 097 627
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	10, 18	-	-	-	(776 434)	-	-	(776 434)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	47 137 287	-	(47 137 287)	-
		150 000 000	30 000 000	22 171 377	376 153 879	(4 064)	-	578 321 193
Resultado líquido do exercício de 2016							49 722 300	49 722 300
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	15	-	-	-	(25 925 508)	-	-	(25 925 508)
		-	-	-	(25 925 508)	-	-	(25 925 508)
Posição no fim do exercício de 2016		150 000 000	30 000 000	22 171 377	350 228 371	(4 064)	49 722 300	602 117 985

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Ana Sofia Pereira da Silveira  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

# Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em euros)

Notas	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015		
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
	176 965 656	215 844 872	Recebimentos de clientes	
	(45 638 956)	(35 385 056)	Pagamentos a fornecedores	
	(39 200 950)	(30 641 692)	Pagamentos ao pessoal	
	92 125 750	149 818 124	Caixa gerada pelas operações	
	(15 107 959)	(27 178 198)	(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	
	6 760 270	(64 557 624)	Outros recebimentos / (pagamentos)	
	83 778 061	58 082 302	Fluxos das atividades operacionais [1]	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>				
Pagamentos respeitantes a:				
6	(12 862 001)	(8 754 918)	Ativos fixos tangíveis	
	(6 400 000)	-	Activos intangíveis	
	-	(4 531)	Investimentos financeiros	
4 e 9	(50 000 000)	(32 500 000)	Outros ativos	(41 259 449)
Recebimentos provenientes de:				
	1 162 168	6 776	Ativos fixos tangíveis	
	20 471	-	Investimentos financeiros	
4 e 9	32 500 000	44 000 000	Outros ativos	
	273 826	518 769	Juros e rendimentos similares	44 525 545
	(35 305 536)	3 266 096	Fluxos das atividades de investimento [2]	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>				
Pagamentos respeitantes a:				
16	(18 011 460)	(17 915 777)	Financiamentos obtidos	
	(2 328 813)	(2 815 392)	Juros e gastos similares	
15	(25 925 508)	(29 720 610)	Dividendos	(50 451 779)
	(46 265 781)	(50 451 779)	Fluxos das atividades de financiamento [3]	
	2 206 744	10 896 619	Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	
4	27 262 484	16 365 865	Caixa e seus equivalentes no início do exercício	
4	29 469 228	27 262 484	Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Ana Sofia Pereira da Silveira  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

# Notas às Demonstrações Financeiras

## I NOTA INTRODUTÓRIA

### I.1 Introdução

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

### I.2 Atividade

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em “alta” a 34 municípios da Região da Grande Lisboa.

Adicionalmente, a Empresa, enquanto entidade com gestão delegada de distribuição à cidade de Lisboa e abastecimento da Região da Grande Lisboa e conforme previsto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, apresenta no seu modelo de gestão a liberdade de contratualizar fornecimento de água com Municípios. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015 e consequente alteração ao Decreto-Lei n.º 230/91, as tarifas da EPAL deixam de ser fixadas por Convenção entre o Estado, representado pela Direção Geral das Atividades Económicas, e a EPAL, passando para a esfera da ERSAR. Para o período 2016-2020 as tarifas foram fixadas pelo mesmo Decreto-Lei, constando dos seus Anexos IV e V.

Desde julho de 2015, a EPAL é responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, que integra 86 municípios. Atualmente a área servida pela EPAL e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo abrange 95 municípios que ocupam uma área territorial correspondente a um terço do território continental português, servindo 3,8 milhões de habitantes.

No início do ano de 2016 assumiu ainda a gestão e exploração do sistema de abastecimento do Oeste, passando dessa forma a EPAL a deter a responsabilidade pela operação e gestão das instalações desse sistema de abastecimento, sendo que a LVT manterá a propriedade dos inerentes ativos.

### I.3 Acionistas

À data de 31 de dezembro de 2016, a Empresa é integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

### I.4 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 8 de março de 2017. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, tendo os acionistas capacidade para alterar as demonstrações financeiras após estas terem sido aprovadas para emissão.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual (“Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements”), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e normas interpretativas (“SIC/IFRIC”), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2016.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas de seguida. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

## 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EPAL, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, e tomando por base o custo histórico, exceto pela valorização dos ativos financeiros ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2016. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro/IFRS-International Financial Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”).

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “IAS/IFRS” ou “IFRS”.

#### 3.1.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

#### 3.1.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 1 de janeiro de 2016

##### 3.1.2.1 Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014)

###### **IFRS 2 Pagamento com Base em Ações**

**Definições de condições de aquisição:** as emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“vesting conditions”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).

###### **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais**

**Contabilização da retribuição contingente:** as emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requer que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua

natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.

#### **IFRS 8 Segmentos Operacionais**

As emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.

#### **IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis**

Modelo de revalorização: as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.

#### **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas**

Serviços de pessoal-chave da gerência: as emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão

#### **IAS 38 Ativos intangíveis**

Modelo de valorização: as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.

#### **IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014)**

As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

#### **Agricultura – Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.º 2015/2113, de 23 de novembro de 2015)**

As emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.

#### **Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de 2015)**

As emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.

### **Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015)**

A emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.

### **3.1.2.2 Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015)**

#### **IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas**

As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.

#### **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações**

Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente. Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.

#### **IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro**

As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.

#### **IAS 19 Benefícios dos Empregados**

As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.

#### **IAS 34 Relato Financeiro Intercalar**

As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.

**Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015)** As alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1.

#### **Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015)**

As alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.



### **Entidades de Investimento: Aplicar a Exceção à Consolidação - Alterações à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 28 (Regulamento n.º 2016/1073, de 22 de setembro de 2016)**

Esta alteração vem clarificar uma série de aspetos da IFRS 10, da IFRS 12 e da IAS 28 relacionados com a exceção à consolidação aplicável às entidades de investimento.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras da EPAL.

### **3.1.3 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2017**

#### **IFRS 15: Rédito de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro de 2016)**

Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

#### **IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro de 2016)**

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

As novas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras da EPAL.

### **3.1.4 Normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Committee" (IFRIC) e ainda não endossadas pela União Europeia**

#### **Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28**

Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.

#### **Reconhecimento de Ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas – Alterações à IAS 12**

Esta alteração vem clarificar como contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com instrumentos de dívida mensurados ao justo valor. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

#### **Iniciativa de Divulgação – Alterações à IAS 7**

Esta alteração exige que as entidades divulguem informação acerca das alterações nos seus passivos de financiamento de forma a que os investidores possam compreender melhor as alterações ocorridas na dívida da entidade. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

### **Rédito de Contratos com clientes – Clarificações à IFRS 15**

Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta Norma. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

### **Clarificações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de transações de pagamentos com base em ações**

Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na Norma não eram muito claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

### **Clarificações à IFRS 4- Aplicar a IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros**

Estas alterações à IFRS 4 dão resposta às preocupações sobre a implementação da nova norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) antes da implementação da norma sobre contratos de seguros que substituirá a IFRS 4 e que ainda está em desenvolvimento. Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

### **Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016**

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

- IFRS 12 Divulgações de Interesses noutras entidades
- IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das IFRS
- IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

### **Adoção da IFRIC 22 Foreign Currency Transactions and Advance Considerations**

A IFRIC 22 estabelece a taxa de câmbio a ser usada em transações que envolvem uma consideração paga ou recebida em adiantado em moeda estrangeira. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

### **Clarificações à IAS 40 - Transferências de Propriedades de Investimento**

As alterações à IAS 40 Propriedades de Investimento vêm clarificar os requisitos relacionados com as transferências, de e para, Propriedades de Investimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

### **IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios**

Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos/passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.

### **IFRS 16: Locações**

Esta nova norma estabelece um modelo único de contabilização das locações pelos locatários, eliminando a distinção entre locações operacionais e locações financeiras na perspetiva do locatário. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Com a eventual exceção da IFRS 16, Locações, cujo impacto potencial ainda está a ser analisado, as novas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras da EPAL.

### 3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS. Os ativos fixos adquiridos após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Terrenos	-
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Taras e vasilhame	7
Outros ativos tangíveis	8 - 15

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos, no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado pela diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e imóveis detidos para obter rendas ou para valorização de capital e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos, ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento adquiridas até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

As depreciações são calculadas, por terem tratamento contabilístico idêntico aos ativos fixos tangíveis, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens (indicadas na Nota 3.2).

Sempre que na data de relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu justo valor, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva.

### 3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período de locação quando a EPAL não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EPAL tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

### 3.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor sempre que exista uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

### 3.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender e, (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis e amortizáveis".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 3.7 Inventários

Os inventários que se destinam ao processo produtivo da EPAL incluem, essencialmente, reagentes, tais como cloro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água.

Esses inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do seu valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Perdas de imparidade em inventários".

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

### 3.8 Ativos e passivos financeiros

#### 3.8.1 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados – incluem os ativos financeiros, não derivados, detidos para negociação respeitantes a investimentos de curto prazo, e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial. São reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de "variações de justo valor". Os dividendos obtidos são reconhecidos em "Outros rendimentos e ganhos" quando são atribuídos à EPAL.

ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. São classificados na Demonstração da Posição Financeira como "Clientes e Outras contas a receber" (Nota 12), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a EPAL não irá receber os

montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração do resultados em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do relato financeiro. São reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido. A EPAL avalia a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração rendimento integral. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecida em resultados não são reversíveis na demonstração de rendimento integral.

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a EPAL se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inferior a seis meses, imediatamente mobilizáveis e com risco não significativo de alteração de valor.

### **3.8.2 Passivos financeiros**

A IAS 39 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- a) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- b) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os "Financiamentos obtidos" e "Fornecedores" e "Outras contas a pagar".

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos classificados como "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como passivo corrente, exceto se existir direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### 3.8.3 Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas)/Reversões” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas)/Reversões”.

### 3.8.4 Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13 – Instrumentos financeiros.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

A EPAL aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam informação de mercado como as curvas de taxa de juro.

Para alguns tipos de instrumentos financeiros mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a EPAL utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

## 3.9 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

## 3.10 Subsídios ao investimento

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição de ativos fixos tangíveis são divulgados como passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados na mesma cadência em que as depreciações relativas aos ativos associados são reconhecidas.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

### 3.11 Benefícios pós-emprego

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez).

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

#### Planos de contribuição definida (CD)

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

#### Planos de benefício definido (BD)

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

A Empresa tem um plano de benefício definido para complementos de reforma. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

As remensurações são reconhecidas em Outros rendimentos integrais no período em que são apurados.

O custo dos serviços passados é reconhecido de imediato na data em que existam alterações de benefícios atribuídos.

A responsabilidade associada aos benefícios definidos reconhecida na demonstração da posição financeira, representa o valor presente da correspondente obrigação deduzido do justo valor dos ativos do plano. Os benefícios atribuídos a pré-reformas são calculados anualmente por atuários independentes utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

### 3.12 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.



O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões mais usuais registadas pela EPAL estão relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com terceiros. A EPAL reconhece essa provisão quando, da avaliação efetuada aos processos em curso com os advogados responsáveis, resulte uma eventual e provável responsabilidade de pagar.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota e não seja provável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.13 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

- O rédito proveniente da venda de bens (água) é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:
- Os riscos e vantagens significativos associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

A venda de água e quota de serviço encontra-se suportada por contratos celebrados com os clientes, em que o preço se encontra perfeitamente definido através de um tarifário devidamente aprovado.

A partir de 2016 a EPAL ficou sujeita às atribuições da ERSAR de regulação comportamental em matéria económica e aos regulamentos tarifários previstos nos respetivos estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Ao longo do ano, os rendimentos relativos à venda de água são reconhecidos à medida que são faturados, com base nos consumos apurados através da leitura de contadores ou, nos períodos em que, para um dado consumidor, não foi realizada a leitura do contador, em estimativas de consumos. No final do ano, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, é reconhecida uma conta a receber pelo valor estimado dos consumos por ler e faturar.

No final de cada exercício económico, o montante registado a título de vendas de água corresponde aos consumos reais do ano apurados com base na leitura dos contadores e, nos casos em que tal não é viável, em estimativas fiáveis de tais consumos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

A EPAL presta essencialmente serviços relacionados com a sua atividade de venda de água, como sejam a abertura e fecho de instalações de água, a instalação e substituição de contadores, a construção e reparação de ramais, bem como presta serviços complementares como sejam a comercialização do sistema de faturação Aquamatrix, do sistema para a gestão e redução de perdas de água na rede de distribuição (WONE), de análises laboratoriais, serviços de formação profissional e a reparação de contadores.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade. São registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

### 3.14 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos cujo período de construção ou produção é superior a 1 ano, são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Empresa não recorreu a financiamentos para os investimentos realizados nestes anos na aquisição e/ou construção dos seus ativos fixos.

Uma vez que os financiamentos atualmente negociados referem-se à construção de ativos específicos investidos em anos anteriores, a Empresa não procedeu à capitalização de encargos financeiros.

### 3.15 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo

período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

### 3.16 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional de relato da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

### 3.17 Políticas de gestão de risco financeiro

#### Fatores do risco financeiro

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

#### Análise de risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional, empresarial ou residencial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores divulgados na Nota 13) em 31 de dezembro de 2016, excluindo eventuais colaterais detidos ou outras melhorias de crédito, definida com base na sua quantia escriturada reportada naquela data.

Ativos Financeiros Bancários	2016	2015
Depósitos à Ordem (Nota 4)	5 930 372	5 223 788
Depósitos a Prazo (Nota 8)	73 500 000	54 500 000
Outros Ativos Financeiros (Nota 8)	93 745	114 803
	79 524 117	59 838 591

Rating	2016	2015
A2 (Moody's)	-	211 672
Baa1 (Moody's)	708 603	261 631
Baa3 (Moody's)	7 626	16 783
Ba1 (Moody's)	72 556 211	28 129 230
Ba3 (Moody's)	283 264	215 293
B1 (Moody's)	3 452 256	15 711 835

Rating	2016	2015
B3 (Moody's)	2 735	-
Caa1 (Moody's)	2 506 730	5 776 388
Caa2 (Moody's)	-	7 335
Sem rating	6 693	9 508 423
	<b>79 524 117</b>	<b>59 838 591</b>

Rating (Moody's) - Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em dezembro 2016

### Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos com flexibilidade.

A EPAL procede à análise dos seus compromissos de investimento, realizando uma recalendarização e mapeamento dos mesmos face a sua importância, impactos económico/financeiro e ambiental, minimizando desta forma eventuais riscos decorrentes de compromissos assumidos com diversas entidades.

O quadro abaixo apresenta os passivos financeiros agrupados pela maturidade remanescente à data das demonstrações financeiras:

2016			
	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos:			
Empréstimos bancários	18 109 607	54 555 648	78 852 054
Fornecedores	3 698 747	-	-
Outras contas a pagar	32 110 273	-	-
	<b>53 918 627</b>	<b>54 555 648</b>	<b>78 852 054</b>

2015			
	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos:			
Empréstimos bancários	18 295 306	62 378 990	89 138 319
Fornecedores	8 294 553	-	-
Outras contas a pagar	22 515 412	-	-
	<b>49 105 271</b>	<b>62 378 990</b>	<b>89 138 319</b>

Os empréstimos bancários dizem respeito única e exclusivamente a financiamentos contratados junto do BEI. O valor previsto com juros a pagar referente a esses empréstimos bancários têm a seguinte maturidade:

Juros	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
2016	1 824 805	7 133 981	3 746 241
2015	1 983 077	7 834 274	4 876 660
	<b>3 807 881</b>	<b>14 968 255</b>	<b>8 622 901</b>

## Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos à taxa variável.

## Análise de sensibilidade das taxas de juro

A análise de sensibilidade abaixo, foi preparada de acordo com a exposição da Empresa às taxas de juros dos empréstimos obtidos. Se a variabilidade da taxa de juro aplicável àqueles empréstimos no exercício de 2016 e 2015 tivesse sido 1% acima e/ou abaixo daquela que incidiu sobre os mesmos, o impacto no resultado líquido da Empresa em 31 de dezembro de 2016 e 2015 seria como segue:

	2016	2015
Juros suportados com financiamentos bancários (Nota 27)	1 954 409	2 301 618
Impacto no resultado líquido:		
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% acima do verificado	759 351	846 273
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% abaixo do verificado (a)	n.a.	n.a.

(a) as taxas de juro variáveis a 31 de dezembro de 2016 e 2015 são inferiores a 1%

## Análise de gestão de capital

O objetivo da EPAL em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida.

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da EPAL, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento.

Em 2016, a estratégia da EPAL passou por manter em níveis idênticos o seu rácio de endividamento líquido sobre o capital total, tendo inclusive diminuído fruto da amortização efetuada do financiamento bancário e dos excedentes aplicados no final do ano. Os rácios em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

	Notas	2016	2015
Total de financiamento obtido	16	151 517 309	169 812 615
Disponibilidades	4	(79 469 227)	(59 762 484)
Dívida Líquida		72 048 082	110 050 131
Capitais Próprios		602 117 985	579 097 627
Capital Total		602 117 985	579 097 627
<b>Dívida Líquida/Capital Total</b>		<b>0,12</b>	<b>0,19</b>

### 3.18 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamento na aplicação das políticas a adotar, os quais afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na experiência da gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem, em última instância, diferir destas estimativas

#### **a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão.

#### **b) Registo de perdas de imparidade relativas a ativos financeiros e ativos não financeiros**

A determinação de uma eventual perda por imparidade é gerada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, bem como por quaisquer outras alterações, internas ou externas à Empresa. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

À data de emissão das demonstrações financeiras não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor contabilístico do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano.

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a Empresa entende que as avaliações externas elaboradas por entidades independentes e especializadas se mantêm adequadas, não se verificando alterações nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento.

#### **c) Provisões para fazer face a responsabilidades perante terceiros**

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A EPAL é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### **d) Imposto Sobre o Rendimento (fiscalidade)**

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporárias tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias, exceto quando a EPAL seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

#### **e) Rédito**

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. As empresas reguladas apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas e escrutinadas pelo regulador. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

#### **f) Pressupostos atuariais utilizados na determinação das responsabilidades associadas a benefícios pós-emprego e de pré-reforma.**

Para avaliação das responsabilidades associadas a benefícios pós-emprego e de pré-reforma é necessário adotar vários pressupostos atuariais, tais como a taxa de desconto, as tábuas de mortalidade ou as progressões salariais, bem como a idade de reforma e o salário pensionável para a Empresa. Os valores reais desses pressupostos podem vir a revelar-se diferentes dos valores estimados na data do cálculo das responsabilidades. Essas diferenças podem produzir ligeiros desequilíbrios anuais (positivos ou negativos), que a longo prazo tendem a anular-se mutuamente, uma vez que os valores dos pressupostos atuariais são ajustados periodicamente em função dos valores correspondentes observados. Assim, o princípio do equilíbrio atuarial assegura um equilíbrio a longo prazo, não se prevendo nesta data qualquer impacto relevante.

### **3.19 Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events" ou acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## **4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada, prontamente convertíveis para uma quantia conhecida de dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de perda de valor, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos - curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existiam descobertos bancários.

Em 2016 a EPAL procedeu à alteração do registo na rubrica de "recebimento de clientes" e "outros recebimentos/pagamentos", passando a considerar o recebimento de clientes relativos aos valores de terceiros, a serem entregues à Câmara Municipal de Lisboa,

na rubrica de “outros recebimentos/pagamentos”, ao invés de serem registados em “recebimento de clientes”. Assim, os valores destas rubricas não são integralmente comparáveis entre 2015 e 2016.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2016 e 2015 detalham-se conforme se segue:

	Notas	2016	2015
Numerário		38 855	38 696
Depósitos à ordem		5 930 372	5 223 788
		5 969 227	5 262 484
Depósitos a prazo	9	73 500 000	54 500 000
		79 469 227	59 762 484
Fluxos de investimento		(50 000 000)	(32 500 000)
<b>Caixa e seus equivalentes</b>		<b>29 469 227</b>	<b>27 262 484</b>

O Grupo AdP adotou um conceito extensível a todas as entidades do Grupo, incluindo a EPAL, no qual foi definido que as aplicações financeiras que se caracterizam por ser imediatamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de perda de valor devem ser consideradas como Caixa e seus equivalentes, desde que a sua maturidade não exceda 6 meses.

Para efeitos de fluxos de caixa, em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Depósitos a Prazo” inclui 50.000.000 Euros que não cumprem os critérios de classificação como caixa e seus equivalentes definidos pelo grupo AdP e que se encontram acima mencionados como Fluxos de investimento.

## 5 ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2016	2015
Saldo inicial - quantia bruta		
Propriedade Industrial	1 391	1 391
Propriedade Industrial - aquisições	6 400 000	-
<b>Saldo final - quantia bruta</b>	<b>6 401 391</b>	<b>1 391</b>
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 391)	(1 391)
Depreciações do exercício	(213 333)	-
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(214 725)	(1 391)
<b>Saldo final - quantia escriturada líquida</b>	<b>6 186 667</b>	<b>-</b>

Em 21 de maio de 2015 foi celebrado um Acordo de Aditamento do Contrato de Abastecimento de Água, onde a ex Águas do Oeste, SA se obriga a comprar exclusivamente à EPAL a água necessária ao fornecimento dos seus utilizadores, passando, em consequência, a EPAL a explorar as infraestruturas de captação de água subterrânea que servem o sistema multimunicipal do Oeste, com efeitos a 1 de janeiro de 2016. Esta garantia de exclusividade vigora até ao final do prazo do contrato de concessão do Oeste ou de outro que o substitua, tendo como contrapartida pela exclusividade o pagamento de 6,4 Milhões.

Com a agregação da Águas do Oeste na LVT, a titularidade do acordo passou dessa empresa para a LVT, assim como o prazo de exclusividade foi estendido até 2045.

As depreciações encontram-se desta forma a ser calculadas de acordo com o prazo estipulado contratualmente.



## 6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2016								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	1 17 609 266	200 608 951	1 042 062 905	1 063 197	22 758 716	23 686 619	10 765 437	1 418 555 091
Aquisições	-	-	1 070 773	124 275	94 113	150 828	11 518 853	12 958 842
Alienações	-	(15 120)	(213 947)	-	(15 548)	-	-	(244 615)
Transferências	-	3 148 558	5 402 990	-	480 105	228 930	(9 260 582)	-
Ajustamentos	-	-	-	-	-	-	(320 633)	(320 633)
Abates	-	-	(620 959)	-	(15 345)	-	-	(636 304)
<b>Saldo final</b>	<b>1 17 609 266</b>	<b>203 742 389</b>	<b>1 047 701 762</b>	<b>1 187 471</b>	<b>23 302 040</b>	<b>24 066 377</b>	<b>12 703 075</b>	<b>1 430 312 381</b>

Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial	-	105 347 608	551 756 899	1 032 664	20 316 815	21 316 967	-	699 770 952
Depreciações do exercício (Nota 26)	-	4 337 846	19 754 761	32 094	736 436	433 761	-	25 294 898
Alienações	-	(6 615)	(34 232)	-	(11 647)	-	-	(52 493)
Abates	-	-	(620 959)	-	(15 087)	-	-	(636 046)
Saldo final	-	109 678 839	570 856 469	1 064 759	21 026 517	21 750 727	-	724 377 311
<b>Ativos líquidos</b>	<b>1 17 609 266</b>	<b>94 063 550</b>	<b>476 845 293</b>	<b>122 713</b>	<b>2 275 524</b>	<b>2 315 650</b>	<b>12 703 075</b>	<b>705 935 070</b>

2015								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	1 17 509 898	199 665 625	1 037 905 128	1 042 031	21 901 146	23 127 964	8 062 310	1 409 214 102
Aquisições	99 801	-	1 412 678	21 166	659 421	39 869	8 068 560	10 301 495
Alienações	(6 777)	-	(2 066)	-	-	-	-	(8 844)
Transferências	6 344	943 326	3 669 038	-	200 793	545 932	(5 365 434)	-
Abates	-	-	(921 873)	-	(2 645)	(27 146)	-	(951 664)
<b>Saldo final</b>	<b>1 17 609 266</b>	<b>200 608 951</b>	<b>1 042 062 905</b>	<b>1 063 197</b>	<b>22 758 716</b>	<b>23 686 619</b>	<b>10 765 437</b>	<b>1 418 555 091</b>

Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial	-	100 919 932	533 030 636	1 012 014	19 611 692	20 939 779	-	675 514 051
Depreciações do exercício (Nota 26)	-	4 427 676	19 649 455	20 650	707 769	393 475	-	25 199 025
Alienações	-	-	(1 319)	-	-	-	-	(1 319)
Abates	-	-	(921 873)	-	(2 645)	(16 287)	-	(940 805)
Saldo final	-	105 347 608	551 756 899	1 032 664	20 316 815	21 316 966	-	699 770 952
<b>Ativos líquidos</b>	<b>1 17 609 266</b>	<b>95 261 343</b>	<b>490 306 006</b>	<b>30 532</b>	<b>2 441 901</b>	<b>2 369 653</b>	<b>10 765 437</b>	<b>718 784 138</b>

A rubrica "Equipamento básico" inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores. Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Equipamento básico" incluía ainda ativos fixos em poder de

terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição no montante de 2.760.678 euros (2.346.947 euros em 2015).

- As aquisições ocorridas no exercício de 2016 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a 12.958.842 euros respeitam, essencialmente a:
- Reabilitação da ETA de Vale da Pedra;
- Intervenção nas condutas de água bruta de Valada e de água tratada de Vale da Pedra;
- Reabilitação das condutas da rede de distribuição;
- Reabilitação do reservatório de Campo de Ourique;
- Recuperação do troço final do Adutor Castelo Bode;
- Aquisição e instalação de Contadores;
- Sistema Secagem de Lamas ETA Asseiceira;
- Reabilitação de um troço do Adutor da Costa do Sol;
- Intervenções em instalações.

Relativamente à diminuição da rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2016, no montante de 9.260.582 Euros, corresponde essencialmente à conclusão de:

- Projetos de renovação e ampliação de condutas de rede de distribuição em Lisboa;
- Recuperação do troço final do Adutor de Castelo de Bode entre a Várzea das Chaminés e os Limoeiros (Sifão XI);
- Parque de lamas da ETA da Asseiceira;
- Intervenções em edifícios e estruturas operacionais, designadamente as intervenções para eliminação de fibrocimento em edifícios.

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 12.703.075 Euros, respeita essencialmente à intervenção de Reabilitação e Remodelação da ETA de Vale da Pedra, que por si só representa 4,9 milhões de Euros, e à reabilitação das condutas DN1250 de água bruta de Valada Tejo e DN1250 de água tratada de Vale da Pedra.

Em 2016, as rubricas de “alienações” e “abates” referem-se na sua quase totalidade a contadores instalados nos clientes diretos e que ao longo do ano foram sendo substituídos por novos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. No entanto, os seguros contratados estabelecem limites de indemnizações por sinistro e anuidade, de 185 milhões de Euros para danos materiais e de 25 milhões de Euros para atos de terrorismo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas apresentadas na Nota 3.2.

As depreciações do exercício de 2016, no montante de 25.294.898 Euros (25.199.025 Euros em 2015), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” (Nota 26).

Encontram-se registados ao seu valor reavaliado os ativos fixos tangíveis que sofreram reavaliações em anos anteriores, conforme explicitado na nota 15.

## 7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento respeitam a terrenos e imóveis detidos pela Empresa que não estão afetos à sua atividade operacional.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2016		
	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta		
Edifícios e Outras Construções	2 537 813	2 537 813
Terrenos e Rec, Naturais	12 883 738	12 883 738
<b>Saldo final - quantia bruta</b>	<b>15 421 551</b>	<b>15 421 551</b>
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 770 660)	(1 770 660)
Depreciações do exercício (Nota 26)	(91 537)	(91 537)
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 862 197)	(1 862 197)
Saldo final - quantia escriturada líquida	13 559 353	13 559 353

2015		
	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta		
Edifícios e Outras Construções	2 537 813	2 537 813
Terrenos e Rec, Naturais	12 883 738	12 883 738
<b>Saldo final - quantia bruta</b>	<b>15 421 551</b>	<b>15 421 551</b>
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 675 881)	(1 675 881)
Depreciações do exercício (Nota 26)	(94 779)	(94 779)
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 770 660)	(1 770 660)
Saldo final - quantia escriturada líquida	13 650 891	13 650 891

Decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu, em 2014, à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento, dado não estar definida a sua utilização.

De acordo com o referido protocolo, celebrado em 1992, o Município de Lisboa obrigava-se a transmitir para a EPAL terrenos para construção. Os desenvolvimentos ocorridos em 2014, culminaram com a materialização, em 31 de dezembro, da transmissão efetiva do terreno em apreço, mediante outorga de escritura pública, entre o Município de Lisboa e a EPAL.

Durante o ano de 2016 não se verificaram desenvolvimentos significativos nesta matéria.

O justo valor das propriedades de investimento é equivalente ao seu valor contabilístico. O justo valor de cada propriedade de investimento foi determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, sendo atualizado sempre que existam indicadores de alterações significativas no seu valor. A 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o justo valor das propriedades de investimento não diferia significativamente do seu valor contabilístico, sendo que o valor reconhecido nas demonstrações está garantido, ao abrigo do protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa.

## 8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As políticas contabilísticas de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2016					
	Empréstimos e contas a receber	Passivos ao custo amortizado	Total	Não classificados como instrum. financeiros	Total a 31.12.2016
Outros ativos financeiros	73 593 745	-	73 593 745	3 432 000	77 025 745
Outras contas a receber	32 570 991	-	32 570 991	-	32 570 991
Clientes	15 693 631	-	15 693 631	-	15 693 631
Caixa e equivalentes de caixa	5 969 227	-	5 969 227	-	5 969 227
<b>Total do ativo</b>	<b>127 827 594</b>	<b>-</b>	<b>127 827 594</b>	<b>3 432 000</b>	<b>131 259 594</b>
Financiamentos obtidos	-	151 517 309	151 517 309	-	151 517 309
Fornecedores	-	3 698 747	3 698 747	-	3 698 747
Outras contas a pagar	-	32 110 273	32 110 273	5 664 561	37 774 834
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>187 326 329</b>	<b>187 326 329</b>	<b>5 664 561</b>	<b>192 990 890</b>

2015					
	Empréstimos e contas a receber	Passivos ao custo amortizado	Total	Não classificados como instrum. financeiros	Total a 31.12.2015
Outros ativos financeiros	54 614 803	-	54 614 803	3 865 000	58 479 803
Outras contas a receber	37 715 729	-	37 715 729	-	37 715 729
Clientes	17 864 114	-	17 864 114	-	17 864 114
Caixa e equivalentes de caixa	5 262 484	-	5 262 484	-	5 262 484
<b>Total do ativo</b>	<b>115 457 130</b>	<b>-</b>	<b>115 457 130</b>	<b>3 865 000</b>	<b>119 322 130</b>
Financiamentos obtidos	-	169 812 615	169 812 615	-	169 812 615
Fornecedores	-	8 294 553	8 294 553	-	8 294 553
Outras contas a pagar	-	16 965 205	16 965 205	5 550 207	22 515 412
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>195 072 374</b>	<b>195 072 374</b>	<b>5 550 207</b>	<b>200 622 580</b>

## 9 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Outros ativos financeiros" deduzido de perdas por imparidade acumuladas, apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Não correntes:		
Títulos e outras aplicações financeiras	93 745	114 803
	93 745	114 803
Correntes:		
Depósitos a prazo	73 500 000	54 500 000
	<b>73 593 745</b>	<b>54 614 803</b>

## Títulos e outras aplicações financeiras

Relativamente ao montante registado na rubrica "Títulos e outras aplicações financeiras", que ascendia a 93.745 Euros, corresponde sobretudo a valores cativos à ordem dos tribunais (92.791 Euros).

## Depósitos a prazo

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Depósitos a prazo" no montante de 73.500.000 Euros compreende na sua totalidade depósitos a prazo (54.500.000 Euros em 2015) (Nota 4). Deste, o montante de 23.500.000 Euros (22.000.000 Euros em 2015) é constituído por depósitos que se qualificam como equivalentes de caixa e o montante de 50.000.000 Euros (32.500.000 Euros em 2015) como fluxos de investimento, para efeito da demonstração dos fluxos de caixa (Nota 4).

## 10 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade AdP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar ou a receber da entidade AdP SGPS (Nota 16 e Nota 28).

O gasto líquido com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do exercício	20 287 125	19 407 075
Ajustamentos a impostos correntes de exercícios anteriores	-	-
Excesso/Insuficiência da estimativa do exercício anterior	62 022	335 953
	20 349 147	19 743 028
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	(1 428 079)	(787 317)
	(1 428 079)	(787 317)
Gasto com impostos sobre o rendimento	18 921 067	18 955 710

A reconciliação do imposto do exercício em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	Notas	2016	2015
Resultado antes de impostos		68 643 367	66 092 997
Diferenças permanentes:			
Amortizações não aceites		4 877	4 877
Multas		3 013	1 693
Outros		58 584	114 466
		66 475	121 036
Diferenças temporárias:			
Amortizações não aceites		2 998 696	3 112 041
Imparidade		(139 155)	17 547
Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos		1 309 543	1 311 641
Provisões	19	(1 145 964)	(1 585 911)
Outros		(174 115)	(181 779)
		2 849 005	2 673 540
Lucro tributável		71 558 847	68 887 573
Imposto		15 027 358	14 466 390
Benefício fiscal (SIFIDE/CFEI)		-	(65 000)
Derrama		1 073 383	1 033 314
Derrama estadual		4 114 119	3 927 130
Tributações autónomas		72 265	45 241
Ajustamentos a exercícios anteriores		62 022	335 953
Total de imposto corrente e ajustamentos		20 349 147	19 743 028
Efeito de impostos diferidos no exercício		(1 428 079)	(787 317)
Total dos gastos do exercício		18 921 067	18 955 710
Taxa efetiva de imposto do exercício		28%	29%

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto prevista no Orçamento do Estado para 2017 e que corresponde a uma taxa de IRC de 21%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3% a 7%, conforme decorre da atual legislação fiscal, tendo sido utilizada uma taxa média de 5,6%.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi como se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2016	2015	2016	2015
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	1 301 577	1 258 365	-	-
Em inventários	-	70 833	-	-
Responsabilidades por benefícios de reforma				
Provisões	126 457	126 457	-	-
Reposição de proveitos tributados em anos anteriores (subsídios)	435 548	435 548	-	-
Efeito de desconto da dívida da AdO e Município de Sintra	447 037	495 966	-	-
Reavaliações legais	-	-	5 603 917	5 971 919
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos Amortizáveis	-	-	15 966 321	16 805 862
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos	-	-	13 551 256	13 551 256
Mais valias reinvestidas	-	-	42 193	43 563
Responsabilidades por benefícios de reforma	-	-	491 215	267 808
	2 310 620	2 387 169	35 654 902	36 640 408

	<b>2016</b>	2015	<b>2016</b>	2015
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	2 387 169	36 640 408	2 528 866	37 614 449
Efeito em resultados:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	43 213		16 821	-
Em inventários	(70 833)		(11 889)	-
Responsabilidades por benefícios de reforma			(95 545)	-
Efeito de desconto da dívida da ALVT (Ex-AdO)	(48 929)		(51 083)	-
Diferenças entre base contabilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento:				
Reavaliações legais		(368 002)	-	(368 592)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos amortizáveis		(839 541)	-	(871 887)
Mais valias reinvestidas		(1 370)	-	(1 370)
Responsabilidades por benefícios de reforma		(295 716)		267 808
	(76 550)	(1 504 629)	(141 697)	(974 041)
Efeito em resultados transitados:				
Responsabilidades por benefícios de reforma		519 123	-	-
	-	519 123	-	-
Saldo final	2 310 620	35 654 902	2 387 169	36 640 408

## 11 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros ativos não correntes” apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Outros devedores	8 817 709	10 349 790
Grupo (Nota 28)	2 106 278	3 128 266
Não Grupo	6 711 431	7 221 524
Ativos com planos de benefício definido (Nota 18)	3 432 000	3 865 000
	12 249 709	14 214 790

A rubrica “Outros devedores” é composta por dívidas a receber, com planos de pagamento que envolvem prazos superiores a 1 ano.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica, nos montantes de 8.817.709 Euros e 10.349.790 Euros, respetivamente, inclui a dívida da LVT (pertencente anteriormente à ex-Águas do Oeste) em resultado da alienação dos subsistemas de abastecimento de Alenquer/Torres Vedras e Arruda dos Vinhos/ Sobral de Monte Agraço, a qual apresenta um plano de reembolso anual a findar em 2033 (nota 28). A rubrica inclui ainda um acordo de pagamento a 48 meses celebrado com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, no montante de 2.106.278 Euros, (3.128.266 Euros em 2015), respeitante a dívida de valores mínimos anuais de água, referentes às ex-Águas do Oeste (nota 28).

Está ainda considerado um acordo de transação celebrado com o Município de Mafra, igualmente a 48 meses e também respeitante a dívida de valores mínimos anuais de água, no valor de 272.967 Euros (456.080 Euros em 2015).

O plano de reembolso a valores nominais da dívida acima referida, devido ao efeito do desconto, discrimina-se como se segue:

	2016	2015
Exigível entre 1 e 5 anos	4 383 581	5 588 723
Exigível a mais de 5 anos	6 013 180	6 514 233
	10 396 761	12 102 957
Efeito de desconto da dívida	(1 579 052)	(1 753 167)
	8 817 709	10 349 790

## 12 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2016			2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Mercadorias	-	-	-	191 111	(191 111)	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	101 395	-	101 395	1 047 788	(60 950)	986 838
	101 395	-	101 395	1 238 898	(252 061)	986 838

Em 2016 procedeu-se à alteração da metodologia de contabilização dos materiais de manutenção e de laboratório, deixando de serem considerados em Inventários e passando a ser registados em Outros Gastos a Reconhecer. Esta alteração resulta que aquando o registo do seu consumo os valores de gastos do exercício passarão a ser contabilizados em fornecimentos e serviços externos, ao invés de serem em CMVMC, como era feito até 2015.



## Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é detalhado conforme se segue:

<b>2016</b>			
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	191 111	1 047 788	1 238 898
Compras	-	711 290	711 290
Regularizações	(191 111)		(191 111)
Saldo final	-	(101 395)	(101 395)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	1 657 683	1 657 683

<b>2015</b>			
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	233 420	1 050 449	1 283 869
Compras	-	2 227 349	2 227 349
Regularizações	(42 309)	3 514	(38 795)
Saldo final	(191 111)	(1 047 788)	(1 238 898)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	2 233 525	2 233 525

Conforme já referido, resultante da alteração da metodologia de contabilização dos materiais de manutenção e de laboratório, o registo do seu consumo foi feito em fornecimentos e serviços externos, ao invés de ser em CMVMC, como aconteceu até 2015.

## Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é detalhada conforme se segue:

<b>2016</b>			
	Saldo inicial	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	191 111	(191 111)	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60 950	(60 950)	-
	252 061	(252 061)	-

<b>2015</b>			
	Saldo inicial	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	233 420	(42 309)	191 111
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60 950	-	60 950
	294 370	(42 309)	252 061

Procedeu-se em 2016 a uma inventariação externa dos bens e artigos existentes nos armazéns da Empresa, tendo-se procedido à reversão das imparidades existentes.

### 13 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2016			2015		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes						
- Grupo (Nota 28)	1 417 048	-	1 417 048	9 166 806	-	9 166 806
- Não Grupo	21 625 016	(7 348 433)	14 276 583	15 307 018	(6 609 710)	8 697 308
	23 042 064	(7 348 433)	15 693 631	24 473 824	(6 609 710)	17 864 114
Outras contas a receber						
Pessoal	30 256	-	30 256	133 300	-	133 300
Devedores por acréscimos de rendimentos						
- Grupo (Nota 28)	2 306 119	-	2 306 119	2 273 034	-	2 273 034
- Não Grupo	9 510 897	-	9 510 897	9 093 163	-	9 093 163
Outros devedores						
- Grupo (Nota 28)	626 481	-	626 481	3 844 139	-	3 844 139
- IRC a recuperar	-	-	-	1 745 081	-	1 745 081
- Não Grupo	11 733 243	(453 715)	11 279 528	10 728 012	(450 788)	10 277 223
	24 206 996	(453 715)	23 753 282	27 816 728	(450 788)	27 365 940
	47 249 060	(7 802 147)	39 446 913	52 290 552	(7 060 498)	45 230 054

A EPAL inclui na sua faturação as taxas cobradas pela Câmara Municipal de Lisboa, as quais, após boa cobrança, são entregues ao Município. Com as novas taxas introduzidas em 2015, verificou-se um acréscimo significativo do valor em apreço, pelo que, e não sendo esta uma receita da EPAL, o valor passou a ser registado na rubrica de Outros Devedores (no quadro acima identificado como Outros Devedores – Não Grupo).

Em 2015 o valor em causa era de 9.422.640 euros e, em 2016, atingiu o montante total de 10.788.223 euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram reconhecidas perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber, no montante de 741.649 euros (558.065 euros em 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a totalidade da rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” nos montantes de 11.817.016 euros e 11.366.197 euros, respetivamente, compreende essencialmente o acréscimo de rendimentos relativo a água por faturar, nos montantes de 10.386.744 euros e 9.503.023 euros, respetivamente.

A antiguidade dos saldos por receber, de clientes e outros devedores, incluindo terceiros e partes relacionadas (Nota 28) em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como se segue:

	2016						Subtotal	Imparidades	Total
	Não vencido	>60 dias	60 - 90 dias	90 - 180 dias	>180 dias				
Clientes	8 788 955	3 260 046	489 236	1 169 415	9 334 412	23 042 064	-7 348 433	15 693 631	
Outros devedores	11 409 510	-215 144	83 246	-43 836	1 130 081	12 363 857	-453 715	11 910 142	

	2015						Subtotal	Imparidades	Total
	Não vencido	>60 dias	60 - 90 dias	90 - 180 dias	>180 dias				
Clientes	7 616 911	997 049	647 394	3 087 254	12 125 215	24 473 824	-6 609 710	17 864 114	
Outros devedores	14 374 368	10 318	68 957	1 456 731	406 857	16 317 232	-450 788	15 866 443	

## 14 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Gastos diferidos com seguros	821 268	810 306
Gastos diferidos com manutenção e assistência técnica	4 653	782
Outros gastos diferidos	1 429 873	309 664
	2 255 794	1 120 753

A rubrica de gastos diferidos com seguros é composta pelos valores já pagos às seguradoras resultantes dos prémios de seguro liquidados antecipadamente para o total do período contrato, sendo registado em gastos no respetivo período em que se aplicam.

Em 2016 a rubrica de outros gastos diferidos é composta essencialmente pelos valores reclassificados da rubrica de Inventários respeitantes a materiais de manutenção e laboratório.

## 15 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco Euros, cada, detido na totalidade pela AdP SGPS, SA.

### Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual (os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%) tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 Euros, estando dessa forma integralmente constituída.

### Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as outras reservas ascendiam a 22.171.377,45 Euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

### Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 atribuídos aos acionistas ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 28 de março de 2016, a 25.925.507,65 Euros. O seu pagamento ocorreu em abril de 2016.

Quanto aos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração propõe que seja pago um montante de 39.777.840,05 Euros. Estes dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, não tendo sido incluídos como passivo nas demonstrações financeiras anexas.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes desta reavaliação não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas (por depreciação ou alienação), podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

Do valor total de reavaliações efetuadas (legais e económicas) não se encontram ainda realizadas reavaliações (líquidas de imposto) no valor total de 181.894.204 euros (186.948.041 euros em 2015).

## 16 PASSIVOS FINANCEIROS

### Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Fornecedores:		
Fornecedores - conta corrente		
- Grupo (Nota 28)	109 145	1 556 254
- Não grupo	2 704 857	4 804 392
Fornecedores - faturas em receção e conferência	112 072	40 301
Fornecedores de investimentos	772 672	1 893 607
	3 698 747	8 294 553
Outras contas a pagar:		
Outros credores:		
CML - Tarifa de Saneamento (Portaria 399/85)	13 704 645	11 943 361
CML - Tarifa Adicional (Portaria 309/84)	862 230	788 679
CML - Taxa Resíduos Urbanos	3 089 272	2 554 516

	2016	2015
CTA (Componente Tarifária Acrescida)	1 662 727	-
Credores diversos	749 877	32 658
IRC a pagar	3 169 077	-
Credores por acréscimos de gastos:		
Seguros a liquidar	334 904	169 594
Outros acréscimos de gastos		
- Grupo (Nota 28)	816 559	(222 408)
- Não grupo	2 056 421	1 698 805
Pessoal:		
Férias e subsídio de férias - EPAL	2 818 196	2 754 676
Férias e subsídio de férias - LVT	2 686 555	2 648 762
Outras dívidas ao pessoal	159 809	146 769
	32 110 273	22 515 412
	<b>35 809 020</b>	<b>30 809 965</b>

Em 2016 verifica-se um aumento das Outras Contas a Pagar resultante sobretudo dos seguintes efeitos:

- um aumento do valor em dívida devido às taxas cobradas pela EPAL por conta da Câmara Municipal de Lisboa, que representa uma variação face a 2015 de cerca de 2,4 milhões de euros;
- O valor da componente tarifária acrescida que é devida à LVT, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, onde se estipula que o valor efetivamente cobrado deverá ser entregue no mês seguinte ao final de cada trimestre, incluindo a especialização, representando uma variação de cerca de 2,1 milhões de euros; e
- O valor do IRC a entregar ao Estado relativo ao exercício de 2016, no montante de 3,2 milhões de euros, atendendo que em 2015 a empresa, em virtude dos pagamentos por conta efetuados, teve imposto a recuperar aquando da respetiva liquidação. O montante será liquidado à AdP, SGPS por via do RETGS.

A rubrica "Férias e Subsídio de Férias" inclui no exercício de 2016 o valor a pagar em 2017 aos trabalhadores/as alocados à gestão delegada da EPAL na Águas de Lisboa e Vale do Tejo. O valor das remunerações e respetivos encargos é faturado mensalmente à Águas de Lisboa e Vale do Tejo, não influenciando economicamente as demonstrações financeiras da EPAL. O valor a ser liquidado aquando do pagamento efetivo do subsídio de férias é de 2.686.555 Euros

A rubrica "Outros acréscimos de gastos" respeita, essencialmente, ao acréscimo de gastos para eletricidade no valor de 1.230.946 Euros (840.536 Euros em 2015).

## Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, como segue:

	Entidade financiadora	2016			2015			Vencimento	Tipo de amortização
		Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado			
			Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente		
Instituições financeiras:									
Empréstimos bancários:									
Ao investimento - Empréstimos "EPAL II e III"	BEI	151 517 309	18 109 607	133 407 702	169 812 615	18 011 458	151 517 309	Entre 2017 e 2030	Semestral
Juros a liquidar		-	-	-	-	283 849	-		
		151 517 309	18 109 607	133 407 702	169 812 615	18 295 306	151 517 309		

Os empréstimos foram contraídos em Euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 53,40% da dívida a taxa fixa, com juros pagos semestralmente; e
- 46,60% da dívida a taxa variável, com periodicidade de revisão da taxa de juro trimestral.

De acordo com o articulado do parágrafo 25 do IFRS 7, procede-se a divulgação do justo valor dos financiamentos junto do BEI negociados à taxa fixa. Neste caso correspondem aos cash-flows descontados utilizando a última taxa de juro indicada pelo BEI, o que constitui um nível de justo valor "2".

	2016		2015	
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Valor Contabilístico	Justo Valor
Financiamento BEI	151 517 309	122 610 179	169 812 615	145 577 026

Os financiamentos junto do BEI que estão sujeitos ao regime de taxa variável são sujeitos, no período de pagamento de juros, a revisão da taxa, de acordo com a taxa de referência em vigor nessa data.

De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa.

Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (Nota 29).

A parcela classificada como não corrente em 31 de dezembro de 2016 e 2015, tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2016		2015	
	Capital	Juros	Capital	Juros
Superior a 1 ano	133 407 702	10 880 222	151 517 309	16 433 720
	133 407 702	10 880 222	151 517 309	16 433 720

A EPAL não dispõe de qualquer linha de crédito ou outras para além da mencionada.

## 17 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os "Subsídios ao investimento" apresentavam a seguinte composição:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do exercício	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2016	Rédito por reconhecer em 2015
Subsídios relacionados com ativos:						
COMPART. MAFRA 2ª FASE	216 801	216 801	4 927	142 892	73 909	78 836
FEDER TOMAR/T.NOVAS	5 684 192	5 684 192	106 961	3 865 862	1 818 330	1 925 291
COMPART. OURÉM	550 553	550 553	10 360	374 435	176 118	186 478
COMPART. T.NOVAS	435 315	435 315	8 191	296 061	139 254	147 445
COMPART. TOMAR	497 804	497 804	9 367	338 560	159 244	168 611
FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO	3 027 720	3 027 720	56 973	2 059 175	968 545	1 025 518
COMPART. ENTRONCAMENTO	4 959	4 959	93	3 373	1 586	1 679
COMPART. V.N.BARQUINHA	72 726	72 726	1 444	45 296	27 430	28 873
FEDER V.N.BARQUINHA/CONSTÂNCIA	11 125 239	11 125 239	220 848	6 929 119	4 196 120	4 416 968
FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO	7 635 576	7 635 576	63 630	6 553 869	1 081 707	1 145 337

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do exercício	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2016	Rédito por reconhecer em 2015
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ªFASE	9 405 370	9 405 370	188 107	4 138 363	5 267 007	5 455 114
COMPART RESERV PATRIARCAL	74 820	74 820	384	62 541	12 278	12 662
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE	22 472 817	22 472 817	449 456	9 438 583	13 034 234	13 483 690
SANTA MARGARIDA	274 339	274 339	5 487	115 222	159 117	164 603
MINDE/MIRA D'AIRES/BATALHA/LEIRIA	4 472 789	4 472 789	107 191	2 328 969	2 143 820	2 251 011
COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA	87 104	87 104	1 729	54 251	32 854	34 583
COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA	139 941	139 941	3 354	72 867	67 074	70 428
COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS	139 941	139 941	3 354	72 867	67 074	70 428
COMPARTICIPAÇÃO BATALHA	66 118	66 118	1 585	34 427	31 691	33 275
COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA	66 118	66 118	1 585	34 427	31 691	33 275
PROJECTO SPRINT	21 604	21 604	-	-	21 604	21 604
EDP	373 874	373 874	23 367	106 169	267 704	291 071
MINISTÉRIO DA SAUDE	375 061	375 061	7 584	30 967	344 094	351 678
	67 220 781	67 220 781	1 275 977	37 098 296	30 122 485	31 398 461

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os montantes registados como ganho do exercício foram os seguintes:

	2016	2015
Subsídios ao investimento	1 275 977	1 275 977
	1 275 977	1 275 977

## 18 RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A EPAL dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, consubstanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores/as e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

### Benefício pós-emprego – plano de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de carácter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios 2016 e 2015, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram as seguintes:

	2016	2015
Contribuições da Empresa	451 747	468 014
Contribuições dos colaboradores	21 167	20 412
	<b>472 914</b>	<b>488 427</b>

O gasto total reconhecido com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ascendeu a 451.747 euros (468.014 euros em 2015) (Nota 23).

### Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos e pré-reformas

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2016 por uma entidade externa independente. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2016	2015
Taxa de desconto	1,30%	2,0%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,50%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	1,00%	1,25%
Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma	1,00%	1,25%
Idade normal de reforma (anos)	66	66

A “duration” do Plano de Benefício Definido do Fundo de Pensões da EPAL é de 9 anos.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica “Gastos com o pessoal”:

	2016	2015
Custo dos serviços correntes	120 000	138 000
Juro líquido	(33 000)	(13 000)
<b>Total de gastos (Nota 23)</b>	<b>87 000</b>	<b>125 000</b>

Com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	33 357 000	34 662 000
Justo valor dos ativos do fundo	36 789 000	38 527 000
Ativo com planos de benefícios definidos (Nota 11)	3 432 000	3 865 000
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	1 684 000	2 912 000
Passivo com planos de benefícios definidos	1 684 000	2 912 000



As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo, a qual ascendia a 1.684.000 euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (2.912.000 euros em 2015).

Os movimentos no valor presente da obrigação e no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são descritos conforme se segue:

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A 1 janeiro 2016	37 574 000	(38 527 000)	(953 000)
Custo com pensões			-
Custo serviço corrente	120 000	(749 000)	(629 000)
Juro líquido	717 000		717 000
Benefícios pagos	(3 750 000)	2 243 000	(1 507 000)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	(333 000)		(333 000)
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	714 000		714 000
(ganhos)/ perdas de rendimento		244 000	244 000
(ganhos)/ perdas de experiência			-
A 31 de dezembro 2016	35 042 000	(36 789 000)	(1 747 000)

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A 1 janeiro 2015	39 814 000	(39 474 000)	340 000
Custo com pensões			-
Custo serviço corrente	138 000	-	138 000
Juro líquido	947 000	(960 000)	(13 000)
Benefícios pagos	(3 777 000)	2 199 000	(1 578 000)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	(786 000)	-	(786 000)
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	1 604 000	-	1 604 000
(ganhos)/ perdas de rendimento	-	(292 000)	(292 000)
(ganhos)/ perdas de experiência	(366 000)	-	(366 000)
A 31 de dezembro 2015	37 574 000	(38 527 000)	(953 000)

As principais categorias de ativos do fundo são detalhados conforme se segue:

	Justo Valor	
	2016	2015
Instrumentos de capital próprio	13 122 320	12 154 547
Instrumentos de dívida	21 336 856	23 257 541
Outros	2 329 824	3 114 912
	<b>36 789 000</b>	<b>38 527 000</b>

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos principais pressupostos é a seguinte:

Pressuposto	Impacto na responsabilidade por benefício definido	
	Alteração nos pressupostos	Responsabilidade por benefício definido
Taxa de desconto	-0,3%	Aumento de 2,9%

O aumento das Responsabilidades em 2,9% corresponderia a uma variação nas responsabilidades em cerca de 964 mil euros, pelo que as mesmas aumentariam para cerca de 34,3 milhões de euros

A análise de sensibilidade apresentada foi apurada variando o pressuposto (taxa de desconto) e mantendo as restantes variáveis constantes. Na prática, este cenário é improvável, visto que as alterações em alguns pressupostos podem estar correlacionadas.

## Política de Investimentos do Fundo de Pensões

A política de investimento do Fundo de Pensões da EPAL enuncia os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do fundo, em conformidade com:

- A natureza dos benefícios abrangidos pelos Planos de Pensões;
- As características da população abrangida e o horizonte temporal das responsabilidades assumidas, designadamente a repartição entre responsabilidades assumidas com os Participantes e com os Beneficiários do Fundo de Pensões;
- O nível de cobertura das responsabilidades do Fundo de Pensões;
- A estrutura de gestão do Fundo de Pensões.

A política de investimento será objeto de revisão, pelo menos, de três em três anos ou sempre que a alteração dos pressupostos atrás enunciados assim o justifique.

Os princípios e regras que constituem a Política de Investimentos do Fundo de Pensões encontram-se consagrados no contrato de gestão entre a EPAL e a entidade gestora.

A política de investimento do Fundo de Pensões tem como principal objetivo a maximização do retorno potencial das aplicações do fundo, a médio e a longo prazo, baseada em regras e procedimentos assentes na prudência e no profundo conhecimento dos mercados, por forma a evitar inadequados riscos de perda. O investimento em aplicações financeiras deverá ser realizado de uma forma diversificada e prudente, tendo em atenção nomeadamente o risco de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

No que respeita a restrições/indicações no Fundo Total e em cada Carteira:

- O investimento em ações e/ou obrigações poderá ser efetuado por via direta ou através de Organismos de Investimento Coletivo de Valores Mobiliários (OICVM's) que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva do Conselho n.º 85/611/CEE, de 20 de dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de janeiro de 2002;

- Por princípio, o fundo efetua a cobertura do risco cambial inerente às ações expressas em divisas que não o euro, pelo que não deverá existir risco cambial relevante nessas aplicações;
- As aplicações diretas em obrigações serão efetuadas em títulos denominados em euros, ou denominados noutra divisa, desde que se efetue a correspondente cobertura do risco cambial;
- Para efeitos do cumprimento dos limites de alocação a obrigações não Euro, o critério de classificação dos títulos deverá ser o da moeda de emissão das obrigações, e não o de exposição a risco cambial. Desta forma, uma obrigação emitida em USD será considerada como 'obrigação não Euro', independentemente da política de cobertura de moeda que a gestora possa assumir;
- A exposição à classe obrigacionista encontra-se limitada a obrigações com rating. As obrigações de taxa fixa Euro deverão ter um rating mínimo de 'BBB' ou equivalente. A componente de obrigações com rating de 'BBB' não deverá ultrapassar 30% da componente obrigacionista. A designação 'BBB' abrange os títulos de dívida com ratings 'BBB-' e 'BBB+'. As obrigações com rating inferior a BBB, excepto as de dívida portuguesa, serão classificadas na classe de high yield, podendo o seu peso ir até aos 7.5% do valor patrimonial. As obrigações de dívida portuguesa (privada e pública) serão classificadas na classe de taxa fixa Euro e não estão sujeitas à notação mínima BBB, podendo representar no máximo 15% da componente obrigacionista;
- Sempre que ocorra o downgrade de uma obrigação, que implique o não cumprimento dos limites de rating definidos, e querendo a Entidade Gestora manter o título em carteira, deverá a situação ser reportada ao Associado e obter a respetiva aprovação;
- Qualquer alteração à classificação para efeitos do cumprimento dos limites estabelecidos na Política de Investimentos deverá ser sujeita a aprovação prévia e por escrito por parte do Associado;
- A componente "Government" das obrigações não deverá representar menos de 40% da classe obrigacionista. Por "Government" entende-se dívida pública de taxa fixa emitida por governos centrais, agency e quasi-government. Não se encontram incluídas as emissões de mercados emergentes e high yield (ainda que em Euros). Inclui as emissões de dívida pública portuguesa;
- O limite relativo a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados análogos de países da OCDE é 5%;
- Ativos expressos em moedas não-euro não poderão exceder o limite máximo de 25%;
- Não deverá ser realizado qualquer investimento em fundos 'venture capital' sem uma aprovação prévia e por escrito do Associado;
- O gestor fará a gestão setorial (dívida pública/dívida privada), de país e de duration da componente obrigacionista dentro dos limites e restrições estabelecidos nesta política de investimentos;

O Fundo de Pensões poderá recorrer a operações de reporte e empréstimo de títulos com o objetivo de incrementar a rentabilidade da carteira. As operações com produtos derivados e operações de empréstimo devem ser obrigatoriamente realizadas:

- Num mercado regulamentado; ou
- Com uma instituição financeira legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE, desde que o rating dessa instituição seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

É realizada uma monitorização do risco implícito na carteira do Fundo de Pensões, em termos de avaliação e controle dos riscos financeiros (risco de mercado, risco de crédito e risco cambial), de acordo com os limites definidos internamente, utilizando para o efeito a metodologia do VaR (Value at Risk).

O método de cálculo utilizado para a avaliação da rentabilidade da carteira e do benchmark deverá ser uma aproximação da 'Time Weighted Rate of Return'. Deverá atender-se a:

- Para efeitos de comparação com o benchmark, os diversos instrumentos deverão ser classificados de acordo com a classe predominante. Produtos de capital garantido ligado aos mercados acionistas, assim como warrants e obrigações convertíveis, deverão ser classificados como ações;
- Para efeitos de determinação da exposição às diversas classes de ativos é considerada a exposição efetiva bem como a exposição implícita, através de posições em futuros e opções;
- A avaliação de desempenho da Entidade Gestora é feita trimestralmente e terá em consideração os objetivos fixados para a obtenção de valor acrescentado;

## 19 PROVISÕES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é detalhada conforme se segue:

	2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	856 779	57 371	(730 079)	(21 375)	162 696
Acidentes de trabalho	60 726	-	(28 090)	-	32 636
Outras provisões - judiciais	450 000	-	-	-	450 000
	1 367 504	57 371	(758 169)	(21 375)	645 332

	2015				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	862 580	109 284	(101 585)	(13 500)	856 779
Acidentes de trabalho	81 703	-	(20 977)	-	60 726
Outras provisões - judiciais	450 000	-	-	-	450 000
	1 394 282	109 284	(122 562)	(13 500)	1 367 504

Regista-se um aumento na rubrica de reversões de provisões face ao ano de 2015, com a reversão das provisões atempadamente constituídas em exercícios anteriores e cujos processos foram sanados com sucesso em 2016.

## 20 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	574 561	-	541 946
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	3 267	-	521 804
Contribuições para a Segurança Social	-	934 810	-	887 541
Fundos Compensação e Garantia do trabalho	-	980	-	7
Taxa de Recursos Hídricos	-	3 200 034	-	3 136 259
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	656 190	-	874 216	-
	656 190	4 713 653	874 216	5 087 558

O valor a receber relacionado com IRC respeita a um pedido efetuado junto da Autoridade Tributária referente à aceitação da revisão das vidas úteis esperadas de algumas categorias de bens do ativo fixo tangível adquiridos até 2009, específicas da atividade da Empresa.

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento, deduzida de pagamentos por conta e retenções na fonte, passou a representar uma conta a pagar à entidade AdP SGPS (Nota 16).

O valor da Taxa de Recursos Hídricos, respeitante aos montantes faturados aos clientes da EPAL, será, de acordo com o previsto na Lei, liquidada à Agência Portuguesa do Ambiente no mês de fevereiro de 2017.

## 21 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Venda de água e quota de serviço	149 611 179	142 630 073
Prestação de serviços	1 407 687	1 303 878
	151 018 866	143 933 951

## 22 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Eletricidade	11 921 694	10 344 091
Conservação e reparação	4 759 353	3 608 350
Trabalhos especializados	4 298 359	4 302 948
Comunicação	1 346 198	1 368 523
Seguros	684 967	803 742
Rendas e alugueres	1 060 721	1 077 918
Subcontratos	813 074	690 987
Vigilância e segurança	761 197	778 393
Publicidade e propaganda	350 890	258 855
Limpeza, higiene e conforto	431 853	400 477
Combustíveis	473 267	458 066
Outros fornecimentos e serviços externos	5 493 519	5 156 521
Capitalização	(206 129)	(362 529)
	32 188 964	28 886 342

Verificou-se um aumento global da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, justificado em larga medida pela assunção pela EPAL da gestão e exploração do sistema de abastecimento de água do Oeste a partir de janeiro de 2016 (impacto de 2,3 milhões de euros em FSE). Este alargamento do Âmbito da atividade da EPAL teve impacto direto igualmente na rubrica de Vendas, quer por alteração de volumes quer pela alteração da própria tarifa de venda.

Em 2016 verifica-se igualmente uma alteração da política de contabilização de materiais de manutenção, que antes eram considerados na conta de CMVMC e em 2016 passaram a ser considerados em fornecimento e serviços externos.

A evolução das principais rubricas é a seguinte:

- A eletricidade com 11,9 milhões de euros, apresenta um crescimento justificado na íntegra pelo incremento de atividade decorrente da gestão do sistema de abastecimento do Oeste;
- A Conservação e Reparação no montante global de 4,8 milhões de euros, apresenta um aumento face a 2015, resultante em

grande parte da gestão do sistema Oeste (0,6 milhões de euros).

## 23 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	457 294	344 770
Remunerações do pessoal	33 553 307	24 830 475
Benefícios pós-emprego		
Contribuição definida (Nota 18)	451 747	468 014
Benefício definido e pré-reformas (Nota 18)	87 000	125 000
Indemnizações	689 927	1 228 421
Encargos sobre remunerações	7 838 451	5 938 708
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	428 667	375 058
Gastos de ação social	1 979 428	1 525 732
Formação	151 686	97 925
Outros	326 910	78 631
Capitalização	(1 192 702)	(2 060 011)
Redebitos à AdLVT	(21 474 947)	(10 302 014)
	23 296 766	22 650 710

Devido à gestão delegada da EPAL na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, foram incorporados na Empresa, à data de 30 de junho de 2015, 860 trabalhadores/as provenientes das empresas agregadas na Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Contudo, e de acordo com o definido no modelo de relacionamento entre as entidades, o custo integral é debitado à Águas de Lisboa e Vale do Tejo mensalmente, não afetando dessa forma, em termos económicos, a EPAL.

Assim, a demonstração de resultados da EPAL incorpora ao nível o valor total do processamento salarial de todos os seus trabalhadores/as, apresentando em sentido contrario o montante que foi faturado à Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Os trabalhadores ao serviço da Empresa, expurgando os acima referidos, eram, em 31 de dezembro de 2015 e 2016, de 647 trabalhadores/as.

Apesar de no final de cada ano não existir qualquer variação, existiram movimentações de entradas e saídas de trabalhadores/as durante o ano de 2016. Algumas das saídas verificadas resultaram do estabelecimento de um programa de rescisões amigáveis de contratos de trabalho, tendo gerado um valor de indemnizações de cerca de 690 mil euros.

O aumento dos gastos com Órgãos Sociais resulta da alteração da composição do Conselho de Administração, que passou a ser composto por 5 elementos, no mandato que se iniciou em 30 de junho de 2015.

A informação relativa às remunerações auferidas e aos benefícios e demais regalias concedidos pela Empresa aos membros dos órgãos sociais está divulgada no capítulo VII-D do Relatório do Governo Societário.

## 24 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é conforme se segue:

	2016	2015
Rendimentos suplementares	3 763 135	3 598 556
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	142 950	80 112
Subsídios à exploração - de outras entidades	93 741	64 804
Ganhos em inventários	-	3 514
Descontos de pronto pagamento obtidos	581	-
Diferenças de câmbio favoráveis	4	28
Outros	78 055	123 695
	4 078 466	3 870 708

A rubrica “Rendimentos Suplementares” que, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, ascende a 3.763.135 Euros e 3.598.556 Euros, respetivamente, compreende, essencialmente: (i) assistência técnica a terceiros relativa ao sistema informático Aquamatrix, no montante de 1.393.701 Euros (1.353.368 Euros em 2015); e (ii) prestação de serviços à Câmara Municipal de Lisboa de faturação e gestão comercial, no montante de 1.172.868 Euros (1.085.283 Euros em 2015).

## 25 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é conforme se segue:

	2016	2015
Impostos e taxas	1 182 583	1 255 415
Indemnizações por roturas	124 689	138 018
Donativos	93 500	39 276
Quotizações	52 192	48 108
Componente tarifária acrescida	1 940 963	-
Outros	89 986	65 099
	3 483 914	1 545 916

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, estabelece a aplicação da Componente Tarifária Acrescida que, no período em apreço, é devida pela EPAL à LVT. No caso da atividade de distribuição domiciliária em baixa, a LVT fatura trimestralmente o montante resultante da aplicação do valor unitário (0,0315 euros/m<sup>3</sup>), ao volume de água utilizada em Lisboa, conforme n.º 1 do artigo 32.º do referido Decreto-Lei, registando a EPAL esse montante numa rubrica de Outros Gastos e Perdas.

## 26 DEPRECIAÇÕES

A composição da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é conforme se segue:

	2016	2015
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	25 294 898	25 199 025
Propriedades de investimento (Nota 7)	91 537	94 779
Ativos fixos Intangíveis (Nota 5)	213 333	-
	25 599 768	25 293 804

## 27 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros, e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhados conforme se segue:

	2016		2015	
Juros obtidos:				
Depósitos em instituições de crédito	299 422		584 655	
Outros	55 644	355 066	58 594	643 249
Outros rendimentos similares		221 918		138 663
		576 984		781 912

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhados conforme se segue:

	2016	2015
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	1 954 409	2 301 618
Outros financiamentos	329 915	347 683
	2 284 324	2 649 300

## 28 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

### Transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2016:

	Tipo de relação	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	Empresa mãe	-	10 498	-	2 119 715
AdP Serviços	Empresa do grupo	2 758	11 863	-	870 181
Aquasis	Empresa do grupo	-	-	-	268 513
Águas do Algarve	Empresa do grupo	-	22 259	-	-
Águas S. André	Empresa do grupo	-	25 244	-	-
Águas da Região de Aveiro	Empresa do grupo	-	176 365	-	-
Águas Públicas do Alentejo	Empresa do grupo	-	7 400	-	-
Águas do Centro Litoral	Empresa do grupo	-	6 440	-	-
Águas do Norte	Empresa do grupo	643	109 834	-	-
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	Empresa do grupo	13 628 291	(59 860)	121 254	2 882 231
		13 631 692	310 044	121 254	6 140 640

Os montantes registados em vendas e prestações de serviços dizem respeito essencialmente à venda de água, bem como a prestações de serviços de gestão comercial (Aquamatrix)

As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à EPAL, e respeitam essencialmente à aquisição de serviços partilhados nas áreas de sistemas de informação, serviços de engenharia, marketing e comunicação, compras e apoio geral, serviços jurídicos e recursos humanos.



Transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2015:

	Tipo de relação	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	Empresa mãe	-	539	-	2 279 269
AdP Serviços	Empresa do grupo	2 878	1 803	-	859 863
Aquasis	Empresa do grupo	-	-	-	249 512
Águas do Algarve	Empresa do grupo	-	89 886	-	-
Águas S. André	Empresa do grupo	382	23 315	-	-
Águas da Região de Aveiro	Empresa do grupo	-	150 268	42 049	-
Valorsul	Empresa do grupo	13 282	-	-	-
Águas Públicas do Alentejo	Empresa do grupo	-	12 126	-	-
Águas do Centro Litoral	Empresa do grupo	-	5 495	-	263
Águas do Norte	Empresa do grupo	-	85 369	-	353
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	Empresa do grupo	9 962 181	39 469	(43 116)	990
		9 978 722	408 270	(1 066)	3 390 250

Saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2016:

	Clientes (Notas 11 e 13)	Fornecedores (Nota 16)	Outros Devedores (Notas 11 e 13)	Acréscimo de rendimentos (Nota 13)	Acréscimo de gastos (Nota 16)	Outras contas a pagar (Nota 16)
AdP SGPS	-	11 497	-	-	(2 247)	(3 169 077)
AdP Serviços	1 149	71 206	14 357	-	54 016	-
Aquasis	-	26 442	-	-	235 000	-
Águas do Algarve	-	-	18 877	-	-	-
Águas S. André	-	-	10 284	1 622	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	-	24 001	14 161	-	-
Águas Públicas do Alentejo	-	-	8 942	-	-	-
Águas do Centro Litoral	-	-	7 085	-	-	-
Águas do Norte	-	-	38 728	7 893	-	-
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	3 522 177	-	8 520 575	2 282 443	529 789	-
	3 523 326	109 145	8 642 849	2 306 119	816 559	(3 169 077)

Saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2015:

	Clientes (Notas 11 e 13)	Fornecedores (Nota 16)	Outros Devedores (Notas 11 e 13)	Acréscimo de rendimentos (Nota 13)	Acréscimo de gastos (Nota 16)	Outras contas a receber (Nota 13)
AdP SGPS	-	765 876	459	-	(259 950)	1 745 081
AdP Serviços	3 025	702 086	-	-	37 542	-
Aquasis	-	88 292	-	-	-	-
Águas do Algarve	-	-	77 532	-	-	-
Águas S. André	-	-	2 133	1 609	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	-	76 263	390 325	-	-

	Clientes (Notas 11 e 13)	Fornecedores (Nota 16)	Outros Devedores (Notas 11 e 13)	Acréscimo de rendimentos (Nota 13)	Acréscimo de gastos (Nota 16)	Outras contas a receber (Nota 13)
Valorsul			-	-	-	-
Águas Públicas do Alentejo	-	-	10 757	-	-	-
Águas do Centro Litoral	-	-	959	-	-	-
Águas do Norte	-	-	49 332	7 970	-	-
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	9 163 781	-	12 469 341	1 873 130	-	-
	9 166 806	1 556 254	12 686 776	2 273 034	(222 408)	1 745 081

O Conselho de Administração da Empresa foi avaliado como parte relacionada e as remunerações pagas são divulgadas no relatório do Governo Societário.

## 29 PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS

### Passivos contingentes

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

	2016	2015
Banco Europeu de Investimento (Nota 15)	151 517 309	169 528 767
Tribunais	5 175 900	5 175 900
Outros	320 028	325 028
	157 013 237	175 029 695

## 30 RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi determinado conforme segue:

	2016	2015
Resultados		
Resultado líquido do exercício	49 722 300	47 137 287
Número de ações		
Número médio ponderado de ações em circulação	30 000 000	30 000 000
Resultado por ação básico	1,66	1,57
Resultado por ação diluído	1,66	1,57

## 31 INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não se encontra reconhecida nem divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Empresa que não existem, a estas datas, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

Confirma-se igualmente que, para os exercícios apresentados, não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir, quer para reparar qualquer dano de carácter ambiental.

## 32 EVENTOS SUBSEQUENTES

Com a publicação, no início de novembro de 2016, do Decreto-Lei n.º 72/2016, que procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, foi prevista a criação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais por destaque dos sistemas multimunicipais resultantes de agregações. Os Decretos-Leis números 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, criaram novos sistemas multimunicipais, por agregação de sistemas multimunicipais já existentes, e constituíram as respetivas entidades gestoras, Águas do Centro Litoral, S. A., Águas do Norte, S. A., e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., atribuindo-lhes a exploração e a gestão concessionada daqueles sistemas. O Programa do XXI Governo Constitucional enunciou uma expressa discordância com o processo de agregação das empresas de águas que foi imposto aos municípios, bem como a sua intenção de intervir neste setor, valorizando devidamente o papel dessas autarquias na exploração e gestão de sistemas de que são os únicos utilizadores, e cuja participação no capital social não deve ser colocada em causa. Nesse sentido, e partindo do enquadramento jurídico existente, o Governo considera que a melhor solução em termos de política legislativa passa pela concretização de cisões nos referidos sistemas multimunicipais e na criação de novas entidades gestoras a partir daquelas sociedades agregadas.

Este Decreto terá implicações relevantes no caso em concreto da LVT, e por conseguinte na própria EPAL, pois o âmbito da gestão delegada do sistema da LVT será necessariamente alterado, tendo sido já aprovado em janeiro de 2017, em sede de Conselho de Ministros, e promulgado no início de março pelo Presidente da República, o Decreto-Lei que prevê a criação, por cisão, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais do Tejo Atlântico e do sistema multimunicipal de saneamento da Península de Setúbal. Desta forma prevê-se que durante o 1.º semestre de 2017 a atividade de gestão delegada que se encontra atribuída à EPAL seja alterada, passando a gerir a Águas do Vale do Tejo, empresa cindida da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, deixando de gerir os sistemas do Tejo Atlântico e da Península de Setúbal.

Para além do acima referido, a Administração da EPAL, não tem conhecimento, em 8 de março de 2017, data da aprovação destas contas, de qualquer evento subsequente com impacto significativo nas contas apresentadas.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Ana Sofia Pereira da Silveira  
Barnabé Francisco Primo Plisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço





# Relatório e parecer do Fiscal Único



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na al. g) do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 2 do artigo 54 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração de EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Desde a data da nossa nomeação, acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Aferimos sobre o cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, na Lei n.º 5/2010, de 14 de dezembro, e na Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado de 2014) e extinção da redução remuneratória na Administração Pública prevista na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



## Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2016 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2016 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2016, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis; e
- (d) A avaliação do nível de cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado divulgada no Relatório de Gestão, merece a nossa concordância.

Lisboa, 24 de março de 2017

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:

  
Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC nº 1154  
Registado na CMVM com o nº 20160766







# Certificação Legal de Contas



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 862.264.686 euros e um total de capital próprio de 602.117.985 euros, incluindo um resultado líquido de 49.722.300 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

#### 1. Reconhecimento do rédito e estimativa de acréscimo de rendimentos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O montante de rédito reconhecido no exercício depende do volume de água fornecido, incluindo não só as leituras reais dos medidores de água mas também estimativas de consumos entre a data da última leitura do contador e o final do ano.</p> <p>Tal como referido na nota 13 das Notas às demonstrações financeiras, a 31 de dezembro de 2016 o valor registado em acréscimos de rendimentos referente a consumos de água a faturar ascende a 10.387 milhares de euros (2015: 9.503 milhares de euros).</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▶ Analisámos a coerência dos pressupostos definidos pelo Órgão de Gestão;</li><li>▶ Comparámos, para uma amostragem, os consumos estimados no ano de 2015 com a correspondente fatura emitida no ano de 2016;</li><li>▶ Executámos o recálculo das estimativas preparadas pela Entidade; e</li></ul>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As referidas estimativas incluem diversos pressupostos relativamente aos consumos históricos e ao padrão de consumo dos consumidores, sendo desta forma uma área de julgamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Execução de procedimentos de revisão analítica para todas as subcontas das rubricas de Vendas e Prestações de Serviços, incluindo a análise das variações significativas face ao ano anterior e face às expetativas e à atividade contratada/orçamentada, recorrendo à utilização de ferramentas de análise de dados (<i>data analytics</i>).</li> </ul> <p>Analisámos também as divulgações efetuadas nas notas 3.13 e 13 às demonstrações financeiras, de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilísticas aplicáveis.</p>

## 2. Perdas por imparidade sobre contas a receber de clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Verifica-se a existência de um conjunto de clientes da Entidade que não pagam, ou não conseguem pagar as suas faturas referentes a serviços de água, resultando assim na necessidade de constituição de imparidades sobre os montantes em dívida.</p> <p>Tal como referido na nota 13 às demonstrações financeiras, a 31 de dezembro de 2016 as imparidades acumuladas reconhecidas ascendem a 7 milhões de euros.</p> <p>Conforme descrito na nota de julgamento 3.18, na avaliação efetuada quanto à necessidade de registo de perdas por imparidade, o Conselho de Administração tem em consideração: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional, empresarial ou residencial; ii) o prazo médio de recebimento; e iii) a condição financeira do cliente.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Pedido de confirmação direta aos clientes em alta, sobre os saldos e, quando aplicável, sobre os acordos de regularização de dívida;</li> <li>▶ Análise das respostas dos advogados aos pedidos diretos de informação sobre os processos judiciais em curso;</li> <li>▶ Testes à antiguidade de saldos, com foco nos prazos previstos de prescrição do direito de cobrança, comparando-a com as respostas obtidas dos advogados; e</li> <li>▶ Execução de procedimentos de revisão analítica para todas as subcontas das rubricas de Vendas e Prestações de Serviços, incluindo a análise das variações significativas face ao ano anterior e face às expetativas e à atividade contratada/orçamentada, recorrendo à utilização de ferramentas de análise de dados (<i>data analytics</i>).</li> </ul> <p>Analisámos também as divulgações efetuadas nas notas 3.13 e 13 às demonstrações financeiras, de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilísticas aplicáveis, incluindo a correta apresentação dos saldos como ativos correntes ou não correntes.</p>



### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



3



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria; e
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez através de deliberação social unânime por escrito no dia 2 de dezembro de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 24 de março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º178)  
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154  
Registado na CMVM com o n.º 20160766



